



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA



ILDERLÂNDIO ASSIS DE ANDRADE NASCIMENTO

**A AUTORIA EM MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LETRAS:
UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA**

João Pessoa
2015

ILDERLÂNDIO ASSIS DE ANDRADE NASCIMENTO

**A AUTORIA EM MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LETRAS:
UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING/Universidade Federal da Paraíba – Campus I, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística e Práticas Sociais

Linha de Pesquisa: Discurso e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Pedro Farias Francelino

João Pessoa
2015

N244a Nascimento, Ilderlândio Assis de Andrade.

A autoria em monografias de conclusão de curso de Letras: uma abordagem enunciativa / Ilderlândio Assis de Andrade Nascimento.- João Pessoa, 2015.

141f.

Orientador: Pedro Farias Francelino

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

1. Linguística. 2. Autoria - gênero discursivo - monografia.
3. Relações dialógicas. 4. Discurso citado - esquema.
5. Monografia - conclusão de curso.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

ILDERLÂNDIO ASSIS DE ANDRADE NASCIMENTO

**A AUTORIA EM MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LETRAS:
UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Pedro Farias Francelino (UFPB)
Orientador



Profa. Dra. Maria Ester Vieira de Sousa (UFPB)
Examinadora Interna



Profa. Dra. Laurênia Souto Sales (UFPB)
Examinadora Externa

Aprovada em 25 / 03 / 2015

AGRADECIMENTO

*A gratidão não é somente a maior das virtudes;
é também mãe de todas as outras.*
(Cícero, 106 a.C.-43 a.C.)

*Aprendi que o que importa não é o que você tem na vida,
mas quem você tem na vida.*
(William Shakespeare)

Estou certo de que as palavras que abrem e fecham este diálogo/dissertação não seriam possíveis sem os atores que passo a agradecer. São pessoas que, direta ou indiretamente, no palco ou nos bastidores, fazem parte deste empreendimento.

Agradeço, primeiramente, a **Deus**, Autor por excelência, por possibilitar a existência deste diálogo.

Aos meus pais, **Ildo** e **Augusta**, fundamento inestimável da minha vida. Incentivo, apoio, exemplo, acolhimento, afeto incondicional são alguns termos chave que me fazem lembrar o quanto eles fazem parte dessa conquista.

À **Fátima Sousa** por ter sido a voz motivacional e porque aceitou compartilhar comigo esse tempo de muita leitura, escrita e ausência.

De forma especial, ao professor **Pedro Francelino**, por trazer luz quando as ideias se mostravam nebulosas. *Haja luz; e houve luz!* Agradeço pela paciência quando faltei com algum compromisso, pela compreensão quando as circunstâncias me impediram de fazer melhor, por ser exemplo de pessoa que conjuga, *na vida e na arte*, valores humanos e profissionais na mesma sentença.

Aos colegas e amigos do mestrado, especialmente, a **Antônio Flávio**, a **Karol Machado** e a **Francisco Vieira**. Com eles, foram muitos os momentos de descontração e estudo. Que privilégio conhecê-los!

Às professoras **Ester Vieira de Sousa** e **Laurênia Souto Sales**, pela leitura crítica e pertinente na qualificação e defesa da dissertação.

A todos que fazem o **PROLING/UFPB** – coordenadores, secretários, professores –, pelo excelente acolhimento e atendimento sempre que precisei.

Ao **CNPq**, pelo custeio da bolsa durante o mestrado, o que me permitiu maior dedicação ao curso, participação em eventos e uma boa produção científica.

RESUMO

Este trabalho investiga a constituição da autoria no gênero discursivo monografia de conclusão do curso de Letras, a partir dos esquemas de discurso citado. Utiliza, para isso, os postulados advindos dos estudos enunciativos, mais precisamente do Círculo de Bakhtin e dialoga com estudos realizados no âmbito da Análise/Teoria Dialógica do Discurso (ADD), entre eles, Faraco (2005); Amorim (2006); Brait (2006); Francelino (2007; 2011); Cunha (2008); Fiorin (2008); Grillo (2010); Sobral (2012; 2013); Arán (2014), e, também, da Análise do Discurso (AD), mais precisamente, Orlandi (2000; 2001); Tfouni (2006); Possenti (2001; 2009; 2013). Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como documental e bibliográfica, de caráter descritivo e interpretativo. O *corpus* é composto por cinco monografias de conclusão de curso produzidas por estudantes do curso de Letras. De forma específica, a pesquisa objetiva: (i) identificar e descrever os esquemas linguístico-discursivo-enunciativos de transmissão do discurso de outrem mobilizados no gênero monográfico; (ii) discutir aspectos decorrentes dos esquemas de discurso citado que configuram a autoria no processo de construção de sentidos do gênero monográfico. As conclusões das análises mostram que os esquemas de apreensão do discurso de outrem instauram a autoria a partir dos seguintes aspectos: (1) o autor administra as vozes consonantes e dissonantes que atravessam sua enunciação; (2) o autor cria fronteiras, estabelecendo alternância entre o discurso citante e o discurso citado; (3) o autor infiltra sua entonação expressivo-valorativa no discurso do outro; (4) o autor posiciona o discurso do outro como parâmetro/base para avaliar determinado evento. Os esquemas de apreensão e transmissão do discurso de outrem são formas pelas quais a língua registra a impressão acerca do discurso de outrem e marca a subjetividade do locutor. Assim, o gênero monografia é palco do encontro entre vozes, em que o estilo, a construção composicional, o conteúdo semântico-objetual desse enunciado é construído a partir do encontro entre discursos. Ou seja, ao construir o tema, o sujeito-autor mobiliza outros discursos, aos quais responde, com os quais concorda e/ou polemiza, etc..

Palavras-Chave: Autoria. Relações dialógicas. Esquemas de discurso citado. Monografia de conclusão de curso.

ABSTRACT

This work investigates the construction of authorship in final course monographs of Letras major based on reported speech schemes. To do this, we follow enunciative postulates, more precisely, from The Bakhtin Circle and dialoguing with studies under Dialogic Theory/Analysis of Speech, among them, Faraco (2005); Amorim (2006); Brait (2006); Francelino (2007; 2011); Cunha (2008); Fiorin (2008); Grillo (2010); Sobral (2012; 2013); Aran (2014), and also Discourse Analysis studies, more precisely, Orlandi (2000; 2001); Tfouni (2006); Possenti (2001; 2009; 2013). Methodologically, this research is characterized as documentary and bibliographic with a descriptive and interpretative character. The corpus consists of five monographs produced by Letras students. Specifically, the research aims to: (i) identify and describe linguistic, discursive and enunciative schemes of another's speech transmission employed in the monographic genre; (ii) to discuss issues arising from speech schemes that shape the authorship in the construction of meanings on the monographic genre. According to our analysis, another's speech incorporation schemes establish the authorship from the following aspects: (1) the author manages consonant and dissonant voices that are involved in their enunciation; (2) the author creates borders establishing an alternation between the reported speech and the speech that is reporting; (3) the author infiltrates his/her expressive-evaluative tone in another's speech; (4) the author places the discourse of the other as a parameter/basis for evaluate a particular event. The schemes to seize and transmission another's speech are ways in which language indicates the impressions of another's speech and marks the subjectivity of the speaker. Thus, monograph genre is like a stage in which, voices, style, compositional structure and objectal-semantic content is built from the meeting between speeches. That is, in building the theme, the speaker-author mobilizes another's speeches which he/she replies, agrees, polemicizes, etc...

Keywords: Authorship. Dialogic relations. Reported speech schemes. Final course monographs.

LEGENDA

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AD – Análise do Discurso francesa

ADD – Análise/teoria Dialógica do Discurso

CNPq – Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAMEAM – *Campus* avançado Prof^a. “Maria Eliza de Albuquerque Maia”

DI – Discurso Indireto

DD – Discurso Direto

DDL – Discurso Direto Livre

DIL – Discurso Indireto Livre

FAPERN – Fundação de Apoio à Pesquisa no Rio Grande do Norte

GPET – Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto

GPLEI – Grupo de Pesquisa em Linguagem, Enunciação e Interação

LDP – Livros Didáticos de Língua Portuguesa

MFL – Marxismo e Filosofia da Linguagem

PPD – Problemas da Poética de Dostoiévski

PNLD – Plano Nacional do Livro Didático

PROLING – Programa de Pós-Graduação em Linguística

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 As monografias de conclusão de curso de Letras	17
QUADRO 2 Estilos e esquemas de discurso citado	51
QUADRO 3 A constituição da autoria a partir dos esquemas de discurso citado.....	85

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT	07
LEGENDA	08
LISTA DE QUADROS.....	09
INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO 1: DISCURSO CITADO: ESQUEMAS DE APREENSÃO E TRANSMISSÃO DO DISCURSO DE OUTREM.....	 18
 1.1 O discurso citado em manuais de metodologia científica, livros didáticos e nas gramáticas	19
1.2 O discurso no discurso: as relações dialógicas entre vozes	23
1.3 Esquemas de recepção ativa do discurso de outrem: o dialogismo mostrado no fio do discurso	31
1.3.1 Discurso citado indireto	34
1.3.1.1 Discurso indireto analisador do conteúdo	36
1.3.1.2 Discurso indireto analisador da expressão	37
1.3.2 Discurso citado direto.....	38
1.3.2.1 Discurso direto preparado.....	40
1.3.2.2 Discurso direto esvaziado.....	42
1.3.2.3 Discurso direto retórico	43
1.3.2.4 Discurso direto substituído	44
1.3.3 Discurso direto livre	46
1.3.4 Discurso indireto livre	47
1.4 As relações de consonância e dissonância entre vozes no discurso	50
 CAPÍTULO 2: A CONSTITUIÇÃO DA AUTORIA: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVO-DISCURSIVA.....	 53
2.1 Barthes e Foucault: críticas à noção de autor	54
2.2 Noções de autoria na perspectiva da Análise do Discurso (AD)	61

2.3 Uma abordagem enunciativo-discursiva da autoria.....	68
--	----

CAPÍTULO 3: A AUTORIA EM MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LETRAS.....	85
--	-----------

3.1 O autor administra as vozes consonantes e dissonantes que atravessam sua enunciação	86
3.1.1 Administrando vozes consonantes.....	86
3.1.2 Administrando vozes dissonantes.....	94
3.2 O autor cria fronteiras, estabelecendo alternância entre o discurso citante e o discurso citado	102
3.3 O autor infiltra sua entonação expressivo-valorativa no discurso do outro	109
3.4 O autor posiciona o discurso do outro como parâmetro/base para avaliar determinado evento	128

CONCLUSÃO.....	134
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS	138
--------------------------	------------

MONOGRAFIAS ANALISADAS	142
-------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Os estudos da autoria na perspectiva discursivo-enunciativa se apresentam, nos estudos linguísticos, como uma perspectiva consolidada, tanto é que são frequentes as reflexões sobre esse fenômeno no estudo de gêneros discursivos diversos. Essa tendência tem sido mais intensa a partir da segunda metade do século XX, quando a temática da subjetividade passou a ser considerada nos estudos da linguagem. Esse marco histórico (século XX) separa duas fases dos estudos da linguagem, cada uma com predicados bem nítidos. Na primeira metade do século XX, os estudos estiveram reduzidos a abordagens estruturalistas. Na segunda metade, por outro lado, temos a inclusão dos aspectos sócio-histórico-ideológicos, com o surgimento das denominadas teorias enunciativas e discursivas. Desse modo, passou-se a estudar as ocorrências linguísticas inseridas numa situação sócio-histórica concreta, em que o sujeito é inseparável de tais ocorrências. Sendo assim, estudar a linguagem é, também, estudar os sujeitos que a produzem e que são, por ela, também constituídos. Compreendendo essas mudanças ocorridas na ciência da linguagem, situamos a presente pesquisa no âmbito dos estudos enunciativos e discursivos, mais precisamente na perspectiva enunciativa advinda dos estudos do Círculo de Bakhtin. A partir dessa perspectiva, analisamos a autoria no gênero discursivo monografia de conclusão de curso.

Existem, no Brasil, vários estudos, no quadro das teorias enunciativo-discursivas, acerca da autoria no gênero discursivo escrito. Podemos citar alguns, por exemplo, Gallo (1992), Coracini (1999), Orlandi (1997, 1988, 2000, 2001a, 2001b), Gregolin (2001), Possenti (2002, 2009, 2013), Magalhães (2003). Por outro lado, temos também estudos que se voltam para os gêneros discursivos orais, como é o caso, por exemplo, de Francelino (2007), que estuda a autoria no gênero discursivo aula, a partir de categorias analíticas criadas pela linguista Jaqueline Authier-Revuz (1998; 2004) – mais precisamente, as *não-coincidências do dizer* –, e de Ribeiro (2006), que analisa recortes extraídos de gêneros discursivos orais produzidos no contexto universitário, a saber: aula, seminário e reunião acadêmica.

Esses trabalhos constituem apenas uma amostra dos estudos que têm sido realizados sobre a autoria nos gêneros discursivos. Constatamos, assim, estudos feitos em gêneros midiáticos, orais, acadêmicos, entre outros, nos quais os objetivos dos pesquisadores também são os mais diversos. Alguns desses trabalhos aprofundam as

discussões teóricas sobre o assunto. Uns buscam compreender o funcionamento discursivo do gênero analisado a partir da análise da autoria. E outros, ainda, buscam trazer contribuições para o ensino de texto. A presente pesquisa, portanto, adentra esse meio dialógico já habitado por esses estudos, travando diálogo com eles sobre a autoria no gênero discursivo monografia de conclusão de curso, focando, por sua vez, os esquemas de apreensão do discurso de outrem.

Cabe dizer que, analisando os estudos mencionados, percebemos que o olhar sobre o gênero discursivo acadêmico carece de atenção, uma vez que não encontramos, por exemplo, estudos acerca da autoria no gênero discursivo monografia de conclusão de curso a partir dos esquemas de apreensão do discurso de outrem. Diante dessa constatação, este trabalho pretende expandir os estudos acerca da autoria, investigando, por sua vez, um gênero discursivo escrito produzido no contexto acadêmico: monografias de conclusão de curso de Letras.

Justifica esta pesquisa o fato de que, ao estudarmos a autoria em monografias de conclusão de curso numa abordagem enunciativa, temos a oportunidade de perceber competências discursivas, por parte do sujeito-enunciador (estudantes que concluíram o curso de Letras), em manejar vozes diversas na tessitura da escrita do gênero monográfico, colocando em cena discussões sobre posicionamento, responsabilidade autoral, autoria, entre outros. Assim, a presente investigação possibilita perceber o sujeito-enunciador em pleno manejo e diálogo com os dizeres de outrem, fazendo de seu discurso uma arena de negociação e de construção de sentidos.

Além de ampliar as discussões em torno da temática da autoria trabalhada no âmbito dos estudos enunciativos e discursivos desenvolvidos no Brasil, esta investigação se coloca em diálogo com os estudos desenvolvidos por pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto – GPET (BERNARDINO, 2009; 2012; BESSA, 2009; 2010; 2011, dentre outros), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e dialoga, também, com estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB), mais precisamente no âmbito do Grupo de Pesquisa em Linguagem, Enunciação e Interação (GPLEI). Dialoga com os estudos do GPET porque investiga um gênero discursivo acadêmico, o que dá continuidade a estudos do texto acadêmico desenvolvidos por pesquisadores vinculados a esse grupo, no qual atuamos como bolsista durante a graduação. Dialoga, também, com estudos desenvolvidos no

âmbito do GPLEI porque investiga um fenômeno discursivo-enunciativo (a autoria) que recebe tratamento investigativo de pesquisadores ligados a tal grupo, principalmente de Francelino (2007; 2011).

Ademais, a opção por trabalhar com monografias de conclusão de curso justifica-se por possibilitar uma continuidade a estudos do texto escrito no universo acadêmico, numa abordagem enunciativa, iniciados na graduação em que desenvolvemos pesquisas, enfocando a produção, organização e funcionamento do texto acadêmico. Assim, na condição de aluno de iniciação científica, atuando nas seguintes pesquisas que tomaram como objeto de análise a escrita acadêmico-científica: *Produção, Organização e Ensino de Textos na Educação Superior* (BESSA, 2009)¹; *A referência ao discurso do outro em textos acadêmicos de estudantes de curso de Letras* (BESSA, 2009)²; *A referência ao discurso do outro em textos acadêmicos de especialistas de diferentes áreas do conhecimento* (BESSA, 2011)³; e *A responsabilidade enunciativa em artigos científicos produzidos por estudantes de Letras* (BERNARDINO, 2012)⁴.

Para esta investigação, partimos da hipótese de que os esquemas de discurso citado, por serem pontos de encontro do *eu* com *outro*, são recursos linguístico-discursivo-enunciativos que marcam uma representação do sujeito-enunciador numa relação com o outro e com a própria linguagem. Essa representação se constitui em um ponto de negociação de sentidos, resultando em efeitos de sentidos que fazem com que a autoria no gênero monográfico seja construída a partir do manejo de vozes de outros, nos movimentos enunciativos de captura da palavra do outro, nos pontos em que esse sujeito-enunciador marca/assinala/destaca o outro/o exterior no fio do discurso, delimitando o que pertence a ele mesmo e ao outro.

Além disso, ao estudarmos a autoria em monografias de conclusão de curso numa abordagem enunciativa, percebemos, em consonância com os estudos que mostram a natureza dialógica do texto acadêmico, aspectos constitutivos desse gênero referentes à construção da autoria enunciativa por meio de mecanismos linguístico-

¹ Projeto de pesquisa coordenado pelo Prof^o José Cezinaldo Rocha Bessa, com apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa no Rio Grande do Norte (FAPERN).

² Projeto de pesquisa coordenado pelo prof^o. José Cezinaldo Rocha Bessa, com apoio financeiro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

³ Projeto de pesquisa coordenado pelo prof^o. José Cezinaldo Rocha Bessa, com apoio financeiro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

⁴ Projeto de pesquisa coordenado pela prof^a. Rosângela Alves dos Santos Bernardino, com apoio financeiro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

enunciativos que evidenciam o encontro do sujeito-enunciador com o heterogêneo, com o outro que lhe constitui, com a palavra alheia.

Nessa perspectiva, a questão que se coloca mais precisamente é: como os esquemas de apreensão do discurso de outrem configuram/instauram a autoria em monografias de conclusão de curso de Letras? Assim, temos como objetivo geral: Investigar a construção da autoria no gênero discursivo monografia de conclusão de curso de Letras. A partir desse objetivo geral, traçamos alguns objetivos específicos, a saber: (i) identificar e descrever os esquemas linguístico-discursivo-enunciativos de transmissão do discurso de outrem mobilizados no gênero monográfico; (ii) discutir aspectos decorrentes dos esquemas de discurso citado que configuram a autoria no processo de construção de sentidos do gênero monográfico. Com esses objetivos, portanto, identificamos e analisamos os esquemas de discurso citado mobilizados na construção do gênero acadêmico-científico monografia e, ao mesmo tempo, mostramos como esses esquemas marcam/constituem a autoria enunciativa.

Teoricamente, essa investigação se fundamenta nos estudos discursivo-enunciativos advindos dos escritos do Círculo de Bakhtin – Bakhtin, Volochínov, mais especificamente – e dialoga com estudos desenvolvidos no âmbito da Análise do Discurso de linha francesa (AD). Ao mobilizarmos essas escolhas teóricas, revisitamos o campo teórico dos estudos enunciativos e discursivos sobre os estudos em torno da questão da autoria enunciativa e, ao mesmo tempo, dialogamos com esses estudos no momento do desenvolvimento da análise do *corpus* desta pesquisa.

Quanto aos aspectos metodológicos, esta pesquisa insere-se nos paradigmas dos estudos enunciativos, haja vista se voltar para o estudo de enunciados em situação específica, no caso, a produção de texto/discurso no universo acadêmico-científico. Quanto ao tipo de pesquisa, caracteriza-se como documental e bibliográfica (ANDRADE, 2001), pelo fato de trabalhar com material impresso de primeira mão, aqui, especificamente, monografias de conclusão de curso produzidas por estudantes do curso de Letras. A pesquisa é de caráter descritivo e interpretativo (LAKATOS, MARCONI, 1991; SANTOS, 2001), uma vez que a análise perpassa, primeiramente, o plano linguístico-enunciativo-discursivo, com vistas a identificar/descrever elementos que assinalam a autoria, para, em seguida, colocar em discussão tais mecanismos, na busca de compreender a construção de sentidos e o funcionamento do texto/discurso monográfico, no que concerne à construção da autoria.

O *corpus* é composto por cinco monografias de conclusão de curso produzidas por estudantes do curso de Letras, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, do *Campus* avançado Prof.^a “Maria Eliza de Albuquerque Maia”, da cidade de Pau dos Ferros-RN, no ano de 2012. Cabe frisar que as monografias⁵ citadas fazem parte de um banco de dados do Grupo de Pesquisa em Ensino e Produção de Texto (GPET/UERN).

De posse desse banco de dados, as monografias que constituem o *corpus* da presente pesquisa foram selecionadas obedecendo aos seguintes critérios: a) somente aquelas produzidas como trabalho de conclusão de curso no semestre letivo de 2012.2; b) ser da habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas; c) ter as temáticas voltadas para os estudos linguísticos; e d) obtiveram melhores conceitos/notas (no caso, nota máxima). O fato de estabelecer o melhor conceito/nota como critério de seleção não implica dizer que as monografias menos conceituadas não apresentam autoria. Tal critério visa, portanto, à delimitação do *corpus*, já que, com apenas os critérios a), b), e c) teríamos um *corpus* com uma quantidade expressiva de monografias e isso, consequentemente, impossibilitaria uma investigação que desse conta dos objetivos traçados, considerando o fator tempo de realização da presente pesquisa.

Levando em consideração o objeto de análise aqui delimitado e em consonância com os critérios de constituição do *corpus* acima estabelecidos, foram traçados os seguintes procedimentos de coleta e análise dos dados: a) solicitação formal, à chefia do Departamento de Letras/CAMEAM/UERN, da relação de conceitos ou notas atribuídas às monografias produzidas pelos alunos da habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas no semestre letivo de 2012.2; b) identificação das monografias que obtiveram os cinco maiores conceitos ou notas; c) visita ao banco de dados do GPET para consulta e posterior reprografia das cinco monografias com maiores conceitos ou notas; d) solicitação formal, aos alunos produtores das monografias, de autorização, para uso dos textos por eles elaborados como *corpus* desta pesquisa; e) leitura e releituras de todas as monografias do *corpus*, para identificação e descrição dos esquemas de discurso citado, visando flagrar como a autoria é construída nesse gênero; f) análise e interpretação dos dados da pesquisa.

⁵ As monografias que fazem parte do banco de dados do GPET foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: (a) ser da habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas literaturas; (b) terem sido produzidas como trabalho de conclusão de curso no semestre letivo 2012.2; (c) terem recebido melhores conceitos/notas.

Visando apresentar melhor o *corpus* de análise desta pesquisa, elaboramos o seguinte quadro com informações de cada uma das cinco monografias selecionadas.

Quadro 1 As monografias de conclusão de curso de Letras

Monografias de conclusão de curso de Letras			
Código	Título	Total pág.	Ano/ Semestre
M01	Os recursos reiterativos na produção escrita do aluno do 9º ano do Ensino Fundamental	59	2012.2
M02	Um estudo das metodologias do ensino de produção textual no Nível Fundamental	57	2012.2
M03	A multimodalidade em propagandas da Revista <i>Capricho</i>	58	2012.2
M04	O trabalho com os gêneros discursivos em aulas de produção textual no curso de Letras	78	2012.2
M05	Variação e ensino: uma abordagem das diversidades linguísticas nas aulas de língua portuguesa no Ensino Fundamental	75	2012.2

Por fim, cabe dizer que este trabalho encontra-se estruturado em três seções ou capítulos. No capítulo um, versamos sobre os esquemas de apreensão do discurso de outrem na perspectiva enunciativa adotada, focando as relações dialógicas entre discurso citante e discurso citado. No capítulo dois, retomamos os estudos discursivo-enunciativos acerca da noção de autoria, focando os aspectos característicos dessa noção. No capítulo três, desenvolvemos a análise do *corpus* desta pesquisa, mostrando como ocorre a constituição da autoria no gênero monográfico, a partir dos esquemas de apreensão do discurso de outrem. Por fim, tecemos as considerações finais acerca dos achados da investigação, ressaltando alguns pontos principais.

CAPÍTULO 1 DISCURSO CITADO: ESQUEMAS DE APREENSÃO E TRANSMISSÃO DO DISCURSO DE OUTREM

Nesta seção, discorreremos sobre o discurso citado, considerando um aspecto importante, a saber, as relações dialógicas. Falar de discurso citado é falar das relações entre discursos, é falar de esquemas linguísticos de apreensão ativa e transmissão das palavras de outrem, é falar de dialogismo mostrado na tessitura enunciativa dos sentidos. Assim, a problemática do discurso citado, na perspectiva enunciativa aqui adotada, envolve uma série de aspectos importantes do estudo das manifestações languageiras.

Ao dedicarmos esta seção ao estudo dos esquemas de discurso citado, partimos da perspectiva de que o discurso citado constitui um fenômeno altamente produtivo do ponto de vista da análise dialógica do discurso. Tal fenômeno, conforme apontam Bakhtin/Volochinov (2009, p. 149), “ainda não foi apreciado na sua justa medida”. Desse modo, tendo em vista os objetivos do presente trabalho, concebemos o discurso citado como esquemas linguístico-enunciativo-discursivos marcadores da autoria, mais precisamente em monografias de conclusão de curso.

Compartilhamos aqui do entendimento de que estudar o discurso citado exige do pesquisador uma visão sócio-dialógica da linguagem. Bakhtin/Volochinov (2009, p. 149) propõem ser preciso “dotar de uma orientação sociológica o fenômeno de transmissão da palavra de outrem”. Evidentemente, isso implica estudar as formas de discurso citado não apenas enquanto formas abstratas da língua, mas como formas de apreensão ativa do discurso de outrem, envolvendo avaliações, entoações, apreciações, comentários etc.

Nas últimas décadas, o discurso citado tem sido objeto de análise de muitos estudiosos da linguagem. Citamos alguns: Authier-Revuz (1998; 2004), na investigação das não-coincidências do dizer, analisa as marcas linguísticas do discurso citado como formas de heterogeneidades. Maingueneau (2002) desenvolve uma série de análises de textos jornalísticos, mostrando, a partir de vários modos de discurso citado, como a voz do outro é apreendida e marcada no discurso. No trabalho de Cunha (2008), encontramos uma discussão acerca de como a teoria de Bakhtin abriu caminho para uma nova abordagem do discurso citado e como, a partir dele, surgiram vários estudos focando a heterogeneidade enunciativa e constitutiva, bem como as atitudes dos sujeitos face aos mais diversos discursos. Em abordagem semelhante a essa de Cunha (2008),

Francelino (2004) mostra as implicações da abordagem dialógica do discurso citado para os estudos linguístico-discursivo-enunciativos. Ainda nessa mesma linha de discussão, Ramos (2010) desenvolve uma reflexão sobre o conceito do discurso de outrem presente em Marxismo e Filosofia da Linguagem, fazendo uma aproximação com o conceito de heterogeneidade, preconizado pela Escola Francesa da Análise de Discurso. Piris (2007), por sua vez, apresenta um trabalho voltado para a função argumentativa do discurso citado na construção do discurso e, partindo daí, desenvolve uma crítica às práticas de ensino de discurso citado observadas em livros didáticos. Nessa mesma linha, Pereira (2007) analisa as formas e as funções do discurso citado em seções teóricas de monografias de graduandos e especializandos. Bessa (2007) analisa e constata problemas de relações de sentido na articulação do discurso citado, mais precisamente o discurso citado direto, com o discurso citante no gênero monográfico. Já Bessa, Bernardino e Nascimento (2011) analisam a construção de sentidos de textos acadêmicos por meio das formas de retomada de discurso citado. Todos esses trabalhos, ao mesmo tempo em que fazem progredir a discussão em torno do discurso citado, partem dos estudos do Círculo de Bakhtin e nele se fundamentam como ponto de ancoragem. Isso mostra, categoricamente, o quanto os estudos do Círculo sobre o discurso citado são pertinentes, atuais e frutíferos.

Adentrando, portanto, nesse meio já atravessado por dizeres outros, a presente seção visa apresentar os esquemas de discurso citado, a partir dos escritos do Círculo, focando as relações dialógicas decorrentes do cruzamento de vozes no discurso. Antes disso, no entanto, convém discutirmos, mesmo que brevemente, como a temática do discurso citado é tratada nos manuais de metodologia científica, nos livros didáticos e nas gramáticas.

1.1 O discurso citado em manuais de metodologia científica, livros didáticos e nas gramáticas

A presença, neste trabalho, de um tópico sobre o tratamento dado ao discurso citado em manuais de metodologia científica, em livros didáticos e em gramáticas se justifica pela necessidade de termos uma noção, mesmo que breve, de quais informações guiaram os sujeitos/alunos/produtores na escrita do gênero monográfico (*corpus* desta investigação), considerando que os manuais de metodologia, os livros

didáticos e as gramáticas são utilizados como recursos de pesquisa e ensino e postulam orientações para organização do texto acadêmico. Assim, por exemplo, o livro didático, mais precisamente aquele destinado a alunos do Ensino Médio, pode mostrar como a temática do discurso citado é trabalhada nesse nível de ensino. Com isso, queremos apenas evidenciar possíveis contatos que o sujeito produtor do gênero monográfico teve com a temática do discurso citado ao longo de sua formação. Essa discussão é pertinente se considerarmos a perspectiva teórica adotada neste trabalho, qual seja, a de que entende o sujeito produtor de discurso enquanto histórico, ideológico, social.

Sem dúvidas, a ABNT-NBR 10520/2002 (sigla de Norma Brasileira aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT) é um dos manuais mais conhecidos quando o assunto é discurso citado. Usando a expressão *citação*, essa norma limita os esquemas/formas de discurso citado a apenas três, a saber: citação direta, citação indireta e citação de citação. Para essa norma, a citação é definida como sendo a “menção de uma informação extraída de outra fonte” (ABNT-NBR 10520/2002, p. 01).

Além disso, esse manual apresenta uma breve definição de cada uma das formas de discurso citado. A citação direta seria a transcrição textual de parte da obra do autor consultado; a citação indireta seria o texto baseado na obra do autor consultado e a citação de citação seria a citação direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original. Notemos que as definições apontam apenas aspectos estruturais dos esquemas de discurso citado. Embora esse manual apresente exemplos ilustrativos, o foco recai sobre a forma linguística. Ao que tudo indica, portanto, o objetivo do manual é oferecer um modelo, uma forma, um arquétipo de como citar informações de outra fonte. Ele não leva em conta as relações de sentido, os aspectos apreciativos, valorativos, dialógicos que envolvem os esquemas de apreensão do discurso de outrem.

A partir dessa norma da ABNT, vários manuais de redação acadêmica foram elaborados, ou, pelo menos, tomaram-na como base. Um exemplo disso é o *Manual para Normatização de publicações técnico-científicas*, de Júnia Lessa França (2007). Esse manual segue as mesmas limitações da NBR analisada, chegando mesmo a reproduzir (sem marcação tipográfica) o que é dito na norma: “As citações são trechos transcritos ou informações retiradas das publicações consultadas para a realização do trabalho” (FRANÇA, 2007, p. 130). A autora acrescenta a essa definição, mas de forma incipiente, o seguinte comentário: “São introduzidas no texto com o propósito de esclarecer ou complementar as ideias do autor” (idem, ibidem). Evidentemente, o

discurso citado não se reduz a apenas esclarecer ou completar as ideias do autor, conforme mostram, por exemplo, pesquisa de Cunha (2008).

Ademais, o manual citado procede do mesmo modo que a NBR, mostrando exemplo-modelo de como fazer uma reprodução literal, ou como apenas se *basear* na obra de outro autor. De modo geral, esse manual incorre no mesmo problema já apontado por Cunha (2008, p.130), ao dizer que os manuais didáticos objetivam habituar “os alunos a manipular as formas da língua e não a interpretar os sentidos desses discursos no texto”.

O discurso citado também é estudado em Livros Didáticos de Língua Portuguesa (LDP). Considerando que não é nosso objetivo explorar de forma aprofundada o tratamento dado ao discurso citado no LDP, detemo-nos em observar como essa temática é tratada em dois livros didáticos aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD): *Português: ensino médio*, de José de Nicola (volume 1, 2005) e *Língua portuguesa: linguagem e interação*, de Carlos Emílio Faraco, Francisco Marto de Moura e José Hamilton Maruxo Júnio (volume 1, 2010). O primeiro LD foi adotado por muitos professores do Ensino médio e circulou nas escolas públicas, servido de material didático, entre os anos de 2009 a 2011. O segundo, por sua vez, é mais recente, tendo sido aprovado para servir de material didático entre os anos 2012 a 2014.

Ao analisarmos como o discurso citado é tratado em LDP, não podemos deixar de considerar as limitações que esse material apresenta. O LDP, evidentemente, por sua finalidade didática – por exemplo, servir como material de apoio para o professor desenvolver suas aulas –, não pode esgotar todos os detalhes da temática do discurso citado. Por outro lado, identificar os pressupostos, a perspectiva de linguagem que perpassa a proposta do LDP na abordagem do discurso citado já é algo significativo para o presente trabalho.

Percebemos que o volume *Português: ensino médio*, de José de Nicola (volume 1, 2005), em certos aspectos, apresenta uma aproximação em relação à concepção dialógica do que seja o discurso citado. Após fazer referência ao fato de que o locutor pode inserir em seu discurso a voz de um outro por meio de discurso direto, discurso indireto e/ou indireto livre, o autor diz: “a escolha por uma ou outra forma nunca é aleatória, como também não é aleatória a escolha do verbo associado à reprodução da fala” (p. 220). Para exemplificar as formas de discurso citado, o autor do LDP recorre a ocorrências extraídas de textos literários. Além disso, este manual didático apresenta

uma série de verbos introdutórios de discurso citado (verbo *dicendi*). Não apenas isso, ele mostra verbos introdutórios que apresentam uma carga valorativa e juízos de valor. Entendemos, assim, que a maneira como o discurso citado é concebido abre um leque de possibilidades para que o professor trabalhe essa temática (do discurso citado), assumindo uma concepção de discurso citado nos moldes postulados pelo Círculo.

Tratamento semelhante é dado ao discurso citado no livro *Língua portuguesa: linguagem e interação* (volume 1, 2010). Nesse volume, o discurso citado é acompanhado de discussões sobre elementos introdutórios como, por exemplo, verbos de dizer, verbos de interlocução, travessão, aspas. São listadas quatro formas de discurso citado: discurso direto, discurso indireto, discurso direto livre, discurso indireto livre. Para mostrar a ocorrência dessas formas de discurso citado, os autores lançam mão de fragmentos de gêneros literários e jornalísticos.

Interessante notar, ainda, é que a proposta de atividade elaborada por esse livro, a partir da discussão sobre o discurso citado, pede que o aluno pesquise em textos jornalísticos as várias formas de discurso citado e explique as finalidades comunicativas a que se prestam, partindo do princípio de que “[...] há diversas formas de discurso relatado e, em cada texto, prestam-se a determinada finalidade comunicativa” (FARACO *et al.*, 2010, p.332). Desse modo, essa proposta de trabalho com o discurso citado possibilita ao aluno perceber o funcionamento dos esquemas de apreensão da palavra de outrem em pleno uso, ou seja, nas práticas discursivas do cotidiano.

Por outro lado, esse tipo de tratamento dado ao discurso citado não é encontrado nas gramáticas. Analisando uma delas – *A moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara –, é notável a limitação na abordagem do discurso citado. São citadas três formas de discurso citado: discurso direto, indireto e indireto livre. Percebe-se que o objetivo do autor é mostrar uma certa progressão de uma forma marcada em direção a uma forma não marcada. Além disso, é notável a maneira reducionista como cada forma de discurso citado é apresentada: todos os exemplos ilustrativos não ultrapassam o limite da frase. E sobre a marcação do discurso direto, por exemplo, é dito que “[...] a sucessão da fala dos personagens é indicada por travessão (outras vezes, pelos nomes dos intervenientes)” (BECHARA, 2009, p. 482). Esse é o único exemplo de discurso citado direto. Não se faz menção a outros introdutórios desse esquema de discurso citado e nem se aborda questões de sentidos que envolvem essa forma de apreensão da palavra do outro.

Ademais, o manual de gramática em análise mostra como *passar o discurso direto para o discurso indireto* e como transformar um discurso indireto em um discurso indireto livre. Logo, esse manual desconsidera as particularidades de cada um dos esquemas de discurso citado. Dizer que as gramáticas apresentam limitações no tratamento do discurso citado não é algo novo. Authier-Revuz (1998, p. 133) mostra a *insuficiência da “vulgata”*. Para essa autora, “[...] os modos de representação no discurso de um discurso outro, tem (sic) sido, limitadamente, exposto de três formas: o discurso direto, o indireto e o indireto livre, apresentados como uma espécie de progressão” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p 133).

Feita essa breve retomada dos estudos do discurso citado nos manuais de redação acadêmica, nos manuais didáticos de Língua portuguesa e nas gramáticas, passaremos agora a apresentar a perspectiva enunciativa do Círculo de Bakhtin sobre o discurso citado, focando, primeiramente, as relações dialógicas, depois os esquemas de apreensão da palavra de outrem.

1.2 O discurso no discurso: as relações dialógicas entre vozes

A problemática do discurso citado se apresenta como um dos aspectos do dialogismo. Desse modo, estudar o discurso citado é estudar o dialogismo mostrado no fio do discurso, é perceber a palavra alheia no discurso. Ligadas ao estudo do discurso citado, temos outras noções importantes como, por exemplo, enunciado, gênero, relações dialógicas. Como diz Castro (2009, p. 118, grifo do autor), o discurso citado, “*ou a arte de nos reportarmos à palavra alheia, [...], seria assim, justamente com os gêneros do discurso, um dos elementos nucleares do processo social de construção de nossas enunciações.*” Destaquemos desse comentário o fato de o discurso citado ser tratado como processo social de construção de nossas enunciações. Ou seja, o discurso citado envolve o estudo da palavra do outro na palavra do um, dos modos de utilização da palavra do outro, dos esquemas sintático-enunciativos de transmissão do discurso de outrem, do cenário linguístico-enunciativo que envolve a introdução de um outro enunciado no enunciado do um.

O discurso citado, em outros termos, envolve o estudo das vozes que se fazem ouvir na tessitura textual dos sentidos. Em *Problemas da Poética de Dostoiévski-PPD* (1929), Bakhtin, ao desenvolver estudos sobre os escritos literários de Dostoiévski,

apresenta postulados importantes para uma abordagem enunciativa da linguagem, contemplando o estudo das vozes presentes no discurso. Para Bakhtin, uma das peculiaridades do romance de Dostoiévski – o criador do romance polifônico – é “a multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes” (BAKHTIN, 2010, p. 04).

Nesse escrito, Bakhtin (2010) argumenta em favor da constatação de que os escritos de Dostoiévski apresentam uma relação de independência das personagens em relação ao autor na estrutura do romance. As vozes presentes no romance polifônico são vozes autônomas que preenchem funções diversas na estrutura do discurso. Entretanto, esse princípio não é restrito ao romance dostoiévskiano, mas é uma marca própria da linguagem, podendo ser constatado em outros gêneros como é o caso, por exemplo, dos gêneros acadêmicos, em que percebemos uma pluralidade de vozes sendo materializadas na tessitura enunciativa dos sentidos (BESSA, 2007; PEREIRA, 2007; BESSA, BERNARDINO & NASCIMENTO, 2011).

O discurso citado não envolve apenas questões linguísticas, mas, principalmente, questões dialógicas: encontro de vozes, aspectos valorativos, juízos de valor, construção de sentidos, entoações apreciativas. No entanto, não podemos dissociar os aspectos estruturais da língua dos aspectos discursivos e enunciativos. Essa problemática foi resolvida por Bakhtin, ao discutir sobre o objeto de estudo *discurso*. Ele estabeleceu uma distinção entre a linguística (no caso, a linguística estrutural da época) e a metalinguística (ou translínguística). O objeto de estudo da linguística é a língua, já o objeto de estudo da translínguística compreende as relações dialógicas, ou o discurso, que é a língua viva.

Bakhtin (2010) entende que essas duas perspectivas de abordagens – linguística estrutural e a translínguística/metalinguística – devem manter uma relação de complementaridade. Isso implica dizer que uma abordagem enunciativa não pode desconsiderar a relação de interdependência e complementaridade que existe entre os fatores linguístico-estruturais com os fatores extralinguístico-enunciativos. Assumimos essa proposta porque ela é suficiente para analisar os esquemas ativos de apreensão do discurso de outrem sem ficarmos presos aos elementos estritamente linguísticos envolvidos.

As relações dialógicas, por pertencerem ao campo do extralinguístico, são significativas porque são elas que determinam as particularidades da construção da

linguagem (BAKHTIN, 2010). Isso implica dizer que são as relações dialógicas que determinam, entre outros aspectos, o estilo, a estrutura, a semântica e a entoação avaliativa dos gêneros discursivos. É somente na língua em uso, nas esferas sociais, que ocorrem as relações dialógicas. Bakhtin (2010, p. 208) é enfático ao dizer que “[...] na linguagem, como objeto da linguística, não há e nem pode haver quaisquer relações dialógicas: estas são impossíveis entre os elementos no sistema da língua”. Além disso, nem mesmo o “texto”, num enfoque puramente linguístico, pode apresentar relações dialógicas. Com isso, entendemos que isolar o discurso-enunciado de seu exterior, das relações sociais que o cercam e o determinam, é isolá-lo de suas relações dialógicas.

Vale salientar, todavia, que as relações dialógicas não têm sua existência fora do discurso, à semelhança da transcendência divina. A transcendência das relações dialógicas em relação ao discurso não é verdadeira, tendo em vista que essas relações “[...] não podem ser separadas do campo do *discurso*, ou seja, da língua como fenômeno integral concreto”, conforme postula Bakhtin (2010, p. 209). Segundo esse mesmo autor, a “linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam” (idem, p. 209). O esforço aqui é mostrar a inseparável relação entre o discurso e as relações dialógicas. É essa *integração viva* que produz os enunciados concretos.

Essa relação dialógica característica dos discursos leva Bakhtin (2010) a postular o conceito de *dupla orientação* do discurso. Isso significa que o discurso está voltado para seu objeto e, também, para um outro discurso. Esse é o caso das citações em textos acadêmicos, por exemplo. Sobre as citações em artigos, mais precisamente, Bakhtin (2010) tece os seguintes comentários:

Em artigos científicos, em que são citadas opiniões de diversos autores sobre um dado problema – algumas para refutar, outras para confirmar e completar –, temos diante de nós um caso de inter-relação dialógica entre palavras diretamente significativas dentro de um contexto. As relações de acordo-desacordo, afirmação-complemento, pergunta-resposta, etc. são relações puramente dialógicas, mas não são, evidentemente, relações entre palavras, orações ou outros elementos de uma enunciação, mas relações entre enunciações completas. (BAKHTIN, 2010, p. 215-16).

Nesta citação, notamos Bakhtin discorrendo acerca de como ocorrem as relações dialógicas entre discursos. No caso das citações, mais precisamente, vemos que elas são mobilizadas de forma a tecerem relações com o discurso do autor, ou seja, com o discurso citante. Assim, os discursos citados podem ser mobilizados numa relação de

acordo-desacordo, pergunta-resposta, afirmação-complemento etc. Conforme Bakhtin (2010), nessas relações dialógicas, o discurso citado é, ao mesmo tempo, orientado para seu objeto e é objeto de outra orientação, a do discurso citante.

O comentário de Bakhtin (2010), reproduzido anteriormente, é pertinente para o presente trabalho, tendo em vista que ele aponta para relações dialógicas que ocorrem a partir das vozes citadas, ou seja, mostra as relações que se estabelecem entre os discursos citados e o discurso citante. E, ainda, indica possíveis funções que o discurso citado preenche no contexto do discurso citante. Essas são algumas das questões envolvidas nas relações dialógicas entre discurso citado e discurso citante.

A temática do *discurso de outrem* – concebemos as terminologias *discurso de outrem*, *discurso citado*, *discurso reportado*, *discurso alheio* e *citação* como sendo equivalentes – é trabalhada com afinco em MFL. Nesse escrito, o discurso de outrem é discutido a partir de uma crítica feita aos estudos da sintaxe realizados no âmbito da linguística estruturalista: o discurso de outrem compreende uma perspectiva que a sintaxe não dá conta. É por isso que Bakhtin/Volochinov (2009, p. 149) propõem “[...] dotar de uma orientação sociológica o fenômeno de transmissão da palavra de outrem”. Com isso, propõem traçar um caminho sociológico, em linguística, que consiga tratar da problemática do discurso de outrem.

Bakhtin/Volochinov (2009) admitem que, das formas da língua, as análises sintáticas são as que mais se aproximam das formas concretas da enunciação. Segundo eles, “todas as análises sintáticas do discurso constituem análises do corpo vivo da enunciação; portanto, é ainda mais difícil trazê-las a um sistema abstrato da língua” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 146). As formas sintáticas estariam, assim, mais próximas das condições reais da enunciação do que as formas morfológicas ou fonéticas, por exemplo. A partir disso, os autores estudam, então, as formas sintáticas que assinalam/representam/marcam, no interior de um discurso, o discurso de outrem, via discurso citado e suas variantes, mas isso numa perspectiva dialógica.

Interessante notar que as formas sintáticas de discurso citado não eram desconhecidas dos formalistas. No entanto, segundo Authier-Revuz (2002, p. 37 grifo da autora), foi “[...] o ponto de vista especificamente dialógico que fez dele um tema central do estudo das formas do *discurso relatado em MFL*, na tipologia da palavra com duas vozes, em PPD.” Assim, foi o ponto de vista dialógico que constituiu uma abordagem nova acerca dos esquemas de apreensão e transmissão do discurso citado.

Em leitura semelhante a essa de Authier-Revuz, Cunha (2008) diz que foram os estudos do Círculo que abriram caminho para uma reformulação da noção gramatical de discurso citado. A partir da perspectiva dialógica, o discurso citado passou a ser tratado como uma retomada de outra enunciação e não uma transmissão desinteressada de uma forma puramente linguística (CUNHA, 2008).

Assumindo a perspectiva dialógica do Círculo, Authier-Revuz postula que, nos casos de discurso citado – discurso relatado em sua terminologia –, temos um fenômeno denominado heterogeneidade mostrada no discurso. Essa heterogeneidade seria uma forma pela qual o sujeito enunciador negocia com a heterogeneidade constitutiva do discurso. Essa heterogeneidade constitutiva seria a existência do outro em todo lugar, em toda parte, sempre presente, considerando-se que todo discurso é produzido a partir de um *já dito*, de um interdiscurso. Assim, as formas de heterogeneidade mostrada, entre elas as formas de discurso citado, “são elementos de *representação* – fantasmática – que o locutor (se) dá de sua enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 2002, p. 70, grifo da autora).

A partir dos estudos dessa autora, entendemos que as formas de heterogeneidade mostrada instauram um *efeito de distância* entre o discurso citante e o discurso citado. Além disso, “[...] o sujeito se apresenta como centro de sua enunciação, sem, para tanto, se deixar tomar ele mesmo por essa representação ilusória” (AUTHIER-REVUZ, 2002, p. 70).

Em MFL, um postulado básico do discurso citado é que ele se faz presente *no* discurso do um: *é discurso no discurso*. Isso significa que um discurso apresenta a possibilidade de dialogar com outros discursos em seu interior. Na verdade, é da natureza de todo discurso possibilitar o outro em seu interior, de forma marcada ou não.

O discurso de outrem não é mobilizado de forma neutra ou com imparcialidade, mas envolve sempre uma tomada de posicionamento. Nos termos de Bakhtin/Volochinov (2009), as formas sintáticas do discurso citado são formas de recepção ativa do discurso de outrem. A palavra do outro, por ser uma outra enunciação, envolve questões ideológicas e, por isso, exerce uma função sobre/na outra enunciação (citante). O cenário que envolve o discurso citado, portanto, é um cenário de lutas, de embates, de polêmicas, de contratos, de confirmação e refutação, de tese, síntese e antítese. Diante disso, destacamos alguns pontos, referentes ao discurso citado, que são

relevantes para este trabalho e que podem ser extraídos de Bakhtin/Volochinov (2009, p. 150-153), a saber:

- i. o discurso citado envolve a transmissão das palavras do outro, mediante vários esquemas ativos de apreensão;
- ii. o discurso citado envolve uma outra enunciação, um outro enunciado, uma outra situação, existindo, assim, uma inter-relação dinâmica entre discurso citado e discurso citante;
- iii. o discurso citado, mais especificamente o discurso direto, conserva sua autonomia estrutural, sendo possível, portanto, apreender sua presença na trama enunciativa do discurso citante;
- iv. o enunciador do discurso citante (que integra o outro discurso em seu interior) elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilar parcialmente o discurso citado;
- v. os esquemas linguístico-discursivo-enunciativos de transmissão do discurso de outrem são marcas de uma *relação ativa* de uma enunciação a outra;
- vi. os esquemas de transmissão refletem tendências básicas e constantes da *recepção ativa do discurso de outrem*, sendo essa recepção fundamental para o diálogo;
- vii. os esquemas de discurso citado, por serem elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem, encontram-se na sociedade e não na mente do enunciador;
- viii. o uso de um esquema de transmissão de um discurso citado tem um fim específico;
- ix. toda transmissão de um discurso citado leva em conta um outro discurso a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas.

Esses aspectos envolvidos na transmissão do discurso citado lançam luz sobre um ponto que destacamos nessa seção, a saber, os esquemas de transmissão do discurso de outrem são abordados pelo Círculo de Bakhtin de forma integrada ao contexto enunciativo. A crítica feita à perspectiva estruturalista é que essa dissocia o discurso citado do contexto enunciativo. A perspectiva dos estudiosos do Círculo visa, todavia, integrar dinamicamente as duas dimensões: o discurso a transmitir (discurso citado) e

aquele que serve para transmiti-lo (discurso citante). Entre o discurso citado e o discurso citante existe aquilo que Bakhtin/Volochinov (2009) chamaram de *inter-relação dinâmica*. Essa dinâmica, segundo os autores, reflete a dinâmica da interação social dos indivíduos na comunicação ideológica. Desse modo, ao estudarmos o discurso citado, estaremos lidando com relações dialógicas e ideológicas entre sujeitos e não apenas com formas sintáticas e linguísticas de reprodução de informações de um outro autor.

Ao comentar o tratamento dado ao *discurso citado* em MFL, Castro (2009) diz que o discurso citado é tratado como *elemento estruturante* da comunicação. Ainda, para ele, encontramos em MFL como as formas de utilização das vozes alheias são “[...] ininterruptamente variáveis e plásticas, podendo deixar evidências formais mais ou menos explicitadas quando acontece o encontro entre vozes” (CASTRO, 2009, p. 121).

Assim, como já dito, estudar o discurso citado na concepção do Círculo é estudar uma das formas de se perceber o dialogismo. Na leitura que faz acerca do dialogismo, Fiorin (2008) elenca três conceitos. Numa leitura possível, poderíamos denominar esses conceitos como sendo *dimensões do dialogismo*. Seguindo os conceitos apresentados por Fiorin (2008), temos: (i) dialogismo constitutivo como modo de funcionamento da linguagem; (ii) dialogismo mostrado no fio do discurso; e (iii) dialogismo como princípio de constituição do indivíduo e seu princípio de ação.

O primeiro conceito aponta para o aspecto constitutivo da linguagem. Em outras palavras, todo enunciado é constituído a partir de outros. Um enunciado qualquer se constitui sempre na relação com outros que o precedem e que o sucedem na grande cadeia da comunicação (FIORIN, 2008). No dialogismo, temos o embate entre dois discursos: o discurso do locutor e o discurso do interlocutor. Isso implica dizer que o dialogismo ocorre sempre entre discursos. Possenti (2009, p. 120) parece chegar a essa mesma compreensão ao dizer que o dialogismo postulado por Bakhtin “[...] é algo que ocorre mais propriamente entre textos do que entre locutores”.

Já o segundo conceito de dialogismo compreende os casos em que o enunciador incorpora as outras vozes no seu enunciado, mostrando-as de maneira externa e visível no fio discursivo. Conforme o autor, nesse caso, temos o dialogismo como *forma composicional*. Fiorin (2008) cita procedimentos de inserção do discurso do outro no discurso, entre eles: discurso direto, discurso indireto, aspas, negação, paródia, discurso indireto livre.

Quanto ao terceiro conceito, destaca-se o equilíbrio entre assujeitamento e autonomia na constituição do sujeito do discurso. Segundo Fiorin (2008, p. 55), em Bakhtin, “[...] o sujeito não é assujeitado, ou seja, submisso às estruturas sociais, nem é uma subjetividade autônoma em relação à sociedade.” Defende-se, portanto, nesse terceiro conceito, um sujeito que é constituído em/na relação ao/com outro, mas que também age nessa relação. Possenti (2009), de maneira semelhante, entende que podemos ler, em Bakhtin, noções como *o social*, *o histórico*, *o ideológico* e *o outro*, mas também encontramos as noções de *o eu*, *o autor*, *o leitor*. E que aquelas noções não transformam essas em meros vetores, lugares. Segundo ele, Bakhtin não “destitui a enunciação de seu caráter circunstancial, apesar de considerar que o diálogo é algo que ocorre mais propriamente entre textos do que entre locutores” (POSSENTI, 2009, p. 120). Diante disso, concluímos que estudar o discurso citado, inevitavelmente, implica adotar uma posição quanto ao sujeito que se constitui na relação com outros.

A abordagem enunciativa presente nos estudos do Círculo permite perceber o sujeito enquanto dialógico, social, cultural, mas que também apresenta um estilo individual e que se constitui autor de enunciados. A noção de subjetividade nos escritos do Círculo delegou aos estudos enunciativos a possibilidade de perceber o sujeito enquanto noção constitutiva da enunciação, sendo possível verificar suas marcas no enunciado. Essas marcas sinalizam um aspecto da enunciação, tendo em vista que nenhum enunciado é isolado dos sujeitos que a produziram.

Enunciado e sujeito, desse modo, não podem ser estudados separadamente. A subjetividade é o que é porque existem enunciados que tornam real sua existência. E os enunciados vêm à existência devido ao fato de sujeitos integrarem determinadas esferas da atividade humana e usarem a linguagem com determinadas funções. A maneira, portanto, de apreender a subjetividade é na enunciação-enunciado. Com isso, o estilo de linguagem, a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais e a construção composicional (BAKHTIN, 2011) precisam ser compreendidos como resultado da interação entre sujeitos enunciadoreis.

Em leitura dos escritos de Bakhtin, Flores e Teixeira (2013, p. 52) mostram que o sujeito é concebido “[...] na interação com o outro, sendo atribuído a ele o papel criativo no processo de composição do sentido, podendo, por sua entoação expressiva, desestabilizar as redes instituídas.” O sujeito enunciadoreis aparece, então, como o centro organizador e orquestrador dos elementos linguístico-enunciativos na construção de

enunciados dentro de um determinado campo de atividade humana. Conforme Flores e Teixeira (2013), o sujeito semantiza a língua no evento enunciativo.

Diante do exposto e considerando as três noções de dialogismo apresentadas por Fiorin (2008), situamos o presente trabalho no segundo conceito, tendo em vista que tomamos os postulados acerca do discurso citado na análise da autoria no gênero monografia de conclusão de curso. Os outros dois conceitos perpassam este trabalho, como é o caso, por exemplo, do terceiro conceito que fundamenta a noção de sujeito e subjetividade na perspectiva enunciativa do Círculo, a qual é adotada aqui.

1.3 Esquemas de recepção ativa do discurso de outrem: o dialogismo mostrado no fio do discurso

Uma definição apropriada de discurso citado presente nos escritos do Círculo de Bakhtin pode ser encontrada no *Dicionário de Linguística da Enunciação*. Neste, os autores definem o discurso citado nos seguintes termos: “mecanismo sintático-semântico de transmissão da palavra de outrem em que há uma integração ativa entre a palavra citada e a palavra de quem cita” (FLORES *et al* 2009, p. 85).

Nesse mesmo dicionário, os autores dizem que Bakhtin propõe o estudo do discurso citado a partir de uma perspectiva enunciativa e isso, conseqüentemente, leva o pesquisador a considerar as condições reais de produção discursiva. Além disso, ao propor o estudo do discurso citado na perspectiva enunciativa, superando abordagens estritamente gramaticais e estilísticas, Bakhtin estabelece uma análise dos fatos da língua numa indissociável relação com a enunciação. Nos termos de Flores *et al* (2009, p. 86), “[...] a análise do discurso citado proposto por ele indica como articular metodologicamente, na análise de fenômenos de linguagem, a questão linguística propriamente dita e dados da enunciação concreta”. Essa metodologia de abordagem do discurso citado apresenta uma concepção de *outro* como sendo constitutivo do processo discursivo.

Encontramos em *MFL* alguns esquemas de transmissão do discurso de outrem e suas variantes. Esses esquemas de apreensão e transmissão “exprimem uma tendência à apreensão ativa do discurso de outrem. Cada esquema recria à sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular, específica” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 164). Esse comentário sinaliza para o fato de que

devemos pensar sempre as formas de transmissão do discurso de outrem como *tendências* e maneiras de (re)criação enunciativa.

Cunha (2008, p. 130), ao mostrar como os estudos do Círculo de Bakhtin abriram caminho para uma reformulação da noção de discurso citado, afirma que os autores do Círculo “[...] buscam continuamente a dinâmica entre discurso próprio e discurso do outro, na qual estão incluídas a posição do terceiro e a finalidade do enunciado”. Segundo ela, a perspectiva dialógica coloca no centro do estudo não formas e estruturas da língua, mas a questão do discurso do outro e o confronto de vozes e sujeitos.

Ademais, sobre a reação *da palavra à palavra* no discurso, Fiorin (2008) sintetiza em duas tendências, a saber:

- a) uma, em o discurso alheio é abertamente citado e nitidamente separado do discurso citante, é o que Bakhtin chama de discurso objetivado;
- b) outra, em que o discurso é bivocal, internamente dialogizado, em que não há separação muito nítida do enunciado citante e do citado. (FIORIN, 2008, p. 33).

Essas duas orientações são também apontadas por Flores *et al* (2009), sendo entendidas, também, como formas de recepção ativa do discurso de outrem. Para Flores *et al* (2009), essas duas orientações principais atuam da seguinte forma:

- 1) pode visar à conservação da integridade da palavra alheia. Nesse caso, verifica-se um esforço no sentido de delimitar o discurso citado com fronteiras nítidas e estáveis (por exemplo, discurso direto, discurso indireto);
- 2) pode visar a uma utilização mais sutil da palavra alheia, através do enfraquecimento e até do apagamento das fronteiras entre discursos citado e discurso citante. Nessa segunda tendência, encontram-se modelos mistos de transmissão do discurso de outrem (por exemplo, o discurso indireto sem sujeito aparente e, particularmente, o discurso indireto livre). (FLORES *et al* 2009, p. 85).

Ao tratarmos o discurso citado enquanto formas de manifestação do dialogismo, sendo possível analisar estratégias de transmissão da palavra alheia, é pertinente recuperarmos uma importante distinção feita por Fiorin (2008). Ele aponta que é recorrente o uso do termo *intertextualidade* para designar a noção de dialogismo. Tal uso foi feito, primeiramente, por Kristeva, em sua apresentação da obra de Bakhtin na França. Esses estudos foram, posteriormente, difundidos por Roland Barthes, tornando

o uso cada vez mais conhecido. Segundo Fiorin (2008), usar o termo *intertextualidade* para designar as relações dialógicas é um equívoco, tendo em vista o fato de que existe, em Bakhtin, uma distinção entre texto e enunciado.

Fiorin (2008) estabelece a distinção entre texto e enunciado, intertextualidade e interdiscursividade, intertextualidade e intratextualidade. O texto é a manifestação do enunciado. O enunciado, por outro lado, é um ponto de vista, é um sentido. A intertextualidade diz das relações dialógicas materializadas em textos, ou seja, se constitui a partir da relação entre textos. Já a interdiscursividade aponta para as relações entre enunciados. A intratextualidade, por sua vez, diz da materialização das vozes no interior de um texto. Essa última distinção é possível porque, conforme Fiorin (2008), Bakhtin tratou das relações dialógicas entre textos e dentro dos textos. A conclusão a que Fiorin (2008, p. 52) chega é: “quando duas vozes são mostradas no interior do texto, como no discurso direto, no discurso indireto ou no indireto livre, não se deve falar em intertextualidade”.

Bakhtin/Volochinov (2009) discutem e distinguem duas orientações para os esquemas de discurso citado, que se configuram em *estilos*: o *estilo linear* e o *estilo pictórico* de citação do discurso de outrem. Cabe esclarecer que esses dois estilos apresentam vários esquemas, como o discurso citado direto, o discurso citado indireto, etc.

A característica do estilo linear é

[...] criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado, correspondendo a uma fraqueza do fator individual interno. [...] o discurso construído como sendo o de outrem atinge uma sobriedade e uma plasticidade máximas (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 156).

Em outro ponto, seguindo essa mesma linha de raciocínio, Bakhtin/Volochinov (2009) comentam:

A tendência fundamental da reação ativa ao discurso de outrem pode visar à conservação da sua integridade e autenticidade. A língua pode esforçar-se por delimitar o discurso citado com fronteiras nítidas e estáveis. Nesse caso, os esquemas linguísticos e suas variantes têm a função de isolar mais clara e mais estritamente o discurso citado, de protegê-lo de infiltração pelas entoações próprias ao autor, de simplificar e consolidar suas características linguísticas individuais. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 155)

O autor é mencionado nesse excerto como aquele que exerce uma influência sobre o discurso citado, ou seja, ele pode infiltrar suas entoações no discurso de outrem. Desse modo, os esquemas de apreensão do discurso citado são, ao mesmo tempo, mecanismos que servem para marcar o discurso como pertencente a um outro e para proteger esse discurso das entoações próprias do autor.

Na segunda orientação, *estilo pictórico*, temos a natureza oposta àquela do estilo linear. No estilo pictórico: “A língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 156). Nesse último caso, o contexto do discurso citante esforça-se para desfazer a estrutura do discurso citado, apagando suas fronteiras e marcas.

Dito isso, vamos nos deter em alguns dos esquemas de apreensão e transmissão de discurso citado demarcado e não demarcado na tessitura discursivo-enunciativa. Ao fazermos isso, teremos o cuidado de não desenvolvermos uma leitura apenas *formal* do discurso citado no Círculo de Bakhtin (CASTRO, 2009). Cabe dizer, ainda, que Bakhtin/Volochinov (2009) limitam a caracterização dos esquemas de transmissão do discurso direto e indireto (e suas variantes) à língua literária russa. Nesse caso, eles reconhecem que não esgotaram todas as possibilidades de ocorrências das variantes possíveis. Isso abre a possibilidade de haver outros esquemas de transmissão em outras manifestações linguísticas, em outros gêneros discursivos, por exemplo. Ademais, visando tornar essa discussão mais clara, utilizaremos casos extraídos do *corpus* para exemplificar cada uma das variantes de discurso citado.

1.3.1 Discurso citado indireto

O discurso indireto (DI) e o discurso direto (DD) são concebidos como esquemas de base dos quais derivam variantes. (Esses esquemas se realizam, portanto, a partir de variantes.) E são nas variantes que ocorrem as mudanças, que se estabilizam os novos hábitos da apreensão ativa da palavra de outrem.

Ao analisar o DI, Bakhtin/Volochinov (2009) dizem que não existem muitas variantes deste na língua russa. Eles atribuem isso ao fato de que não houve, na história

da língua russa, um período cartesiano, racionalista em que o conteúdo do discurso de outrem fosse decomposto, criando, assim, variantes complexas de discurso indireto.

O DI apresenta marcas fracas. Uma de suas características é a transmissão *analítica* do discurso de outrem. Bakhtin/Volochinov (2009) dizem que as variantes do DI são, em si, formas de análise da enunciação de outrem ocorrendo de forma simultânea ao ato de transmissão e inseparável dele. Segundo os autores, essa análise varia apenas em grau e orientação.

Acerca das formas de DI, Authier-Revuz (1998, p. 134) entende que elas não são derivadas do DD, ou seja, “o DI não é um DD subordinado [...], eles derivam de duas operações radicalmente distintas referentes ao discurso outro que é relatado”. Para essa autora, o DI é uma reformulação-tradução de um outro discurso. Ela define: “[...] no DI, o enunciador relata um outro ato de enunciação e *usando* suas próprias palavras, pelas quais ele reformula as palavras de outra mensagem” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.139). O DI é, portanto, uma forma de discurso citado em que o enunciador usa suas palavras para reformular o discurso de um outrem. O DI enuncia um conteúdo e não apenas as palavras literais do discurso do outro.

Quanto à forma de materialização do DI, Maingueneau (2002) menciona que o enunciador tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas. Geralmente essa tradução se materializa “[...] sob a forma de uma oração subordinada substantiva objetiva direta, introduzida por um verbo dicendi” (MAINGUENEAU, 2002, p. 150).

O discurso indireto não possibilita a transposição de traços emocionais e afetivos por causa de sua tendência analítica. Segundo os autores, “[...] as peculiaridades de construção e de entoação dos enunciados interrogativos, exclamativos ou interrogativos não se conservam no discurso indireto, aparecendo apenas no conteúdo” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 165).

Bakhtin/Volochinov (2009) distinguem duas orientações que a tendência analítica do discurso indireto pode tomar. Primeiramente, a enunciação de outrem pode ser apreendida de maneira analítica, em que o sentido do discurso de outrem (o que disse o falante) é transmitido de maneira exata. Em segundo lugar, o DI pode transmitir de forma analítica o discurso de outrem enquanto *expressão*: sua maneira de falar, seu estado de espírito etc. Essas expressões mostram não o conteúdo, mas as formas do discurso de outrem que continuam presentes no discurso citante.

Comentando essas duas formas, é dito, respectivamente, que “num caso, o sentido é decomposto em constituintes semânticos, em elementos objetivos; no outro, a própria enunciação, enquanto tal, é analisada em níveis linguístico-estilísticos” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 166-167). A essas duas orientações correspondem, respectivamente, duas variantes principais do DI, a saber, *discurso indireto analisador do conteúdo* e *discurso indireto analisador da expressão*.

1.3.1.1 Discurso indireto analisador do conteúdo

O discurso indireto analisador do conteúdo apresenta alguns traços característicos. Nessa variante de DI, o discurso de outrem é apreendido apenas no plano temático. Os aspectos estruturais são transformados de maneira temática ou integrados no contexto da enunciação citante. Em outros termos, o discurso de outrem é reformulado pelo autor do discurso citante. Por isso, essa variante abre a possibilidade para que o autor do discurso citante insira suas tendências, suas réplicas, seus comentários no discurso de outrem.

O evento a seguir evidencia uma ocorrência do discurso indireto analisador do conteúdo:

[...] o trabalho do professor deverá permear as diversas situações vistas no dia-a-dia, por meio de projetos pedagógicos que devem ser desenvolvidos a partir de um módulo didático de leitura, produção escrita de gêneros para a circulação e divulgação no meio social. Nesses termos, cabe ao professor orientar o aluno de forma efetiva na realização de produções de texto que englobem formas comunicativas.

Nesse ponto, **Mascuschi (2008) defende que**, quando o aluno chega a escola, já tem desenvolvido a capacidade comunicativa. Sendo assim, não será necessário a escola ensinar algo que ele já sabe, até porque o aluno, antes de frequentar a escola, em sua rotina diária, já tem desenvolvido a comunicação. Cabe à escola, portanto, introduzir o trabalho com os gêneros, de modo que possibilite ao educando uma prática de atividades com base no seu contexto social.

Bezerra (2003) destaca que um dos problemas encontrados na produção escrita, e talvez um dos mais graves, é o fato de o aluno não conseguir identificar as características dos vários tipos de gêneros textuais, isto é, estudos aplicados num conjunto de aprendizagens específicas de textos, mostram que muitas das dificuldades do aluno são específicas de um determinado gênero textual. (**M03, p. 17**, destaque/negrito nosso)

Destaquemos, do recorte, os dois últimos parágrafos, que são construídos na dependência de um DI analisador do conteúdo. No caso, o autor do texto reformula ou parafraseia o dizer de *Marcuschi (2008)* e de *Bezerra (2003)*. Em ambos os casos, são usados, como introdutórios, os verbos mais a conjunção *que* (*defende que... destaca que...*). A ocorrência em questão revela que os aspectos estruturais do discurso do outro não são reproduzidos, existindo, portanto, um certo apagamento das marcas, do estilo do outro, mas uma certa conservação do sentido do dizer do outro.

Digno de nota, ainda quanto à primeira variante do DI, é que, segundo Bakhtin/Volochinov (2009), embora essa variante ocorra de forma rara na expressão literária, ela ocorre com frequência nos textos de cunho epistemológico ou retórico. Os mesmos teóricos citam, por exemplo, textos de natureza científica, filosófica e política. Em textos dessa natureza, “[...] o autor é levado a expor as opiniões de outrem sobre um determinado assunto, a opô-las e delimitá-las” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 168).

1.3.1.2 Discurso indireto analisador da expressão

Quanto à segunda variante – discurso indireto analisador da expressão –, cabe destacar, inicialmente, o seguinte comentário: “Ela integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 168). Essa segunda variante, diferentemente da primeira, permite ao autor conservar certos traços estruturais do discurso de outrem. Nesse sentido, palavras, traços estilísticos, entoações do discurso de outrem são conservados dentro de uma estrutura de DI de tal forma que fica visível sua presença.

Assim, traços subjetivos típicos da enunciação citada são claramente percebidos na estrutura do discurso citante. Explicando a presença das palavras de outrem nessa variante de DI, Bakhtin/Volochinov (2009, p. 168) postulam: “Na maioria das vezes, elas são colocadas abertamente entre aspas.” Nesse caso, essa variante apresenta certa semelhança com o DD, qual seja, a presença de palavras que pertencem a um outro entre aspas. Vejamos um exemplo de como esse tipo de esquema se materializa na construção do discurso:

É bom evidenciar que os PCN's (1998, p. 57) sugerem a prática de produção a partir de algumas categorias que eles definem como “literárias”, “de imprensa” e “de divulgação científica”, propondo a escrita de textos tais como conto, poema, relatório de experiências, etc. De acordo com os PCN's (1998), cabe à escola adotar em sua prática um trabalho voltado para essas categorias de produção de texto. (M02, p. 19 destaque/negrito nosso)

O evento em destaque é construído a partir de um outro discurso, a saber, dos PCN's (1998). Em termos de construção de sentido, temos uma espécie de paráfrase, de síntese do que é dito pelos PCN's, mas percebemos que algumas expressões são preservadas entre aspas pelo discurso citante. Esse movimento de preservação de algumas expressões permite a produção de certos efeitos de sentido, já que não são quaisquer expressões que são conservadas, mas expressões categorizadoras, expressões-chave na discussão sobre a produção de gêneros textuais na escola – tema tratado pelo autor no trecho em questão.

Importa registrar, ainda, que uma terceira variante é citada pelos autores: ela pode ser chamada *impressionista*. Segundo Bakhtin/Volochinov (2009, p. 171), essa variante “[...] trata o discurso de outrem com bastante liberdade, abrevia-o, indicando frequentemente apenas os seus temas e suas dominantes.” Ademais, ela pode ser classificada entre a variante analisadora do conteúdo e a variante analisadora da expressão. Um dos aspectos mais característicos dessa variante é que fica notória a “ironia do autor, sua acentuação, atividade empregada para organizar e abreviar o conteúdo a expressar” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 171). Diante dessas variantes de DI, convém assinalar que elas são esquemas que expressam uma tendência analítica do discurso de outrem e, além disso, revelam traços da personalidade do enunciador no trato com enunciados de outrem.

1.3.2 Discurso citado direto

A problemática do discurso citado direto (DD) é abordada por Bakhtin em *PPD*, ao analisar o discurso da personagem no romance. Nesse escrito, o DD é também denominado de *discurso representado ou objetificado*. Aliás, segundo Bakhtin (2010), em Dostoiévski, ao mesmo tempo em que se encontra quase todo discurso voltado para o outro, quase não se verificam palavras objetificadas, “pois os discursos das

personagens são revestidos de uma forma tal que os priva de qualquer objetificação” (BAKHTIN, 2010, p. 233). Para o estudioso russo, o DD do herói é o modo mais típico de citação. Um aspecto característico desse tipo de discurso é que ele mantém uma espécie de distância em relação ao discurso do autor. Desse modo, o discurso do autor e o DD do herói não pertencem, assim, ao mesmo plano.

A ocorrência do DD instaura, nos limites de um contexto, dois centros e duas unidades de discurso. São elas: “a unidade da enunciação do autor e a unidade da enunciação do herói” (BAKHTIN, 2010, p. 214). No entanto, essas unidades, esses centros de discursos, não estão numa relação de interdependência. O próprio Bakhtin (2010) ressalta o fato de que a segunda unidade/centro, a unidade da enunciação do herói, não é *autônoma*, mas é subordinada à enunciação do autor e dela faz parte *como um de seus momentos*. Em outros termos, o DD se apresenta como subordinado ao discurso citante. Isso é decorrência do fato de ser o autor do discurso citante quem prepara todo o contexto que envolve o discurso citado.

Na mesma linha interpretativa, Maingueneau (2007, p. 85) mostra que o DD “[...] não é nem mais nem menos fiel que o discurso indireto, são duas estratégias diferentes empregadas para relatar uma enunciação.” Colocar as formas de discurso citado como *estratégias* é, sem dúvida, pertinente para este trabalho. Assim, ao estudarmos os esquemas de discurso citado, estamos lidando com estratégias discursivas de apreensão da palavra do outro e, conseqüentemente, estamos trabalhando com mecanismos linguístico-discursivo-enunciativos de construção de sentidos, a partir do manejo de discursos outros por parte do enunciador do discurso citante.

Em comparação com DI, o DD não reformula um outro discurso, não enuncia um conteúdo, mas mostra uma cadeia significativa. Ele prepara um cenário, fazendo uma ruptura sintática, para inserir um outro discurso. Por isso, esse esquema de discurso citado apresenta uma estrutura sintática heterogênea.

Segundo Maingueneau (2002), no caso do DD, embora o enunciador do discurso citante (enunciador 1) não se responsabilize pelo discurso citado (do enunciador 2), ele, o enunciador 1, se responsabiliza pela enunciação citante, ou seja, este afirma ter havido uma enunciação 2. Com isso, entramos na *polifonia*, isto é, um fenômeno enunciativo em que, nos enunciados, várias vozes são percebidas simultaneamente. A polifonia, segundo o autor em tela, é um fenômeno estudado por Bakhtin a partir de literatura romanesca, mas que vem sendo utilizada na linguística.

Em MFL, Bakhtin/Volochinov (2009) dizem que existe uma imensa variedade de modificações do DD. Assim, considerando que as variações desse modo de discurso citado são várias, eles focalizam apenas algumas dessas variantes, mais precisamente, aquelas que *efetuem uma troca de entoações*. Um aspecto importante das variantes destacadas pelos autores é que elas materializam/marcam/assinalam a *inter-relação dinâmica* entre discursos. Vejamos, então, a seguir, as variantes de DD elencadas pelos autores.

1.3.2.1 Discurso direto preparado

Conforme os autores, o DD que emerge de um DI é uma variação que faz parte do *discurso direto preparado*. O que marca essa variação é que o contexto que introduz o DD, sendo esse caracterizado pela reprodução literal do discurso de outrem, é povoado, colorido pelas entoações do autor do discurso citante. Assim, “as fronteiras da enunciação de outrem são bastante enfraquecidas”, ressalta Bakhtin/Volochinov (2009, p. 174).

Encontramos, em Maingueneau (2002), formas híbridas de discurso citado que preenchem os mesmos requisitos dessa variante de DD em análise. Ele cita as ocorrências de *ilha textual* ou *ilha enunciativa* e de *discurso direto com “que”*. No primeiro caso, o enunciador do discurso citante isola, em itálico ou entre aspas, um fragmento que, ao mesmo tempo, ele utiliza e menciona, emprega e cita. Segundo Maingueneau (2002, p.151), “mesmo tratando-se globalmente de discurso indireto, este contém algumas palavras atribuídas aos enunciadores citados.” Nesse caso, o fragmento reproduzido entre aspas está perfeitamente integrado à sintaxe do discurso citante, no caso, apenas os elementos *tipográficos* (aspas ou itálico) estabelecem a delimitação de fronteiras, permitindo, assim, reconhecer o trecho não assumido pelo enunciador do discurso citante.

Sobre o segundo caso, discurso direto com “que”, é dito que ele ocorre do seguinte modo: um discurso direto entre aspas é precedido de introdutórios de discurso indireto (verbo + “que”). Com isso, temos aspectos do discurso direto (reprodução literal do discurso de outrem) e do discurso indireto (verbo introdutor e conjunção “que”), configurando-se uma forma híbrida de discurso citado (MAINGUENEAU, 2002). Conforme Maingueneau (2002), ao utilizar esse recurso para citar o discurso de

outrem, o enunciador procura (i) manter uma certa distância em relação ao discurso citado e, ao mesmo tempo, (ii) “colar-se” à linguagem, ao ponto de vista, ao estilo do discurso citado. Ao que tudo indica, portanto, essas formas podem ser integradas à variante discurso direto preparado.

Interessante notar que Authier-Revuz (1998), por sua vez, ao discorrer sobre a ilha textual, nos diz que esta funciona dentro de um DI: é a presença de um elemento não traduzido do discurso original dentro de um DI. Essa autora considera errôneo entender a ilha textual como sendo um DI com fragmentos de DD. Analisando ocorrências semelhantes às aquelas apontadas por Maingueneau (2002) como sendo discurso direto com “que”, Authier-Revuz (1998) denomina tais casos de “DI quase-textual”. Ela, no entanto, não denomina tais ocorrências de “DI seguido de DD”, mas entende este fenômeno como ilha textual (ou, DI quase textual). Assim, a autora mostra que, nesse caso, “[...] um elemento, X, é interpretável como tendo ‘resistido’ à tradução, e encontra-se ali enfatizado, carregado de uma atenção particular” (idem, p. 157).

À guisa de exemplo, vejamos o seguinte caso:

A definição de gênero formulada por **Bronckart (1999)** parte da concepção Bakhtiniana acerca de texto e de gênero, porém ele não usa a expressão gênero do discurso, como o faz Bakhtin (1997). Bronckart emprega a expressão gênero de texto, evidenciando, assim, a relação estabelecida entre texto e gênero, **asseverando “que todo texto se inscreve, necessariamente, em um conjunto de textos ou em um gênero”.** (M04, p. 28 destaque/negrito nosso)

O fragmento em destaque mostra como o autor do discurso citante comenta a definição de gênero formulada por *Bronckart (1999)*, tecendo, até mesmo, uma relação com a definição bakhtiniana. No desenvolvimento do comentário, são conservadas, entre aspas, as próprias palavras de *Bronckart (1999)*. É evidente o fato de que tais palavras já tinham sido antecipadas, comentadas, preparadas. E, ao serem destacadas entre aspas, tais palavras visam, ao que parece, ratificar o comentário feito anteriormente.

Na análise que faz da presença do discurso direto preparado em textos de divulgação científica, Grilo (2010) ressalta o fato de o discurso citante, ao apreender as falas alheias, antecipar o conteúdo dessas por meio de comentários. Na análise que essa

pesquisadora desenvolve, o DD aparece precedido pelo contexto narrativo do autor do discurso citante (do jornalista, no caso). Nas palavras de Grilo (2010, p. 63): “a alternância entre contexto narrativo e discurso direto, [...], funciona no sentido de equilibrar o avanço semântico-temático da reportagem”. Assim, nessa variante de DD, o contexto autoral antecipa o conteúdo da citação entre aspas, comentando-o.

1.3.2.2 Discurso direto esvaziado

O *discurso direto esvaziado* apresenta uma configuração semelhante à do discurso direto preparado. “O contexto narrativo aqui é construído de tal forma que a caracterização objetiva do herói, feita pelo autor, lança espessas sombras sobre o discurso direto” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p.173). A questão central dessa variante é que ela mostra a inter-relação entre discurso citado e discurso citante. O discurso citante pode *antecipar o tema, valores, reflexões* do DD de tal forma a promover uma semelhança entre eles, “embora conservando as entoações próprias ao autor”, afirmam Bakhtin/Volochinov (2009, p. 173).

Na ocorrência a seguir, percebemos como o contexto autoral, ao mesmo tempo em que antecipa o discurso do outro, é completamente constituído a partir desse outro discurso. Vejamos:

Os *tipos textuais* são definidos pelas características linguísticas predominantes, um conjunto de traços formadores de uma sequência e não de um texto. Enquanto que os *gêneros textuais* não se caracterizam como formas estruturais fixadas e definidas de uma vez por todas, mas como uma forma linguisticamente materializada de realizar funções variadas dentro de situações sociais particulares.

Por isso, pode um único gênero apresentar até todas as categorias citadas anteriormente (narração, descrição, argumentação etc) que caracterizaria a heterogeneidade (intertextualidade) tipológica do gênero, que diz respeito ao fato de um gênero realizar diversas sequências de tipos textuais como, por exemplo, a carta pessoal, que apresenta basicamente todas as sequências textuais. Assim, **segundo Marcuschi (2002, p. 31), essa “violação de cânones subvertendo um modelo global de um gênero”** deve ser distinguida da intertextualidade inter-gêneros, que seria a mescla de funções e formas de gêneros diversos num dado gênero. (M04, p. 36 destaque/negrito nosso)

O contexto que antecede o discurso citado é construído a partir do discurso de *Marcuschi (2002)*. Assim, é possível perceber termos técnicos que são destacados no contexto como, por exemplo, *tipos textuais* e *gêneros textuais*, que pertencem ao discurso do outro. Desse modo, por ser construído a partir de um outro discurso, a passagem que antecede o discurso entre aspas chega a apresentar uma significativa aproximação com o discurso do outro – de *Marcuschi (2002)*.

Authier-Revuz (1998, p. 157) mostra exemplos de DD em que ocorre uma “[...] operação de reformulação que precede a menção das palavras escolhidas”. Segundo esta autora, essa operação de reformulação pode ser tanto explícita quanto implícita, cabendo ao interlocutor a interpretação.

Para ilustrar como o contexto do discurso citante prepara e introduz um DD (mais precisamente, o discurso direto esvaziado), Bakhtin/Volochinov (2009, p. 173) recorrem à seguinte ilustração: “[...] quando reconhecemos uma personagem cômica no palco por seu estilo de maquilagem, sua roupa e sua atitude geral, já estamos prontos a rir mesmo antes de apreender o sentido de suas palavras.” Os autores não poderiam ter usado ilustração mais significativa. A partir dela, muitos aspectos podem ser inferidos acerca da ação do discurso citante sobre o discurso citado. O foco da ilustração é mostrar o quanto o discurso direto tem seu sentido antecipado, comentado, preparado pelo discurso citante.

Essas duas variantes, já apresentadas, fazem com que, no discurso, a voz de um outro seja percebida de forma marcada. Ou melhor, é possível perceber as *duas faces*, o *duplo sentido*, o discurso citante do autor e o discurso de outrem. Mas existem outras variantes de discurso direto em que esses aspectos não são percebidos tão facilmente, sendo, por isso, denominadas *variantes lineares*. Vejamos, brevemente, algumas delas categorizadas por Bakhtin/Volochinov (2009).

1.3.2.3 Discurso direto retórico

Conforme Bakhtin/Volochinov (2009), a variante discurso direto retórico é bastante persuasiva. Para entender como ela funciona, os autores recorrem a algumas noções da retórica, mais precisamente ao que diz respeito à *pergunta retórica* e à *exclamação retórica*. Segundo os estudiosos, as perguntas retóricas e as exclamações retóricas são importantes porque se situam na fronteira do discurso citante e do discurso

citado e, além disso, elas podem pertencer tanto ao discurso citado quanto ao autor do discurso citante. Essas questões retóricas, assim, fazem ouvir na trama discursiva mais de uma voz, mais de um enunciador, mais de um estilo.

É como se, em um contexto de várias vozes, o autor lançasse mão de perguntas e exclamações, fazendo-as soarem como vindo de um outro, de uma outra enunciação, mas o autor do discurso citante se apropria delas, citando-as. Analisando gêneros literários, os teóricos russos dizem que as perguntas e as exclamações “podem ser interpretadas como uma pergunta ou exclamação da parte do autor, mas também, ao mesmo tempo, como pergunta ou exclamação da parte da personagem, dirigida a si mesma” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p.177).

Grilo (2010), analisando essa variante, mostra que ela se constitui uma *regularidade estilístico-composicional* caracterizadora de reportagens jornalísticas. Segundo constatamos das análises dessa mesma autora, nessa variante de DD, temos perguntas respondidas por um DD ou pelo próprio autor do discurso citante, mas que têm, na origem, os enunciados de outrem. Assim, os enunciados em DD aparecem como explicações/respostas a perguntas e essas perguntas podem ser, ao mesmo tempo, do autor e da personagem ou herói. Cabe esclarecer que, na presente investigação, não constatamos nenhuma ocorrência desse esquema de discurso citado.

1.3.2.4 Discurso direto substituído

Essa variante de discurso direto ocorre quando o autor de um enunciado diz em lugar de outrem, assumindo seu lugar. Conforme Bakhtin/Volochinov (2009):

Naturalmente, uma tal substituição supõe um *paralelismo de entoações*, correndo na mesma direção a entoação do discurso do autor e o discurso substituído do herói (o que ele poderia ou deveria pronunciar e do qual o autor se encarrega); por isso, não há nenhuma interferência nesse caso. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009. p.178 grifo dos autores).

É interessante notar o entendimento de que, no discurso direto substituído, identificamos o discurso de outrem por meio das entoações. Em outro momento, os mesmos autores dizem que a voz do outro é percebida por meio de índices semânticos, mas os índices gramaticais e sintáticos do outro discurso não aparecem causando interferência, ou resistência por trás da transmissão pelo autor. As entoações do autor e

do herói podem “[...] eventualmente sobrepor-se uma à outra; suas vozes, então, fundem-se e criam-se longos períodos que pertencem simultaneamente à narrativa do autor e ao discurso interior [...] do herói” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, 178). Desse modo, o discurso é construído na tonalidade do discurso do herói – do outro – e o discurso do outro na tonalidade do autor.

O evento a seguir exemplifica a ocorrência desse esquema de discurso citado no *corpus*:

De acordo com Bagno (2001), os mitos são transmitidos e perpetuados em nossa sociedade. Cada um deles em maior ou menor grau, por três elementos: **a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos**. Assim, **a gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento do livro didático**. (M05, p. 31 destaque/negrito nosso)

Com esse fragmento, queremos mostrar ocorrências do *corpus* que se aproximam da noção de discurso direto substituído postulado pelos estudiosos já mencionados. Notemos que, principalmente, nas linhas em destaque não temos uma citação direta entre aspas, mas o que é dito pertence a *Bagno (2001)*. Isso é mais claro ao notarmos que se trata de *três elementos*, ou seja, o autor cita tais elementos (a gramática tradicional, os métodos tradicionais e os livros didáticos), mas não sinaliza explicitamente que eles pertencem a um outro discurso.

Conforme Grilo (2010), neste tipo de discurso, não temos a referência explícita ao outro, mas reconhecemos sua voz por meio do conteúdo semântico dos enunciados. As fronteiras que separam o discurso citado do discurso citante estão praticamente apagadas. Assim, um discurso pode se originar de um outro e ser utilizado por um autor, fazendo com que as palavras deste e daquele se apresentem de forma entrelaçada, comungando da mesma orientação axiológico-temática. Nesse caso, estamos diante do *discurso bivocal* (GRILO, 2010).

Digno de nota, ainda, é o achado da pesquisa empreendida por Grilo (2010) sobre o DD. Na análise, ela constatou variante de discurso direto que não se encaixa em nenhuma das categorias propostas pelo Círculo. Essa variante, segundo Grilo (2010):

Não se trata propriamente do discurso direto preparado, pois o contexto autoral não antecipa o conteúdo da citação entre aspas, [...]; também não se

trata de discurso direto esvaziado, uma vez que o contexto aural caracteriza a fonte-cientista, mas não cremos que suas palavras perdem sua força semântica. (GRILO, 2010, p. 64).

Diante desse achado, Grilo (2010) preferiu chamar essa variante de *discurso direto contextualizado*, sendo que este se enquadra no *estilo linear*. O discurso direto contextualizado é, portanto, caracterizado pelos seguintes aspectos: o contexto aural não antecipa o conteúdo do discurso citado entre aspas, podendo apenas identificar a presença desse outro; o contexto aural age de forma a caracterizar a fonte do discurso citado, sem fazer com que esse discurso perca sua força semântica; ocorrem contornos exteriores nítidos em torno do discurso citado e uma grande homogeneidade estilística de todo o texto.

1.3.3 Discurso direto livre

Embora não receba de Bakhtin/Volochinov o mesmo tratamento que os demais esquemas de discurso citado, o discurso direto livre (DDL) é abordado por Authier-Revuz (1998) e por Maingueneau (2002). Assim, para situá-lo entre os demais esquemas de discurso citado já apresentados, recuperamos algumas noções sobre essa estratégia de apreensão do discurso de outrem, a partir das referências teóricas mencionadas.

Authier-Revuz (1998) classifica o DDL como sendo uma *forma puramente interpretativa* de discurso citado. Segundo essa autora, o DDL é totalmente dependente do contexto discursivo e fora do contexto ele não pode ser caracterizado. Esse esquema de discurso citado, portanto, juntamente com o discurso indireto livre (DIL), é uma *forma não marcada* de apreensão do discurso de outrem.

O fragmento a seguir mostra de que maneira o DDL ocorre no processo de construção do discurso:

Conforme Bunzen (2006), o objetivo de escrever a narração/dissertação, raramente explicitado, é meramente disciplinar, pois o aluno escreve para cumprir uma exigência do professor ou treinar para em concurso público ou vestibulares. Assim, a escrita escolar, principalmente a redação, transformou-se em um bem cultural desejável por medir a escolarização dos candidatos a um emprego ou a entrada em um curso de nível superior. Essa prática de ensino, conhecida como **pedagogia da**

exploração temática, era legitimada pelas propostas de escrita da maioria dos concursos, vestibulares e de algumas avaliações de rede. Consistiam na solicitação aos alunos de uma redação sobre determinado tema, sem definição de um objeto específico, sem preocupação sociointerativa explícita, portanto sem desconsiderar a natureza dialógica e interativa da linguagem. (M04, p. 50, destaque do autor)

Essa ocorrência pode ser incluída entre aquelas que configuram um DDL, tendo em vista que o autor procede a uma reformulação do dizer de *Bunzen (2006)*. No entanto, essa reformulação fica bastante próxima do discurso do outro de tal modo que é possível perceber o sentido geral e marcas linguísticas do discurso do outro como, por exemplo, a presença da expressão em negrito destacada pelo produtor do discurso. Assim, não saberíamos afirmar a quem pertence essa expressão, se ao discurso citante ou ao discurso citado.

Numa leitura que faz do DDL, Maingueneau (2002) entende-o como uma forma de DD, mas sem aspas, diferentemente do DD clássico. Nesse caso, teríamos uma “[...] reformulação que mantém o sentido geral; isso explicaria a ausência de aspas” (MAINGUENEAU, 2002, p. 146). Nos termos de Maingueneau (2002, p.148, grifo do autor), o DDL é um “[...] discurso relatado que tem as propriedades linguísticas do discurso direto, mas *sem nenhuma sinalização*”.

1.3.4 Discurso indireto livre

O *discurso indireto livre* (DIL), por sua vez, é desprovido de marcas sintáticas claras. Em MFL, os autores dedicam um capítulo inteiro à discussão desse esquema ativo de apreensão do discurso de outrem. No entanto, iremos apresentar de forma objetiva e breve as linhas mestras que caracterizam o DIL.

Bakhtin/Volochinov (2009) recuperam estudos já realizados sobre esse esquema de discurso citado, mostrando falhas que tais abordagens cometem. Entre os estudos citados e questionados pelos autores, encontramos estudos de *Tobler*, que definiu o DIL como uma ‘peculiar mistura de discurso direto e indireto’ –; de *Kalepky*, que definiu o DIL em termos de *discurso oculto, velado, mascarado* –; de *Bally*, que relacionou o DIL a figuras de pensamento, sendo, ainda, entendido como uma variedade do DI tendendo para a forma do DD, bastando, para isso, a queda da conjunção “que”; dos *vosslerianos* (Lorck e Lerch, principalmente), que abordaram o DIL focando nas *formas*

de pensamento, ou seja, essa perspectiva é marcada por um subjetivismo individualista, centrando a alma da língua na consciência crítica subjetiva e individual dos falantes.

Bakhtin/Volochinov (2009) apresentam falhas em todas essas perspectivas e, ao mesmo tempo, constroem uma perspectiva dialógica para o estudo de esquema de apreensão do discurso do outro. Contrapondo os estudos de *Tobler*, eles argumentam que o DIL não pode ser compreendido em termos de *mistura* de duas outras formas. Essa concepção, segundo eles, atribui um caráter mecânico, aritmético a esse esquema de apreensão do discurso de outrem. Para Bakhtin/Volochinov (2009, p. 182, grifo dos autores), no DIL, temos “[...] uma tendência completamente *nova*, positiva, na apreensão ativa da enunciação de outrem, de uma orientação *particular* da interação do discurso narrativo e do discurso citado.”

Em oposição à concepção de *Kalepky*, Bakhtin/Volochinov (2009) entendem o DIL não como uma forma oculta, velada, mascarada. Para esses autores, nessa forma de apreensão da palavra de outrem, ouvem-se ressoar duas entoações de duas vozes diferentes. Nesse caso, “o discurso indireto livre funciona de *rosto descoberto*, embora tenha duas faces, como Jano.” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 198, grifo dos autores).

Quanto à concepção apresentada por *Bally*, a crítica volta-se para o foco que este deu ao DIL como forma abstrata, constituindo uma forma de passagem do discurso indireto para o discurso direto. Segundo os estudos do Círculo, o DIL não é uma forma abstrata, tendo em vista que em formas abstratas não pode haver orientação e apreensão ativa. Bally entendia que a queda da conjunção “que” indicava a passagem do DI para o DD. Bakhtin/Volochinov (2009), no entanto, interpretam de forma diferente:

A queda da conjunção ‘que’ não serve para aproximar duas formas abstratas, mas para aproximar duas enunciações, em toda a plenitude de sua significação. Como se uma comporta se abrisse para permitir às ‘entoações’ do autor que escoem livremente no discurso citado. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 186 grifos dos autores)

A crítica feita pelos estudiosos do Círculo, portanto, recai sobre a visão gramatical abstrata presente na proposta de Bally. Para Bakhtin/Volochinov (2009), o DIL manifesta uma tendência socioverbal de apreensão da palavra de outrem.

Já quanto ao subjetivismo individualista dos *vosslerianos*, os estudiosos dizem que essa concepção é inaceitável, assim como as demais. Conforme propõem

Bakhtin/Volochiniov (2009), a personalidade do falante, sua atividade mental, suas intenções, seus desígnios conscientemente estilísticos “não existem fora de sua materialização objetiva na língua. [...]. A palavra é a expressão da comunicação social, da interação social de personalidades definidas, de produtores” BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 196).

Assim, o DIL, conforme os autores, deve ser considerado juntamente com os outros esquemas de apreensão do discurso de outrem. Ele é o resultado de um “[...] julgamento de valor inerente a toda palavra viva, revelado pela acentuação e pela entoação expressiva da enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 198). Com isso, o DIL, numa perspectiva enunciativa de linguagem, não pode ser dissociado desse fenômeno. Até porque é pressuposto básico, na teoria enunciativa do Círculo, a ideia de que “[...] o sentido do discurso não existe fora de sua acentuação e entoação vivas” (idem, p. 198).

A seguinte ocorrência releva como esse esquema de discurso citado pode ser percebido no *corpus* da presente pesquisa:

Os enunciados ou gêneros refletem condições específicas de cada **campo da atividade humana**, respeitando o **caráter multiforme da linguagem** e se adequando às diferentes **esferas da comunicação humana**. Além dos enunciados, cabe destacar também na **relação dialógica** defendida por Bakhtin, o **conteúdo temático e o estilo da linguagem**, e, acima de tudo, a **construção composicional** que transforma, inova e configura infinitudes de gêneros textuais distintos em formas estruturais e funções. (M03, p. 19 destaque/grifo nosso)

É possível perceber uma ocorrência de DIL nesse fragmento, quando, antes de mencionar o nome de Bakhtin, o autor utiliza expressões como *gêneros*, *campo da atividade humana*, *esferas da comunicação humana*, as quais advêm dos escritos de Bakhtin, mas tal pertencimento não é marcado. Desse modo, no DIL é possível identificar as entoações, os julgamentos de valor pertencentes ao discurso de outrem. Não é uma presença com fronteiras nítidas, mas é a irrupção no discurso de entoações vindas do discurso de outrem. Usando expressões de Maingueneau (2002, p.153), “[...] é a discordância que nos leva à pista do DIL”. Assim, nessa forma de apreensão da palavra alheia, é possível perceber a entonação dupla, o atravessamento discursivo, no plano enunciativo.

1.4 As relações de consonância e dissonância entre vozes no discurso

A partir dos escritos do Círculo de Bakhtin, mais precisamente sobre os esquemas de discursos citado, entendemos que as vozes que perpassam um discurso não estão desligadas, isoladas umas das outras, mas estabelecem determinadas relações. Nesse caso, destacaremos basicamente duas delas: as relações de consonância e dissonância. Isso se justifica pelo fato de essas relações marcarem de forma significativa o modo como o autor orchestra as vozes outras na construção de sentidos do gênero monografia de conclusão de curso.

Bakhtin (2011) ressalta o fato de que a relação entre discursos, entre vozes, é marcada pela compreensão ativamente responsiva. Isso quer dizer que o contado entre discursos, entre enunciados não ocorre de forma neutra. Dessa forma, ao estudarmos os esquemas de discurso citado, encontramos entre eles “[...] concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc.” (BAKHTIN, 2011, p. 272). Em outro momento, Bakhtin (2011) destaca a natureza do enunciado – em relação à oração –, afirmando que este ocupa uma posição responsiva. Essa posição responsiva é descrita como *concordar ou discordar, executá-la, avaliá-la, etc.*

Sobre a presença de vozes dissonantes e consonantes no discurso, Francelino (2007) constata, a partir da análise do gênero aula, que o professor, durante a exposição de um tema polêmico, “traz argumentos favoráveis e contrários ao ponto de vista defendido. Trata-se, aí, de um verdadeiro jogo dialógico, em que sua atuação consiste em encadear tais vozes de modo a consolidar seu projeto discursivo de um querer-dizer” (FRANCELINO, 2007, p. 112).

De forma mais precisa, a relação de consonância implica em um acordo, uma harmonia de pontos de vista. Nesse caso, temos um encontro de vozes que comungam do mesmo ponto de vista em direção ao objeto/tema. Por outro lado, a relação de dissonância marca uma relação polêmica, de oposição entre as vozes mobilizadas no discurso. Em ambas as relações dialógicas, flagramos o trabalho do autor na “organização discursiva que o leva a administrar as vozes ressonantes e dissonantes que atravessam sua enunciação”, constata Francelino (2007, p. 113).

Nesse sentido, quando lidamos com os esquemas de discurso citado e constatamos as relações de acordo e/ou desacordo marcadas discursivamente,

precisamos ampliar nossa compreensão de que tais esquemas não são apenas estruturas sintáticas, mas configuram o encontro entre enunciados, entre sujeitos.

Diante do exposto, empreendemos uma leitura dos esquemas de discurso citado apresentados pelo Círculo de Bakhtin e pelos demais estudiosos com os quais dialogamos. Nessa leitura, consideramos pertinente a divisão ou classificação dos esquemas de discurso citado em dois grupos ou estilos, quais sejam, o **estilo pictórico** e o **estilo linear** de discurso citado. Assim, pertencem ao estilo pictórico os esquemas de discurso citado que permitem ao autor infiltrar suas entoações avaliativas e seus comentários no discurso de outrem. Entre estes estão, portanto, os esquemas de discurso citado indireto e suas variantes, o discurso direto livre e o discurso indireto livre – esses esquemas não apresentam fronteiras entre discurso citado e discurso citante.

Por outro lado, pertencem ao estilo linear os esquemas de discurso citado direto. No entanto, algumas variantes de discurso citado direto, por apresentarem fronteiras frágeis entre discurso citante e discurso citado, tendem ao estilo pictórico. Isso quer dizer que os esquemas de apreensão do discurso de outrem não são estáticos, mas apresentam certa plasticidade e maleabilidade.

Partindo desse entendimento, elaboramos o quadro a seguir, o qual sintetiza o exposto até aqui quanto aos esquemas de discurso citado. Tal elaboração é resultado de uma leitura nossa dos conceitos apresentados pelos estudiosos que se debruçaram sobre os aspectos dos esquemas de discurso citado.

Quadro 2: Estilos e esquemas de discurso citado

ESTILOS	DISCURSO CITADO
Estilo Pictórico	1. Discurso citado indireto (DI) 1.1 Discurso indireto analisador do conteúdo 1.2 Discurso indireto analisador da expressão
	2. Discurso direto livre (DDL)
	3. Discurso indireto livre (DIL)
Estilo Linear	1. Discurso citado direto (DD) 2. Discurso direto contextualizado
Estilo Linear tendendo ao Estilo Pictórico	1. Discurso direto preparado (variante do DD)
	2. Discurso direto esvaziado (variante do DD)
	3. Discurso direto substituído (variante do DD)

Fonte: Elaboração própria

Por fim, ao fazermos esse apanhado geral acerca dos esquemas de apreensão do discurso citado, visamos apresentar e marcar esse fenômeno linguístico-discursivo-enunciativo como instaurador da autoria enunciativa. Assim, na seção de análise, esses esquemas de apreensão do discurso de outrem serão retomados, mas, dessa feita, a partir de uma nova leitura, a saber, a que mostra como o discurso citado instaura a autoria no gênero monografia.

CAPÍTULO 2 A CONSTITUIÇÃO DA AUTORIA: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVO-DISCURSIVA

Nesta seção, voltamos nossa atenção para o fenômeno linguístico-enunciativo-discursivo da autoria. Somos sabedores de que, no campo dos estudos linguísticos, as questões envolvendo a subjetividade e o sujeito autor têm recebido tratamento de diferentes abordagens teóricas. Francelino (2007), por exemplo, nos diz que as abordagens dessa temática são amplas e tomam direcionamentos os mais diversos e até mesmo antagônicos. Sem contar que essa temática recebe um tratamento significativo no campo dos estudos literários, no âmbito dos estudos linguísticos, encontramos pelo menos duas perspectivas com contornos bem delimitados. A primeira perspectiva diz respeito às teorias pragmático-comunicacionais – essas postulam uma noção de sujeito como fonte e mestre do sentido, um sujeito cartesiano. A segunda perspectiva compreende, em oposição à primeira, as teorias enunciativo-discursivas – essas, assumindo pressupostos teóricos sociológicos e/ou psicanalíticos, postulam o sujeito como sendo clivado, cindido, heterogêneo, atravessado pelo discurso do O/outro e pelo inconsciente. Além disso, essa última perspectiva entende o sujeito como sendo constituído a partir da relação com o outro, instaurando *no* discurso a subjetividade, a individualidade, a autoria. Diante dessas possibilidades teóricas, filiamo-nos a essa segunda perspectiva, mais precisamente aos estudos enunciativo-discursivos extraídos dos postulados do Círculo de Bakhtin. É a partir dos estudos do Círculo, portanto, que vamos discutir a constituição da autoria enunciativa do gênero monografia.

No desenvolvimento dessa exposição teórica, tomamos os escritos do Círculo de Bakhtin como base fundamental, mas dialogamos, também, com os estudos desenvolvidos no campo da AD, considerando que encontramos um número significativo de trabalhos desenvolvidos a partir dessa perspectiva e, principalmente, encontramos aproximações importantes entre essas duas vertentes no que diz respeito aos aspectos envolvendo a autoria. Tais aproximações serão assinaladas sempre que percebidas. Ademais, trazemos para esta discussão os estudos que se filiam à perspectiva dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin: referimo-nos aos estudiosos da assim chamada *teoria/análise dialógica do discurso* (ADD) (BRAIT, 2006).

Assim, em diálogo com essas perspectivas teóricas, nosso foco é apresentar esse objeto (a autoria), sendo esse um tema já atravessado por outros discursos. Nesse meio

de muitas vozes, umas consonantes, outras dissonantes, escavaremos nosso percurso, visando alcançar os objetivos estabelecidos. Para efeito de introdução dessa discussão teórica, uma constatação empolgante nos é dada por Brait (2006, p. 57), ao dizer que a noção de autor/autoria é um “[...] conceito forte dentro do que poderíamos denominar ‘análise e/ou teoria dialógica da linguagem’, e que ainda está à espera de um trabalho mais alentado”.

Dito isso, apresentaremos, inicialmente, algumas críticas sobre a noção de autor/autoria⁶. Para isso, faremos menção aos postulados de Barthes, mais precisamente sua tese sobre *a morte do autor*, e aos estudos de Foucault, tendo em vista sua pergunta *Que é um autor?* Logo depois, discorreremos sobre a noção de autoria na perspectiva discursiva da AD francesa. Para isso, retomamos, principalmente, mas não exclusivamente, estudos de Orlandi (2001; 2011) e Possenti (2009; 2013). Em seguida, centraremos nossa atenção nos escritos do Círculo de Bakhtin para extrair noções que fundamentem uma abordagem teórico-metodológica da autoria. Ao mesmo tempo, dialogaremos com estudos já realizados nessa mesma linha teórico-metodológica, como os estudos de Brait (2006), Sobral (2012), Faraco (2005) e Francelino (2007).

2.1 Barthes e Foucault: críticas à noção de autor

Sempre que se menciona a noção de autor/autoria logo são lembrados nomes como os de Roland Barthes e de Michel Foucault. De fato, esses estudiosos produziram, cada um a seu modo, noções que posteriormente seriam referência na discussão sobre a autoria. Eles escreveram sobre o assunto basicamente na mesma década: o final da década de 60, na França. Foi nesse período que as discussões sobre o autor alcançaram seu auge. Assim, temos, em 1968, o trabalho de Barthes, *A morte do autor*, e, em 1969, um escrito de Foucault, *O que é um autor?* Cabe dizer que Foucault também discute a noção de autor em outro de seus escritos, qual seja, *A ordem do discurso*. Nesse ponto, portanto, tratamos de apresentar a noção de autor a partir desses escritos mencionados.

A crítica elaborada por Barthes visa a objetivos diferentes dos de Foucault, tendo em vista que, conforme depreendemos, Barthes tem em mira os estudos literários, já Foucault discute sobre o discurso, o enunciado. Por outro lado, não podemos reduzir a

⁶ Ao trazer somente esses estudos, não desconhecemos os trabalhos de Roger Chartier sobre a noção de autor. No entanto, consideramos os estudos de Barthes e Foucault suficientes para cumprir os objetivos propostos para esse tópico.

crítica de Barthes a apenas os estudos literários, ou seja, é possível perceber que tal crítica alcança uma maior amplitude.

Barthes critica, assim, uma concepção de autor pautada por uma visão individualista e privatista. Visão essa que transforma o indivíduo criador em um gênio dono do sentido. Essa crítica é feita a postulados que consideravam o autor como produtor de um trabalho, sendo esse trabalho, portanto, uma obra, uma propriedade. Em Barthes (1988), a “tirania do autor” envolve o fato de que é o autor quem determina o sentido último de sua criação. É contra tal concepção que Barthes desenvolve sua crítica. Ele decreta a morte do autor como pai, origem, produtor do texto. Segundo ele, considerar o autor como origem do texto é um mito da modernidade que se destrói no momento em que se coloca a noção *performativa de escritura*.

Fica evidente a crítica feita aos postulados literários, ao delegarem à pessoa do autor a origem do sentido de uma obra. Barthes (1988) mostra que, a partir do renascimento e, sobretudo, do romantismo, na Europa, passou a prevalecer uma supervalorização do ato criador do artista, do homem enquanto senhor de si, do gênio criador. Essa mentalidade entendia a pessoa do autor enquanto criador de algo absolutamente original, expressão máxima de sua singularidade. Assim, enquanto o autor é o gênio absoluto da criação, cabe ao receptor apenas aceitar e descobrir, por meio de esforços, as intenções do autor.

Ao criticar essa concepção que valorizava a pessoa do autor, Barthes (1988) prepara o terreno para declarar que “a escritura é destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo aonde foge o nosso sujeito” (BARTHES, 1988, p.65). Barthes (1988) diz que o autor entra na sua própria morte no momento em que a escritura começa. Ele apresenta o argumento da linguística para provar a destruição do autor, pois, segundo ele, linguisticamente, o autor é apenas aquele que escreve, e a linguagem conhece apenas um sujeito, e não uma pessoa.

Além disso, para defender a morte do autor, Barthes (1988, p. 69) argumenta que o texto não é algo original, como entendido pela tradição, mas um “espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura”. Em outro ponto, Barthes retoma esse pensamento, ao reforçar:

Um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há

um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas esse destino não pode mais ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; ele é apenas esse *alguém* que mantém reunidos em um único campo todos os traços de que é constituído o escrito. (BARTHES, 1988, p. 70)

A partir desse argumento, vemos que o autor é eliminado, dando lugar ao leitor, que passa a ser o construtor do sentido do texto. Assim, o autor em Barthes não tem nenhum controle sobre o texto. Aliás, ele deixa de ser considerado, uma vez que sua morte foi declarada. Estando o autor morto, Barthes apresenta uma solução para devolver à escritura o seu futuro. Para ele, “é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor” (BARTHES, 1988, p.70).

Essa postura no tratamento dado ao autor transforma radicalmente o texto moderno, ou seja, o texto deixa de ser entendido como algo “nutrido” por um autor que o antecede como um pai a um filho para ser “escrito eternamente *aqui e agora*” (BARTHES, 1988, p.68). Retirando-se o autor e postulando o texto como um “tecido de citações”, a consequência é que esse (o texto) não produz um sentido único.

O fato de Barthes declarar a morte do autor, evidentemente, coloca-o numa posição diferente da do Círculo de Bakhtin. O ponto em que a diferença é mais evidente é quanto ao entendimento bakhtiniano de que a consciência se materializa na linguagem e ela está sob o comando do sujeito que tem autoridade sobre ela e se responsabiliza por sua ação discursiva. Ao contrário de Barthes (1988, p. 66), ao postular que “é a linguagem que fala, não é o autor”, numa perspectiva bakhtiniana, o homem é responsável por sua palavra e ela envolve sempre uma valoração social. Outro ponto divergente é que, para o Círculo, é a voz autoral que expressa uma consciência; mas, para Barthes, é uma *escritura*, a qual, ele a chamou de “esse neutro, esse compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve” (BARTHES, 1988, p. 65).

Já a noção de autor para Michel Foucault pode ser encontrada basicamente em dois escritos: *O que é um autor?* e *A ordem do discurso*. No primeiro, originário da conferência apresentada à Sociedade Francesa de Filosofia, em 22 de fevereiro de 1969, pouco tempo depois de Barthes ter publicado *A morte do autor*, Foucault (2000, p. 06)

objetiva “[...] examinar unicamente a relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente”.

Para desenvolver a temática da autoria, Foucault toma emprestado um questionamento elaborado por Beckett: "Que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala." Foucault salienta o fato de que a escrita, hoje, está ligada ao sacrifício da própria vida do escritor. Ele mostra como o autor tenta apagar/anular seus caracteres individuais do texto. Nesse sentido, Foucault entende que uma das marcas do escritor é a *singularidade da sua ausência*. Quanto à escrita, ele ressalta que “não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer" (FOUCAULT, 2000, p. 07). Assim, uma relação entre a escrita e a morte se manifesta no ato de o próprio sujeito apagar todas as pistas de sua individualidade particular. Esse sujeito faz o *papel do morto no jogo da escrita*.

No entanto, Foucault menciona duas noções importantes que trazem à tona a questão do autor – da *função autor*, na terminologia desse estudioso. A primeira é a noção de *obra*, a qual é complexa. O que é uma obra? De quais elementos ela se compõe? Será que tudo o que um autor escreveu faz parte da obra de tal autor? O que faz determinados escritos de um autor serem considerados obra e outros escritos desse mesmo autor como rascunhos, notas, não o serem? Essas são algumas questões que revelam as dificuldades na precisão do que seja considerada a obra de um autor.

Assim, Foucault considera insuficiente deixar o autor, o escritor e passar a estudar somente a obra em si, tendo em vista que essa é de natureza complexa. Ele ratifica: “A palavra 'obra' e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas quanto a individualidade do autor" (FOUCAULT, 2000, p. 09).

A segunda noção que coloca a questão do autor em cena é a noção de *escrita*. Para Foucault (2000), tal noção preserva a existência do autor. A noção de escrita, assim, tal como apresentada por Foucault, enaltece os privilégios do autor, sob a vanguarda do *a priori*: “ele faz subsistir, na luz obscura da neutralização, o jogo das representações que formaram uma certa imagem do autor”, afirma Foucault (2000, p. 11).

Outro ponto pertinente mencionado por Foucault diz respeito ao *status* do *nome do autor*. Segundo ele, o nome do autor não é apenas um elemento em um discurso, mas ele exerce determinado papel discursivo. O nome do autor “assegura uma função

classificatória; tal nome permite reagrupar um certo numero de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros", explica Foucault (2000, p. 13). Desse modo, sob o nome de determinado autor certos textos seriam reagrupados, classificados, relacionados entre si. Ao que tudo indica, relacionado ao nome do autor estaria a ideia de *pertencimento*, ou seja, ligado ao nome do autor estariam os textos a ele atribuídos.

Foucault (2000) elenca ainda outros aspectos relacionados ao nome do autor, a saber:

Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status. (FOUCAULT, 2000, p. 13 grifos do autor).

Como se percebe a partir dessa citação, o nome do autor exerce uma função no discurso. Ele faz com que determinadas palavras ganhem um *status* diferenciado. O nome do autor faz com que as palavras a ele atribuídas sejam reagrupadas e recebidas de maneira diferenciada em relação àquelas palavras que não são atribuídas a ninguém. O nome do autor, portanto, eleva o poder das palavras em um discurso, ele as afasta de outros discursos e as coloca dentro de uma ordem, de uma perspectiva, fazendo-as receber um determinado *status*.

Cabe esclarecer, no entanto, que o nome do autor não está localizado no estado civil dos homens ou na ficção da obra. Foucault (2000, p.14) deixa claro que o nome do autor está “na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser”. Isso, conseqüentemente, implica dizer que há “um certo numero de discursos que são providas da função "autor", enquanto outros são dela desprovidos” (idem, p. 15).

A função autor, conforme apresentada por Foucault, está ligada ao sistema jurídico e institucional, que contém, determina, articula o universo dos discursos. No entanto, ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, mas tal função autor pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições do sujeito (FOUCAULT, 2000).

Além disso, a função-autor é entendida como uma das especificações possíveis da função-sujeito. Desse modo, considerando as modificações históricas ocorridas, a

função-autor não permanece constante em sua forma, em sua complexidade, e mesmo em sua existência. Desse modo, cada época, cada formação discursiva parece manifestar uma forma de função-autor.

Considerando esse aspecto característico da função-autor, Foucault conclui deixando algumas questões possíveis de serem aplicadas no estudo dessa temática. Ele se pergunta: como, segundo que condições e sob que formas alguma coisa, como um sujeito, pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar ele pode ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer, e obedecendo a que regras? No entender de Foucault (2000), ao estudar a função-autor, trata-se de retirar do sujeito seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso.

Com isso, percebemos que a crítica à noção de autor, elaborada por Foucault (2000), insere-se na crítica mais geral à noção de sujeito, mais especificamente à função fundadora atribuída ao sujeito. Essa crítica é feita de forma explícita quanto ele declara que “o autor [...] é com certeza apenas uma das especificações possíveis da função-sujeito” (FOUCAULT, 2000, p.28).

Já no texto *A ordem do discurso*, originário do discurso proferido na aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, Foucault discute a *função autor* como sendo um dos procedimentos de controle interno ao discurso. Assim, a discussão sobre o autor ocorre ligada à discussão sobre o discurso.

Foucault (2007) menciona procedimentos de controle e delimitação do discurso que funcionam exteriormente ao discurso e procedimentos que funcionam de forma interna ao discurso, tendo em vista que o discurso exerce seu próprio controle. São “[...] procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (FOUCAULT, 2007, p. 21). São mencionados basicamente três procedimentos internos ao discurso: o comentário, o autor e as disciplinas.

Nessa perspectiva, o que é, então, o autor para Foucault? Ele cuida, inicialmente, em esclarecer que o autor não é o indivíduo que escreve ou fala um texto. A noção de autor é construída a partir de três princípios: (1) como agrupamento do discurso; (2) como unidade e origem de suas significações; (3) como foco de sua coerência. No entanto, esses princípios não vogam em toda parte nem de modo constante. Isso porque existem muitos discursos que circulam sem receberem sentido ou eficácia de um autor a

quem lhe seria atribuído a autoria. Existem, por outro lado, ordens de discursos em que a atribuição de um texto a um autor é uma regra como, por exemplo, literatura, filosofia, ciência.

A *função-autor* apresentada por Foucault (2007) não implica negar a existência do indivíduo humano que escreve ou fala. Foucault (2007) deixa claro que “seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa” (p. 28). No entanto, ele entende que o indivíduo que se põe a escrever retoma por sua conta a *função-autor*. A função-autor, cabe dizer, implica um jogo de diferenças prescritas por um indivíduo, ou seja, o que ele escreve e o que não escreve, o que ele elabora, esboça e o que deixa de fora.

Feito esse apanhado teórico sobre a noção de *função-autor* em Foucault, cabe dizer que, considerando as diferenças entre a noção de autor em Foucault e aquela presente nos escritos do Círculo, não assumimos a posição foucaultiana sobre essa temática, mas convém apresentá-la aqui. Não desconsideramos as aproximações entre essas duas perspectivas como, por exemplo, o fato de que para Foucault o sujeito se constitui sempre numa relação tensa com o outro, de forma semelhante, para o Círculo, o outro é questão fundamental na constituição do sujeito autor. Ademais, tanto para Foucault quanto para Bakhtin, o sujeito é um sujeito de linguagem, de discurso, ou seja, não é o ser físico, escritor, mas um ser *no discurso/linguagem*. No entanto, para Foucault, apenas alguns discursos possuem a função autor, enquanto para Bakhtin todo enunciado concreto é produzido por uma posição axiológica, por um autor. Numa concepção foucaultiana, considerando a complexidade envolvendo a noção de autor, teríamos dificuldades em analisar a autoria do gênero discursivo monografia, já que, para Foucault, nem tudo que é dito é um enunciado e, assim, nem tudo que circula socialmente possui a função autor.

Dito isso, convém ainda apresentar brevemente como a noção de autor é tratada nos estudos desenvolvidos no âmbito da AD, considerando que esta deve muito aos trabalhos de Foucault. Isso não é diferente quanto aos estudos acerca da noção de autor, embora possamos notar algumas mudanças significativas. Assim, o próximo tópico será dedicado a essa perspectiva.

2.2 Noções de autoria na perspectiva da Análise do Discurso

Mencionamos aqui algumas concepções sobre autoria desenvolvidas na perspectiva discursiva como, por exemplo, as constatadas nos estudos de Orlandi (2001) e Possenti (2009). Ambos partem de uma concepção de autoria influenciada pelos postulados foucaultianos, mas promovem um certo deslocamento em relação à noção apresentada por Foucault.

Orlandi explica, no texto *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*, que a forma histórica da autoria, ou melhor, a noção de autoria está mudando. Assim como Foucault, Orlandi (2001) utiliza o termo *função-autor*, mas também utiliza o termo *posição-autor*. Segundo ela, “nos termos discursivos, [...], o autor é *posição-autor* e não autor empírico: é o lugar, no imaginário, construído pelo confronto do simbólico com o político” (ORLANDI, 2001, p. 81)..

Fica evidente, ainda, que a noção de autor é abordada na relação com o texto, ou melhor, o texto é caracterizado como possuindo um autor. Nas palavras de Orlandi (2001, p. 91):

Consideramos o texto como unidade de análise. É uma unidade feita de som, letras, imagens, sequências, com uma extensão dada, com (imaginariamente) um começo, meio e fim, tem autor que se representa em sua origem com sua unidade lhe propiciando coerência, não-contradição, progressão e finalidade.

Esse excerto mostra que a autoria está ligada a uma *função discursiva* em que o autor é concebido como o *organizador* do texto, dando-lhe coerência, não-contradição, progressão e finalidade. O autor é, portanto, o *produtor de linguagem, produtor de texto*. Em outros termos, na concepção apresentada por Orlandi, o autor é entendido a partir da noção de texto.

Além disso, outra noção que acompanha a concepção de autor é a noção de sujeito. A noção de sujeito é central nos estudos da AD: o sujeito é histórico, dividido, *sujeito a e sujeito de*. No dizer de Orlandi (2001, p. 91), o sujeito é “ao mesmo tempo livre e responsável, determinando o que diz, mas determinado pela exterioridade (algo fala antes, em outro lugar, independentemente).” Assim, Orlandi (2001) entende que a essa função-sujeito corresponde uma função-autor: “[...] a função-autor é uma função do

sujeito concebido na linguagem e na história, e não o autor (escritor/obra, como em Foucault, retomado por Cerquiglini)” (ORLANDI, 2001, p. 91).

Desse modo, notamos o deslocamento operado por Orlandi em relação aos postulados de Foucault, ou seja, ela entende a função-autor não em relação a uma obra ou como um instaurador de discursividade, como propusera Foucault, mas, para ela, a função-autor é uma das funções do sujeito que se instaura na linguagem e na história. Para Foucault, a função-autor estava restrita a alguns nomes de destaque, já para Orlandi a função-autor pode ser exercida por qualquer sujeito, é uma posição possível ao sujeito do discurso. Nesse aspecto, fica evidente uma aproximação com a perspectiva enunciativa adotada nesta pesquisa, ou seja, não limitamos a noção de autoria a apenas alguns nomes, mas como um fenômeno enunciativo que se manifesta nas variadas ocorrências de linguagem.

Outro ponto mencionado por Orlandi (2001) sobre a função-autor diz respeito ao imaginário e a ilusão. Vejamos como ela explica essa questão:

Minha proposta de-sacralizar o texto e o autor. Estes se atualizam no ordinário do dizer, toda vez que o sujeito se coloca, imaginariamente, na origem do que diz produzindo uma unidade de sentido em relação à situação. A função-autor, como a concebo, realiza o imaginário da unidade e a ilusão do sujeito como origem e é a que está mais exposta às injunções sociais e históricas, à normatividade institucional (ORLANDI, 2001, p. 91).

Essa proposta coloca a função-autor como produtora de um efeito de origem, de unidade ao texto. Essa origem e unidade fazem parte da ilusão do sujeito, que pensa ser a origem do sentido, o dono do dizer. Em comparação a Foucault, que restringiu a função-autor a alguns, Orlandi (2001) parte do princípio de que não há texto sem autor. Para ela, “há função-autor desde que haja um sujeito que se coloca na origem do dizer, produzindo o efeito de coerência, não contradição, progressão e fim” (idem, p. 91).

Um caso citado por Orlandi (2001), para exemplificar como a função-autor se configura, é o fato de que “assinamos” embaixo de “nossas palavras” e, com isso, estamos nos constituindo autores de nossos textos. Desse modo, quando assinamos um texto e o assumimos como “nosso”, estamos, conseqüentemente, produzindo um efeito imaginário de unidade, completude, finalidade, instaurando, assim, a autoria do texto.

Cabe dizer que Orlandi (2001) faz uma distinção importante, a saber, o sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto, ou seja, o sujeito e o discurso

são tidos como dispersos, incompletos (não têm início e nem fim absolutos). Já o autor exerce a função de começar e terminar um texto. Este, ao contrário do discurso, tem um acabamento e uma unidade. O texto, ainda, é tido como a materialização do efeito de sentidos entre locutores. Utilizando uma expressão de Orlandi (2001), a organização textual é o *vestígio* do efeito de sentidos produzidos entre sujeitos. É no texto, portanto, que encontramos os *vestígios materiais* produzidos nos processos discursivos complexos. Orlandi (2001, p. 93) resume essa relação do seguinte modo: “Se a discursividade é incomensurável em seu real, o texto representa imaginariamente o dizer como uma extensão com limites, pausas, beiradas (bordas) possíveis. E o autor se representa como responsável na origem do texto que produz.” O texto é, portanto, uma materialidade linguístico-histórica, uma materialidade empírica, de natureza heterogênea que represente o discurso, tendo o autor como uma das funções do sujeito. A função-autor é responsável por gerir um dizer completo, onde a unidade existe e a dispersão – própria ao sujeito – é domesticada.

Além disso, conforme Orlandi (2011, p. 97), “[...] o texto atesta o modo pelo qual, pela sua função-autor, o sujeito administra a dispersão e a pressão da multiplicidade das possíveis formulações (outras) no mesmo sítio de significação”. De acordo com esse postulado, ao administrar a construção do texto diante da dispersão, da heterogeneidade de formulações, o sujeito configura/instaura sua função-autor do texto. Assim, perceber a função-autor é perceber como o sujeito textualiza o discurso. É, além disso, compreender como o texto adquire, a partir de uma construção imaginária, um efeito de unidade, completude, acabamento em meio à dispersão e ao heterogêneo do sentido e das formulações.

Assumindo o princípio da autoria postulada pela AD francesa e também dialogando com a noção de autoria de Bakhtin, Tfouni (2006) desenvolve um trabalho notável sobre letramento e alfabetização. Essa estudiosa justifica seu posicionamento teórico dizendo que “[...] a opção pela adoção do princípio da autoria como critério de análise deve-se ao fato de que o mesmo é apontado como sendo característico da organização do texto escrito” (TFOUNI, 2006, p. 46). Ela analisa narrativas orais produzidas por pessoas não alfabetizadas e mostra como essas narrativas apresentam uma autoria.

Ao analisar as narrativas produzidas por dona Madalena – uma mulher negra, analfabeta, pobre, de terceira idade, residente em um bairro de classe baixa –, Tfouni

(2006) chega a algumas conclusões. Entre elas, o fato de que as narrativas “[...] indicam que ela não está simplesmente reproduzindo as mesmas de memória, mas, antes, que ocupa a posição de autoria, na medida em que é o próprio princípio organizador dos textos” (TFOUNI, 2006, p. 55). Além disso, e de forma mais específica, Tfouni (2006) constata que as narrativas apresentam aspectos como a sensação de “cumplicidade” entre narrador e leitor/ouvinte, ou ainda a criação de um efeito de suspense que seriam preenchidos pela função-autor. Desse modo, dona Madalena ocupa a posição de autora de suas narrativas, conforme entende Tfouni (2006).

Ao analisar as narrativas orais de dona Madalena, Tfouni (2006, p. 62) conclui o seguinte:

Pode-se constatar que ela está constantemente atuando sobre a estrutura linguístico-discursiva das narrativas que produz, construindo efeitos de sentido que parecem estar relacionados à memória enunciativa dela, a elementos do interdiscurso, e a mecanismos de antecipação ou formações imaginárias sobre necessidades virtuais do narratário.

Com isso, notamos como a função-autor, nessa perspectiva, é preenchida, ou seja, o sujeito autor atua por meio das estruturas linguísticas e discursivas, produzindo certos efeitos de sentido. Cabe dizer que a narrativa é perpassada pelo interdiscurso, o que a coloca em relação com outros discursos, com a memória discursiva. Sem dúvidas, os estudos de Tfouni (2006) apresentam uma significativa aproximação em relação aos estudos desenvolvidos na perspectiva enunciativa. Tfouni (2006), no nosso entender, consegue mobilizar a noção de autoria dialogando com os estudos desenvolvidos no âmbito da AD francesa (estudos de Orlandi, por exemplo) e com a perspectiva dialógica de Bakhtin (fazendo referência explícita).

Possenti (2009), por sua vez, dedica uma maior atenção às questões que envolvem a autoria. Uma prova disso é a quantidade significativa de textos publicados em periódicos e capítulos de livros produzidos por esse estudioso sobre as questões envolvendo a autoria. Possenti mantém um equilíbrio quanto à noção de sujeito: o sujeito nem é totalmente assujeitado, nem totalmente autônomo. Uma síntese da compreensão de sujeito elaborada por Possenti poderia ser a seguinte: ele defende a existência do espaço do *eu*, da mesma forma que existem casos em que o predomínio do outro chega a causar um certo apagamento do eu. O que ele defende é a presença do

“eu” no jogo discursivo, sem o qual esse jogo não seria possível. Ao postular a constituição da subjetividade (e de certa forma da autoria), Possenti (2009) não nega o outro constitutivo, apenas focaliza sua atenção no sujeito que interage com o outro, mas que não é eliminado completamente.

Essa concepção de sujeito tecida por Possenti, consequentemente, afeta a noção de autoria, sendo essa noção um dos pilares principais dos estudos desenvolvidos por ele. Possenti discute a noção de autor em três textos, basicamente: *Enunciação, autoria e estilo*, publicado originalmente na Revista da FAEEBA, em 2001; *Indícios de autoria*, publicado primeiramente na Revista *Perspectiva*, em 2002; *Notas sobre a questão da autoria*, publicado na Revista *Matraga*, em 2013. Os dois primeiros aparecem no livro *Questões para analistas do discurso*, publicado em 2009. Centraremos nossa atenção em dois deles: *Indícios de autoria* e *Notas sobre a questão da autoria*.

É interessante notar como a noção de autoria aparece nesses escritos, e como, em todos eles, Possenti percebe que a noção de autor formulada por Foucault não serve para abordar o *corpus* de seu estudo: textos escolares, provérbios populares, entre outros. Assim, o caminho encontrado por Possenti (2009b, p. 105) foi descobrir “uma brecha para introduzir no campo uma nova noção (nova em relação a essa, de Foucault) de autoria”. No entender de Possenti (2009b), a noção de autor precisa ser pensada considerando-se a noção de singularidade e de estilo. Ele propõe, então, os chamados *indícios de autoria*. Segundo ele, o papel do analista é avaliar os indícios de autoria na leitura dos textos.

Possenti (2009b) analisa três indícios de autoria que são, na verdade, atitudes daquele que se torna autor. Assim, o autor pode: (i) *dar voz a outros enunciadore*s, (ii) *manter distância em relação ao próprio texto*, (iii) *evitar a mesmice*. No primeiro indício – e aqui algo que se aproxima bastante da nossa pesquisa –, o autor mobiliza vozes de outrem em seu discurso, mas, mesmo tendo seu discurso atravessado por essas outras vozes, ele (o autor) é quem introduz essas vozes, ou seja, “há algo do autor: seu jeito, o *como*.” (POSSENTI, 2009b, p. 112, grifo do autor). Assim, essa atitude de conceder lugar no discurso ao discurso de outrem, mobilizando recursos linguístico-discursivos para introduzi-los, é considerado um indício de autoria. Aqui, o próprio fato de haver um diálogo com outras vozes, em que o autor situa seu discurso numa relação com outros discursos, é visto como indício de autoria.

O segundo indício ocorre quando o enunciador marca uma certa distância em relação ao seu dizer. Ele avalia seu próprio enunciado, colocando-se como observador de suas próprias palavras. Segundo Possenti (2009b), essa atividade do sujeito diante das palavras que usa foi caracterizada e denominada, por Authier-Revuz (1998; 2004), de *metaenunciativa*.

A metaenunciação, por ser um movimento de retorno ao discurso por parte do autor, avaliando-o, comentando-o, delimitando sentidos, configura-se um indício de autoria porque parte-se da compreensão de que “[...] o sujeito sempre enuncia de uma posição, mas a língua não é um código que sirva a cada posição de forma transparente” (POSSENTI, 2009b, p. 112-113). Destarte, a atitude metaenunciativa manifesta indícios da intervenção do autor sobre seu dizer e essa produz singularidade e originalidade, “[...] na medida em que não se trata de uma intervenção de todos os sujeitos que estão na mesma posição” (idem, p. 114).

O terceiro indício – *evitando a mesmice* – é pensado a partir da concepção dialógica da linguagem de Bakhtin e está ligado ao primeiro indício. Nesse terceiro indício, parte-se, mais precisamente, do fato de que sempre estamos fazendo uso das palavras dos outros. Assim, o indício de autoria reside exatamente na questão do *como* dar voz aos outros, ou seja, diz respeito ao modo como se introduzem os outros discursos. Esse *como* introduzir o dizer do outro é relevante porque se configura uma estratégia avaliativa, em que o autor imprime uma posição sobre o discurso do outro. Possenti (2009b, p. 116) explica melhor esse indício: “Trata-se de uma intervenção do sujeito, que não deixa para o leitor a tarefa de julgar se se trata de uma confissão, de uma admissão etc.”.

Reflexões semelhantes são construídas no texto *Os limites do discurso*. Neste, Possenti (2009) é enfático ao argumentar, em oposição a outras noções de sujeito, mas precisamente àquela da AD francesa, que a subjetividade, isto é, o trabalho do sujeito *sobre e a partir de outro texto ou de um texto de outro* é aspecto característico e comprovado por dados de análises de discursos. A partir de análises, ele argumenta: “É visível o discurso do outro, mas também é visível o trabalho do eu. [...] A presença do outro não é suficiente para apagar a do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só” (POSSENTI, 2009, p.50). Nos casos analisados, o trabalho do sujeito com o discurso do outro é *visível* e impossível de ser disfarçado. Para esse estudioso, *é como se tratasse de casos de subjetividade mostrada*.

Parafraseando dizeres desse autor, juntamente com o discurso aparece, de alguma forma, um outro discurso. A isso, ele chama de *heterogeneidade, de polifonia, de presença de outro ou Outro*. O seguinte comentário apresenta constatações importantes advindas dos estudos realizados pelo pesquisador em destaque:

Nos casos mais usualmente analisados em termos de heterogeneidade, o que se ressalta são as estratégias do eu: ele tem o topete de apresenta-se como se fosse um eu, mas um analista descobre que junto com ele ou no lugar dele está o outro. [...] parece-me que a estratégia do eu é apresentar-se como se fosse um outro, mas, sutilmente, imiscuir-se no discurso conhecido, no discurso do outro, e alterando-o e deixando a marca de sua presença. (POSSENTI, 2009, p.54).

Nessas considerações advindas de análises de dados, constatamos o enfoque sobre o papel do “eu”, suas estratégias diante do discurso do outro, deixando suas marcas nessa relação. Ademais, Possenti (2009) evidencia o papel do analista diante desse aspecto enunciativo-discursivo, a saber, descobrir junto (ou no lugar) do discurso do um (do eu) o discurso do outro.

Interessante notar que, em um texto mais recente – *Notas sobre a questão da autoria*, publicado na Revista *Matraga*, em 2013 –, Possenti aprofunda as reflexões sobre o conceito de autoria, inclusive relacionando-o às noções de estilo e de escrita na escola. Ele retoma a tese apresentada em *indícios de autoria* e acrescenta a defesa de que os textos – no seu caso, os textos escolares – podem revelar indícios de autoria, “mas isso não significa que alunos sejam autores” (POSSENTI, 2013, p. 242). A ideia de que um texto pode ter indícios de autoria e mesmo assim não ter um autor só é entendida quando percebemos que Possenti (2013) assume a noção foucaultiana de autoria – pelo menos, no sentido de que nem todas as produções de linguagem têm autores. O comentário seguinte indica essa postura:

Para mim, aluno que faz boas redações é um (bom) aluno, não um autor. Até porque é só na escola que se escrevem redações. Alunos que escrevem textos com indícios de autoria frequentemente os escrevem à margem das atividades escolares e estabelecem, com professores ou outras pessoas, mesmo na escola, algum tipo de vínculo extraoficial. (POSSENTI, 2013, p. 243).

Para melhor explicar seu ponto de vista de que um texto pode ter indícios de autoria sem ter um autor, Possenti (2013) faz uma analogia com práticas esportivas: se

um aluno se destaca jogando futebol, nem por isso é jogador de futebol. Para que o seja, são necessárias numerosas outras características. Com isso, ele mostra que, mesmo se um aluno produzir bons textos, mesmo assim, ele não é considerado autor, nesse caso, os textos desse aluno contêm indícios de autoria – o que não é a mesma coisa. Adaptando a analogia, poderíamos dizer: *o máximo que se pode dizer desse aluno é que leva jeito, que tem algumas condições para tornar-se um autor.*

Feito esse apanhado teórico sobre a noção de autor nos estudos discursivos, atentando para as aproximações de distanciamentos, passaremos a explorar como essa questão é tratada nos escritos do Círculo de Bakhtin. Para isso, revisitaremos alguns escritos do Círculo objetivando extrair considerações que possibilitem formular um panorama sobre a noção de autoria.

2.3 Uma abordagem enunciativo-discursiva da autoria

Nesse ponto, empreendemos uma leitura dos escritos do Círculo de Bakhtin. Essa leitura nos permite perceber como a noção de autor/autoria foi trabalhada pelo Círculo. Cabe dizer, de início, que, embora o Círculo tenha uma atenção especial pelo discurso literário, principalmente pelo romance, entendemos, juntamente com Brait (2006, p. 58), que “[...] para chegar a essas análises, os trabalhos dão preciosas indicações sobre o discurso cotidiano, não literário”. De forma semelhante, Francelino (2007, p. 111) entende que “Bakhtin formula essas questões e pensa o funcionamento da linguagem de uma forma universal, ou seja, é a relação homem – linguagem que é focalizada como eixo central de suas reflexões”. Na mesma trilha, Sobral (2012, p. 130) entende que “Bakhtin muito se estendeu sobre o autor no texto literário, mas suas formulações abrangem igualmente outras modalidades textuais”. Esse princípio apontado pelos pesquisadores em questão é pressuposto fundamental para o presente trabalho, visto que nosso *corpus* é composto por um gênero não literário – monografias de conclusão de curso.

Digno de nota é que, aos olhos de Arán (2014), a problemática envolvendo o autor ou consciência autoral não é uma questão periférica na obra de Bakhtin, mas se apresenta como “um dos pilares do dilema da *alteridade intersubjetiva*, matriz de seu pensamento dialógico” (ARÁN, 2014, p. 06, grifo da autora). Essa mesma conclusão é

encontrada em Faraco (2005), para quem o tema do autor está presente em maior ou menor grau em quase todos os escritos conhecidos de Bakhtin.

Desse modo, um dos primeiros escritos a tratar da noção de autor/autoria é *Estética da criação verbal*, mais precisamente o ensaio *O autor e a personagem*, escrito aproximadamente em 1924. Nesse ensaio, Bakhtin (2011) analisa a relação do autor com a personagem nas obras de Dostoiévski, Púchkin e outros. Um dos primeiros aspectos do autor discutido por Bakhtin (2011) considera-o como uma instância criativa intrínseca à obra. Nesse mesmo ensaio, constatamos que é o autor quem produz a imagem do herói. Nos termos de Bakhtin (2011):

O autor acentua cada particularidade da sua personagem, cada traço seu, cada acontecimento e cada ato de sua vida, os seus pensamentos e sentimentos, da mesma forma como na vida nós respondemos axiologicamente a cada manifestação daqueles que nos rodeiam. (BAKHTIN, 2011, p. 03).

Segundo apreendemos desse trecho, é a atividade criativa do autor que acentua todos os traços característicos da personagem da obra literária. Essa atividade criativa não é neutra, tendo em vista o fato de que é uma resposta axiologicamente marcada. Daí o próprio Bakhtin ter feito essa relação entre a atividade do autor na criação da personagem com o que ocorre na vida, ou seja, as respostas que damos a cada manifestação daqueles que nos rodeiam são marcadas por avaliações, juízos de valor, pontos de vista.

A atividade do autor é uma atividade estética. É a partir da vivência estética, do esforço para criar a imagem de uma personagem como um outro de si mesmo, que a instância autoral se configura. Bakhtin procura mostrar como o autor, enquanto instância criativa intrínseca, produz a personagem em sua totalidade. Ele explica esse aspecto nos seguintes termos:

Na obra de arte, a resposta do autor às manifestações isoladas da personagem se baseia numa resposta única ao *todo* da personagem, cujas manifestações particulares são todas importantes para caracterizar esse todo como elemento da obra. É especificamente estética essa resposta ao todo da pessoa-personagem, e essa resposta reúne todas as definições e avaliações ético-cognitivas e lhes dá acabamento em um todo concreto-conceitual singular e único e também semântico. Essa resposta total à personagem tem um caráter criador, produtivo e de princípio. (BAKHTIN, 2011, p. 4, grifo do autor).

Vemos, assim, que Bakhtin apresenta uma concepção de autor como sendo a consciência criadora e controladora que permite criar personagens. Comentando a concepção de autor em *O autor e a personagem*, Arán (2004) nos diz que, nesse momento inicial, Bakhtin defende uma perspectiva muito racional e controladora da consciência autoral. Para ela, Bakhtin busca diferenciar a atividade estética, sem deixar de vinculá-la à “produção de conhecimento originada no mundo dos valores criados dentro do mundo dos homens, valores que são culturais e não imanentes à consciência” (ARÁN, 2014, p. 14).

Arán (2004) desenvolve uma discussão relevante sobre o autor em Bakhtin. Segundo essa pesquisadora, o autor é abordado na obra de Bakhtin como ideólogo da arquitetura, como voz mascarada, como ouvido polifônico, como interlocutor no diálogo cronotópico. Assim, o autor é visto por Bakhtin como objeto de diferentes abordagens teóricas. Embora o autor apresente essas diferentes modulações, ele envolve sempre a questão do sujeito, “seu modo de existência e de consciência, da produção de diferentes formas de conhecimento de si mesmo e do mundo através de relações intersubjetivas” (ARÁN, 2014, p. 04).

Arán (2014, p. 6) diz que o autor, em Bakhtin, é um “[...] acontecimento único e irrepetível na vida de um texto”. Desse modo, vale para a noção de autoria o mesmo que é dito para a noção de enunciado. Isso nos leva a considerar a noção de autoria ligada à noção de enunciado, de gênero, de dialogismo, de sujeito, já que essas noções estão numa relação de interdependência na obra do Círculo.

Bakhtin (2011) faz uma distinção entre o autor-criador e o autor-pessoa. O primeiro é a consciência criadora, inerente ao enunciado, aquele que dá forma ao objeto estético. O segundo é o elemento do acontecimento ético e social da vida. O autor-criador forma, juntamente com a personagem, um todo artístico da obra.

Com relação à noção de autor-criador, o estudioso russo desenvolve o seguinte comentário:

O autor não é o agente da vivência espiritual, e sua reação não é um sentimento passivo nem uma percepção receptiva; ele é a única energia ativa e formadora, dada não na consciência psicologicamente agregativa mas em um produto cultural de significação estável, e sua reação ativa é dada na estrutura – que ela mesma condiciona – da visão ativa da personagem como um todo, na estrutura da sua imagem, no ritmo do aparecimento, na estrutura da entoação e na escolha dos elementos semânticos. (BAKHTIN, 2011, p. 6).

Esse excerto aponta o fato de que o autor é entendido como exercendo uma atividade sobre o objeto estético. Ele possui uma *visão ativa* e geral da personagem. O autor é a energia ativa e fundadora do objeto estético. Sua reação ativa está direcionada para todos os elementos da personagem: a estrutura de sua imagem, o ritmo do aparecimento, a estrutura da entoação e a escolha dos elementos semânticos.

O autor, nesse sentido, é o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra. Para isso, o autor age de fora da personagem, ou seja, ele é *transgrediente* a cada elemento figurativo da personagem. Um outro termo usado para designar essa característica do autor é *excedente de visão e conhecimento do autor*. Nesse caso, “[...] o autor não só enxerga e conhece tudo o que cada personagem em particular conhece e mais que elas, e ademais enxerga e conhece algo que por princípio é inacessível a elas” (BAKHTIN, 2011, p. 11). É o excedente de visão e conhecimento do autor-criador que instaura o princípio de acabamento do objeto estético.

O excedente de visão é propiciado pela posição *exotópica*. A exotopia é outro conceito importante nessa discussão sobre o autor-criador. Ao dizermos que um dos princípios da autoria é a exotopia, estamos colocando o autor numa posição espacial e temporal que possibilite estabelecer um acabamento, uma fixação do objeto estético. A exotopia diz ainda que a relação estética entre o autor e a personagem é de uma tensa “[...] distância do autor em relação a todos os elementos da personagem, de uma distância no espaço, no tempo, nos valores e nos sentidos que permite abarcar *integralmente* a personagem” (BAKHTIN, 2011, p. 11).

Essa relação de distância envolve, portanto, a consciência criadora do autor. Ou seja, “[...] a consciência do autor é a consciência da consciência, isto é, a consciência que abrange a consciência e o mundo da personagem, que abrange e conclui essa consciência da personagem”, conforme assinala Bakhtin (2011, p. 11). Sobre essa questão, Amorim (2006, p. 100) entende que o conceito de exotopia “está relacionado à ideia de acabamento, de construção de um todo, o que implica sempre um trabalho de fixação e de enquadramento, como uma fotografia que paralisa o tempo.”

Ainda sobre essa noção de exotopia, Amorim (2006) ressalta que o acabamento daquilo que seria por natureza inacabado, a objetivação e o excedente de visão,

acessíveis somente por exotopia, são os mesmos elementos que constituem o estilo do autor.

Além disso, um importante aspecto dessa discussão é que o autor pode ser encontrado, percebido, identificado numa obra dada. É o próprio Bakhtin quem nos diz isso ao afirmar que

[...] para encontrar o autor assim concebido numa dada obra, cumpre escolher todos os elementos que concluem a personagem e os acontecimentos de sua vida, por princípio transgrediente à sua consciência, e definir a unidade ativa, criativamente tensa e de princípio desses elementos; o agente vivo dessa unidade do acabamento é o autor (BAKHTIN, 2011, p. 12).

Esse trecho é significativo para essa investigação porque entende o autor como instância passível de identificação. Assim, para *encontrar o autor*, deve-se examinar determinada obra. Isso implica que não devemos procurar as marcas da autoria fora do gênero discursivo, mas *no* gênero, na manifestação de linguagem, tendo em vista que a instância autoral é constitutiva dos gêneros discursivos. Nessa busca, existem *elementos* que precisam ser percebidos e são esses que marcam a autoria. Além disso, a parte final da citação é esclarecedora: Bakhtin entende o autor como agente da unidade do acabamento. É a instância promotora da unidade ativa da obra.

Nesse mesmo ensaio, *O autor e a personagem*, Bakhtin já faz referência a uma noção central dos escritos do Círculo: o dialogismo. Essa noção é apresentada por meio da necessária relação entre o autor e a personagem/herói. Vejamos como ele apresenta essa questão:

Com um só e único participante não pode haver acontecimento estético; a consciência absoluta, que não tem nada que lhe seja transgrediente, nada distanciado de si mesma e que a limite de fora, não pode ser transformada em consciência estética, pode apenas familiarizar-se mas não ser vista como um todo passível de acabamento. Um acontecimento estético pode realizar-se apenas na presença de dois participantes, pressupõe duas consciências que não coincidem. (BAKHTIN, 2011, p. 19-20).

A partir dessa explicação, notamos a ênfase na relação entre os dois participantes para a existência do acontecimento estético. Essa relação entre os participantes, a necessidade do outro, a relação com o outro, a existência de consciências que se relacionam vai ser tratada em outros escritos como *natureza dialógica da linguagem* e

dialogismo em oposição ao monologismo. A partir do princípio dialógico, percebemos que o acabamento estético vem de fora, vem do exterior, do autor.

Ao analisar a discussão sobre o autor em *O autor e a personagem*, Faraco (2005, p. 38) explica: “Ele é entendido fundamentalmente como uma posição estético-formal cuja característica básica está em materializar uma certa relação axiológica com o herói e seu mundo.” A *relação* é um termo fundamental no entendimento da noção de autor. O autor possui uma posição axiológica em relação ao herói. É a partir dessa posição valorativa que o autor cria o todo da obra, ou seja, o acabamento estético é produzido a partir de um ponto de vista, de uma posição axiológica.

Em outro ponto, Faraco (2005) explora mais detalhes da noção de autor nos escritos do Círculo de Bakhtin, conforme se pode perceber a seguir:

Por ser uma função imanente ao objeto estético e por definir-se como uma posição axiológica, o autor-criador (a voz segunda) é, para Bakhtin, *pura relação*: não se trata de ente físico [...], mas de uma função narrativa imanente que condensa, num todo estático, um determinado feixe de relações valorativas. [...] a posição axiológica do autor-criador é um modo de ver o mundo, um princípio ativo de ver que guia a construção do objeto estético e direciona o olhar do leitor. (FARACO, 2005, p. 42, grifo do autor).

Esse excerto é esclarecedor. Destaquemos alguns aspectos presentes nele acerca da autoria. Primeiro, ela (a autoria) é imanente ao objeto estético, ou seja, não podemos buscar a autoria fora da obra, fora do ato estético. Olhando desse ponto de vista para os gêneros discursivos, fica entendido que a autoria precisa ser analisada a partir da investigação dos aspectos constitutivos do próprio gênero. Segundo, o autor não é o ser físico que escreve, mas é entendido em termos de posição axiológica. A autoria é concebida a partir da *relação* com o objeto do discurso (herói), com os interlocutores e com os discursos de outrem. Interessante notar que é o autor, enquanto princípio ativo, quem guia a construção do objeto estético e direciona o olhar do leitor. Isto é, é o autor quem orquestra a composição do ato estético, agindo sobre a recepção por parte do leitor; já este (o leitor) é considerado no momento da construção enunciativa – o leitor é parte constitutiva do enunciado.

Fazemos menção agora ao ensaio sobre Dostoiévski, que Bakhtin publicou em 1929 como *Problemas da obra (poética) de Dostoiévski (PPD)* – cerca de cinco anos depois da publicação de *O autor e a personagem*. Nele, encontramos noções e, podemos

dizer, variações relevantes sobre a *posição estética* inicial: o autor. A relação entre autor e personagem, nesse ensaio, é apresentada a partir do dialogismo.

Tal relação apresenta um certo avanço porque, como vimos acima, no ensaio *O autor e a personagem*, Bakhtin mostra que, em Dostoiévski, temos uma personagem que não se autoconclui e um autor que apresenta uma face única, sendo concebido como forma de acabamento estético, uma consciência absoluta. Essa noção é, digamos, aprofundada à medida que Bakhtin mergulha na obra de Dostoiévski. Dessa feita, a personagem não é mais passiva e totalmente dependente do autor. A relação entre personagem e autor é totalmente dialógica.

No prefácio dessa obra, Paulo Bezerra comenta o fato de que Bakhtin parte da hipótese segundo a qual as personagens de Dostoiévski revelam independência interior em relação ao autor na estrutura do romance, independência essa que, em certos momentos, permite-lhes até se rebelarem contra o seu criador. Essas independências estariam em suas *definições conclusivas e modelantes*. Assim, as personagens não aparecem como simples marionetes a serviço da ação do autor, mas aparecem como consciências plurais, dotadas de valores próprios e que entram em interação, produzindo aquilo que Bakhtin denomina de o *grande diálogo do romance*. Esse aspecto revela, evidentemente, uma especificidade do gênero literário analisado.

Para Bakhtin (2010, p. 3), “[...] o herói tem competência ideológica e independência, é interpretado como autor de sua concepção filosófica própria e plena, e não como objeto da visão artística final do autor”. A personagem não aparece como objeto inerte, imparcial, mas de forma ativa e numa interação dinâmica com o autor. Nos termos de Bakhtin (2010), Dostoiévski não cria escravos, mas personagens livres. Essas consciências independentes se colocam lado a lado com seu criador, podendo até discordar dele e rebelar-se contra ele. Vejamos a análise feita por Bakhtin sobre esse aspecto que estamos destacando:

A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade. (BAKHTIN, 2010, p. 05, grifos do autor).

Nesse excerto, encontramos destaques importantes sobre as vozes que formam a polifonia dos romances de Dostoiévski: é dito que elas se apresentam numa relação de independência. Mesmo o romance mantendo uma multiplicidade de vozes, elas não se misturam. Essas vozes não são objetos mudos, acabados, mas consciências independentes de um dialogismo vivo e dinâmico.

Nessa discussão, Bakhtin (2010) chega a uma primeira conclusão, a saber, o romance de Dostoiévski apresenta uma nova relação entre autor e personagem. Essa relação postula a presença da voz do herói *ao lado* da palavra do autor, “coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis” (BAKHTIN, 2010, p. 5). Essa voz do herói é dada como voz de um *outro*, como consciência de um *outro*. No entanto, mesmo sendo portadoras de uma liberdade notável, as personagens estão sob a regência do autor. Este, o autor, é a consciência das consciências e organiza as muitas vozes na construção do romance. Assim, a liberdade e independência que as personagens assumem na própria estrutura do romance em relação ao autor

[...] não significa que a personagem saia do plano do autor. Não, essa independência e liberdade integram justamente o plano do autor. Esse plano como que determina de antemão a personagem para liberdade (relativa, evidentemente) e a conduz como tal no plano rigoroso e calculado do todo. (BAKHTIN, 2010, p.12).

É notável a ênfase dada à expressão *plano do autor*. Esse plano compreende, ao que tudo indica, o domínio da consciência criadora no gerenciamento das demais consciências (as das personagens). No capítulo intitulado *A personagem e seu enfoque pelo autor na obra de Dostoiévski*, por exemplo, encontramos a afirmação de que o autor cria uma imagem rígida e estável da personagem. É o ponto de vista do autor que serve de base à construção do todo composicional.

Ocorre assim uma verdadeira relação dialógica entre o autor e as personagens. A palavra do autor é organizada em direção à palavra do herói e esse *lhe pode responder*. Segundo Bakhtin (2010), a ideia do autor sobre o herói é a ideia sobre o discurso. Desse modo, tal relação dialógica ocorre entre discursos. Vejamos como Bakhtin (2010) explica essa questão:

Por isso até o discurso do autor sobre o herói é o discurso sobre o discurso. Está orientado para o herói como para a palavra, daí, *dialogicamente*

orientado para ele. Através de toda a construção do seu romance, o autor não fala *do* herói, mas *com* o herói. Aliás nem poderia ser diferente: a orientação dialógica, coparticipante é a única que leva a sério a palavra do outro e é capaz de focalizá-la como posição racional ou como um outro ponto de vista. Somente sob uma orientação dialógica interna minha palavra se encontra na mais íntima relação com a palavra do outro mas sem se fundir com ela, sem absorvê-la nem absorver seu valor, ou seja, conservar inteiramente a sua autonomia como palavra. (BAKHTIN, 2010, p. 72, grifo do autor).

Um aspecto que merece destaque dessa citação é o uso de termos como *voz*, *palavra*, *discurso* usados por Bakhtin para dizer da relação entre autor e herói. Entendemos, juntamente com Arán (2014), que esses termos são usados indistintamente. Assim, no entender de Arán (2014, p. 15), “o herói será uma ‘voz pura’ que entrará com diferentes procedimentos no discurso do autor, não como um objeto mudo.” O autor, por sua vez, é ativo. Ele interroga, provoca, responde, concorda, discorda.

Sobre o sujeito autoral em Bakhtin, Arán (2014) tece o seguinte comentário:

É um sujeito historicamente moral, compreendendo por isso a ação singular do homem real em todas as suas manifestações e práticas, que se referem a determinados valores e normas sociais, contextuais, históricas, nunca absolutas nem universais, e que em semiótica chamamos modos de produção do sentido, sentido que se produz a partir de um *sujeito situado* e que Bakhtin chama de *sujeito responsável* (ARÁN, 2014, p. 22 grifos da autora).

Com isso, Arán (2014) reafirma o entendimento de que toda ação humana é potencialmente um texto. Sendo assim, os enunciados expressam uma posição de sentido de uma consciência autoral responsável em relação a outras consciências. Essa mesma estudiosa amplia a noção de autoria: segundo ela, se todo homem é criador potencial de texto, “*a noção de autor se amplia a todos os sujeitos como arquitetos da discursividade social. É a autoria, então, que dá ao enunciado seu caráter de acontecimento histórico decisivo*” (ARÁN, 2014, p. 22 grifo da autora). Assim, é impossível pensar um ato discursivo sem um autor. O autor se configura conforme o gênero, a situação, o tema.

Ademais, ao discutir sobre os gêneros do discurso, Bakhtin (2011) mostra alguns importantes aspectos da autoria. Segundo ele, mesmo existindo alguns gêneros menos propícios a refletirem os aspectos da individualidade do sujeito enunciator, “[...] todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da

comunicação discursiva – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual” (BAKHTIN, 2011, p. 265).

A noção de autor em Bakhtin está também relacionada à noção de enunciado, de estilo, de discurso e de linguagem. Quando discute a questão dos gêneros discursivos e a natureza do enunciado concreto como sendo a real unidade da comunicação discursiva, Bakhtin (2011) apresenta traços importantes sobre a noção de sujeito autor. Segundo ele:

O discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir. Por mais diferentes que sejam as enunciações pelo seu volume, pelo conteúdo, pela construção composicional, elas possuem como unidades da comunicação discursiva peculiaridades estruturais comuns, e antes de tudo *limites* absolutamente precisos. (BAKHTIN, 2011, p. 275, grifo do autor).

A noção de discurso compreende a existência de um sujeito *do* discurso. Os discursos, embora diferentes uns dos outros em termos de forma, volume, conteúdo, construção composicional e estilo, apresentam em comum algumas peculiaridades, entre elas, *limites* precisos. Esses limites seriam, assim, uma ação do sujeito autor, isso porque os limites de cada enunciado concreto “são definidos pela *alternância dos sujeitos do discurso*, ou seja, pela alternância dos falantes” (BAKHTIN, 2011, p. 275, grifo do autor).

Desse modo, não se concebe enunciado sem um sujeito autor, tendo em vista que são os sujeitos que instauram limites, fronteiras, emolduram os enunciados. Bakhtin (2011) usa a imagem da corrente, argumentando que cada enunciado concreto é um elo na grande cadeia da comunicação discursiva. Na condição de *elo*, o enunciado concreto precisa ter propriedades individuais – limites, acabamento, fronteiras, estilo – e, ao mesmo tempo, se relacionar com outros elos da corrente (outros enunciados). É o sujeito autor quem cria, para o enunciado, “[...] a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados a ele vinculados” (BAKHTIN, 2011, p. 280).

Como visto, a alternância entre sujeitos é a primeira *peculiaridade constitutiva do enunciado*. O sujeito autor ainda exerce papel importante na segunda peculiaridade constitutiva do enunciado: a *conclusibilidade*. No dizer de Bakhtin (2011):

[...] a conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições (BAKHTIN, 2011, p. 280).

Destacamos o fato de que o sujeito é elemento fundamental com relação ao aspecto da conclusibilidade. É ele quem instaura o efeito de acabamento, de conclusão ao enunciado. Esse efeito possibilita uma resposta, uma réplica por parte de outros sujeitos enunciadoreis.

O autor, então, ao discorrer sobre um tema – objeto de discurso –, age de forma a delimitar fronteiras e a garantir uma conclusão para esse tema. Bakhtin (2011) lembra que o objeto é objetivamente inexaurível, mas, ao se tornar *tema* de um enunciado, adquire uma relativa conclusibilidade por parte do autor. É o autor quem garante limites ao tema, operando recortes e delimitando fronteiras. “Ele determina, evidentemente, também a escolha da forma do gênero na qual será construído o enunciado”, explica Bakhtin (2011, p. 281).

Esse aspecto é considerado importante para Bakhtin (2011). Ele entende que o autor exerce uma vontade discursiva e esta se realiza antes de tudo “na *escolha de um certo gênero de discurso*” (BAKHTIN, 2011, p. 282, grifo do autor). Tal escolha não ocorre de forma neutra, superficial, mas ocorre dentro de um campo da comunicação discursiva e são considerados os aspectos que envolvem a temática, a situação concreta da comunicação, os participantes etc. Assim, é inserido em uma situação sócio-histórico-discursiva que o autor toma um certo gênero de discurso e o povoa com sua individualidade e subjetividade.

Ao se apropriar de um gênero discursivo em determinada situação de uso da linguagem, o autor adapta e povoa esse gênero com sua intenção discursiva, sua individualidade e subjetividade. Com isso, sua individualidade e subjetividade passam a constituir uma determinada forma de gênero. Esse entendimento é corroborado por Bakhtin em comentários como o seguinte:

A escolha dos meios linguísticos e dos gêneros de discurso é determinada, antes de tudo, pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido. É o primeiro momento do enunciado que determina as suas peculiaridades estilístico-composicionais. (BAKHTIN, 2011, p. 289).

O autor opera uma atividade de escolha de elementos linguísticos. Isso implica dizer que ele se apropria dos recursos da língua, das formas do gênero de discurso e age comunicativamente em diálogo com outros sujeitos. Bakhtin (2011) entende esse trabalho do sujeito autor como sendo uma *tarefa do sujeito do discurso* centrada no objeto do discurso.

Segundo ele, ainda, um outro elemento que determina a composição e o estilo do enunciado é o elemento *expressivo*. Esse elemento, assim como os demais, também aponta para um trabalho do sujeito autor do enunciado. A expressividade diz respeito ao componente subjetivo, emocional e valorativo do falante em relação ao conteúdo do objeto e do sentido do enunciado. Essa relação do autor com o objeto de discurso, conseqüentemente, determinará a escolha dos elementos linguísticos e composicionais do enunciado.

Digno de nota, ainda sobre a questão da autoria, é que Bakhtin (2011) delega um espaço importante ao *outro* ao longo de seu escrito. As atitudes responsivas levam em conta o outro discurso. Assim, toda estrutura linguístico-enunciativo-discursiva de um enunciado é construída a partir da imagem que o sujeito autor tem desse outro. “O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande”, diz Bakhtin (2011, p. 301).

Sobre o ato do sujeito autor por meio dos recursos linguísticos, Bakhtin (2011, p. 306) explica da seguinte maneira: “A escolha de *todos* os recursos linguísticos é feita pelo falante sob maior ou menor influência do destinatário e da sua resposta antecipada.” Fica evidente tanto a ação do sujeito, que faz a escolha dos recursos linguísticos, configurando, desse modo, a autoria enunciativa, quanto a influência do outro, do destinatário no processo de escolha desses recursos.

Essa orientação da palavra de um para o outro configura aquilo que o Círculo denominou de *biface*. No texto *Estrutura do enunciado*, atribuído a Voloshinov (1930), encontramos a seguinte definição de *biface*: “todo enunciado exige, para que se realize, a presença simultânea de um locutor e de um ouvinte” (VOLOSHINOV, 1930, p. 01). O locutor e o ouvinte são, então, características constitutivas do enunciado, é uma exigência para que o enunciado se realize. Isso entra em perfeita harmonia com o que diz Bakhtin (2011), ao postular que uma das diferenças do enunciado, em relação à oração, é que *o enunciado tem autor*.

Segundo Voloshinov (1930, p. 08), “[...] esta orientação em direção ao ‘outro’, em direção ao ouvinte, conduz necessariamente a se levar em conta a relação social e hierárquica que existe entre os interlocutores”. Isso quer dizer que a estrutura do enunciado é resultado do tipo de relação existente entre o locutor e o ouvinte. Ademais, esse aspecto nos leva a pensar, considerando nossos objetivos nessa pesquisa, sobre a relação entre discurso citado e discurso citante, ou seja, a relação social e hierárquica que existe entre o autor do discurso citante e os discursos citados na tessitura do texto monográfico. Essa relação, sem dúvidas, influencia no modo como os recursos linguístico-enunciativo-discursivos são mobilizados no processo de apreensão dialógica do discurso do outro.

Ademais, no processo de interação verbal, o locutor se apresenta como aquele que extrai a palavra, como signo, de um estoque social de signos disponíveis e a povoa com suas entoações, avaliações, intenções, ou seja, infiltra essa palavra com uma subjetividade própria. Cabe dizer que, para o Círculo, a entoação não é simplesmente uma ação isolada do contexto social no qual o sujeito se encontra. É em *Discurso na vida e discurso na arte*, publicado em 1926, que Voloshinov/Bakhtin (2013) acentuam a natureza social e dialógica da entoação. Na célebre explicação desses autores, “tudo dependerá do contexto no qual ela ocorra” (VOLOSHINOV/BAKHTIN, 2013, p. 07). Essa entoação é entendida como estando situada na fronteira do verbal com o não-verbal, do dito com o não-dito.

Ao colorir um discurso com suas entoações, o sujeito autor coloca esse discurso em contato com a vida, com outros discursos. Segundo Voloshinov/Bakhtin (2013, p. 07), “[...] é na entoação, sobretudo, que o falante entra em contato com o interlocutor ou interlocutores – a entoação é social por excelência”. A entoação, nesse sentido, é produto da relação entre os interlocutores. Além da relação entre interlocutores, a entoação é determinada pela relação que o autor estabelece com o *herói* – tema do discurso, referente, objeto do enunciado. Desse modo, o enunciado é produzido na relação entre estes três participantes: o falante (autor), o interlocutor (leitor) e o tópico da fala (o herói).

Ao discorrer sobre o discurso na arte, sobre a construção do artístico, Voloshinov/Bakhtin (2013) colocam o autor como aquele que constitui uma posição de criador a partir da seleção de um conteúdo e de uma forma para o enunciado artístico. “Todos os elementos do estilo de uma obra poética estão também impregnados da

atitude avaliativa do autor com relação ao conteúdo e expressam sua posição social básica”, acentuam Voloshinov/Bakhtin (2013, p. 13). Interessante notar que essa *atitude avaliativa* não é expressa por meio de julgamentos de valor ou conclusões, mas ocorre por meio da *forma*. Ou seja, a própria organização dos elementos de uma obra expressa uma atitude avaliativa. De forma mais específica, os autores colocam que a própria estrutura da língua reflete a relação interativa entre os falantes.

Na trilha dos estudos do Círculo de Bakhtin, Brait (2006) tece algumas considerações importantes sobre a noção de autor/autoria. Ela aborda essa temática, vinculando-a à discussão sobre estilo. Vejamos, nas palavras dessa pesquisadora, como a autoria é explicada:

Um determinado tema, por exemplo, vai ganhar corpo e estilo em diferentes gêneros e atividades de linguagem, dependendo necessariamente da esfera de produção, circulação e recepção que o acolhe, dimensiona, transforma e o constrói como sentido e efeito de sentido. Ao apropriar-se de um tema um autor vai trabalhá-lo de acordo com a sua atividade, a esfera de produção em que está inserido, dialogando com outros autores, atividades e discursos da mesma época ou de tempos e espaços diferentes. Isso serve para qualquer tipo de produção. (BRAIT, 2006, p.60).

Esse comentário elucidativo da noção de autor/autoria apresentado por Brait (2006) parte de uma leitura do texto *Discurso na vida e discurso na arte*. Interessante notar a ênfase dada ao autor como aquele que se apropria e trabalha determinado tema, imprimindo-lhe um estilo, uma forma (gênero), sentidos. Por fim, a última parte do excerto nos diz que a questão da autoria serve para qualquer tipo de produção. Isso, evidentemente, contrapõe concepções que reservam a autoria a apenas alguns enunciados especiais.

Seguindo a perspectiva dialógica construída pelo Círculo, Sobral (2012) mostra que o autor bakhtiniano é um autor de linguagem e não um sujeito empírico. Na leitura feita por Sobral (2012), ser autor implica assumir posições em constante negociação com o herói e com o ouvinte. Essa relação, conseqüentemente, produz diferentes modalidades de organização dos textos. Nos termos utilizados por Sobral (2012), a existência do autor está ligada ao *ator que dá forma, que molda o material textual*. Ele concebe a noção de autor nos seguintes termos:

Assim, ser autor é assumir, de modo permanentemente negociado, posições que implicam diferentes modalidades de organização dos textos, a partir da relação com o herói e com o ouvinte. A própria seleção de palavras envolve uma orientação na direção do ouvinte e do herói autor e a recepção a essa seleção advém do contexto da vida, que impregna as palavras de juízos de valor, impondo pois ao seu significado uma direção específica, podendo mesmo pensar na recepção como uma espécie de co-seleção lexical. Essa operação de seleção envolve a “simpatia”, a concordância com os ouvintes, ou a discordância com relação a eles, remetendo assim à avaliação que o autor faz do herói. (SOBRAL, 2012, p. 133).

Assumir posições axiológicas; organizar a estrutura do enunciado, a partir da relação com os outros participantes; selecionar palavras e avaliar o herói são algumas das características do autor, mencionadas no excerto em destaque. Tomar a noção de autor/autoria como objeto de análise, portanto, implica considerar tais aspectos, sendo que esses se manifestam no discurso.

Vejamos também, em MFL, alguns princípios que apontam para a configuração da autoria. Ao discutirem a natureza dialógica da palavra, postulando que a palavra comporta duas *faces*, sendo assim, orientada pelo locutor em função do interlocutor, Bakhtin/Volochinov (2009, p.117, grifo dos autores) dizem que “ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da orientação do locutor e do ouvinte*.” Desse modo, no processo de interação verbal, a palavra é o produto de uma relação de *um* em relação ao *outro*. “Toda palavra serve de expressão de *um* em relação ao *outro*” postulam Bakhtin/Volochinov (2009, p. 117, grifo dos autores). Assim, aquele que se expressa por meio da palavra define-se em relação ao outro, assume posições, pontos de vistas, etc. Usando a linguagem dos autores, a palavra é a ponte entre locutor e interlocutor. Como ponte, a palavra se torna território comum entre o locutor e o interlocutor, ou seja, ambos partilham e usam a palavra como meio de chegar um ao outro e o outro ao um. A palavra liga duas extremidades.

Pensando como operacionalizar a análise da autoria em gêneros discursivos a partir de uma abordagem enunciativo-discursiva, citamos o trabalho de Francelino (2007), que analisa a autoria no gênero discursivo aula. Francelino (2007) elabora uma concepção de autoria, considerando a enunciação como um quadro teórico-metodológico, a partir do qual apreende, no fio do discurso, as diferentes formas de manifestação do sujeito no processo de produção de seus enunciados.

Além disso, Francelino (2007) analisa a autoria considerando a conjunção de três domínios dentro dos quais o sujeito se relaciona com a linguagem, ou seja, “domínios que nos possibilitam observar, tanto empírica quanto teoricamente, a manifestação dessa instância produtora de sentido(s) pelo sujeito, que é a de autor” (FRANCELINO, 2007, 101). Ele sistematiza três domínios ou instâncias nas quais o autor se constitui no processo enunciativo de forma integrada, a saber:

1) domínio da (meta)enunciação – o sujeito autor assume-se como tal a partir de sua inserção em um plano sócio-histórico da produção de linguagem, ou seja, a partir de determinado contexto podemos analisar a(s) forma(s) como esse sujeito se revela nas situações sócio-interativas com outros interlocutores, através do mecanismo da metaenunciação, que é este voltar para seu próprio ato de enunciação. [...].

2) domínio da discursividade – o sujeito autor assume-se como tal a partir do momento em que faz parte, dadas certas condições de produção do discurso, de uma formação discursiva produzindo determinado(s) efeito(s) de sentido. Nesse domínio, o sujeito caracteriza-se como disperso e toda sua produção de linguagem constitui-se de forma heterogênea, resultado de sua mobilidade no espaço social.

3) o domínio do linguístico – nessa instância, o sujeito marca sua posição autoral, deixando-se evidenciar a partir de pistas materiais, empíricas, que conduzem o analista a pontuar, no eixo das formulações do sujeito, quer orais ou escritas, quer neste ou naquele gênero, gestos de autoria. Esse domínio é responsável pela identificação, no fio do discurso, dos mecanismos metaenunciativos que caracterizam a “luta” do sujeito com as diversas heterogeneidades enunciativas que se instauram nas relações sociais com outros interlocutores. (FRANCELINO, 2007, p. 101-102, grifo nosso)

Esses domínios apontam para uma concepção de sujeito diferenciada daquela postulada pelos estudiosos da AD francesa. Conforme postulado por Francelino (2007, p. 102), nos estudos do Círculo de Bakhtin, reconhecemos que, “[...] de um lado, existem as coerções da exterioridade, determinantes na produção de linguagem desse sujeito; de outro, a iniciativa de um sujeito dotado de um ‘querer dizer’, de um ‘intuito discursivo’”. Esse mesmo equilíbrio entre assujeitamento e autonomia na constituição do sujeito autor do discurso é destacado por Fiorin (2008), o qual considera que, em Bakhtin, “[...] o sujeito não é assujeitado, ou seja, submisso às estruturas sociais, nem é uma subjetividade autônoma em relação à sociedade” (FIORIN, 2008, p. 55). Esses dois estudiosos ressaltam, portanto, a noção de sujeito autor que se constitui na relação com o outro, mas que também age enquanto individualidade nessa relação.

A partir da leitura que faz dos escritos do Círculo, Francelino (2007, p. 103-104) postula dois princípios segundo os quais o sujeito se configura como autor no processo

enunciativo-discursivo, a saber: (i) *o autor é uma instância individual que se constitui na alteridade e*; (ii) *o autor instaura um leitor/interlocutor no processo enunciativo*. Além disso, ele ainda identifica três características através das quais o sujeito autor se constitui/representa como tal no exercício da linguagem, quais sejam: (a) *o autor atribui um “fim” provisório ao enunciado*; (b) *o autor se manifesta nas variações que o gênero sofre no decorrer do processo enunciativo*; e (c) *o autor realiza um trabalho de seleção/combinção lexical no plano linguístico da enunciação*.

Esse mesmo pesquisador desenvolve sua análise a partir do estabelecimento de duas categorias analíticas a partir das quais ele apreende o funcionamento da autoria no gênero discursivo aula, são elas: (1) *Metaenunciação*: o sujeito autor negocia com a(s) heterogeneidade(s) enunciativa(s) constitutiva(s) de seu discurso; (2) *O discurso de outrem*: *o autor é um orquestrador da multivocalidade que se estabelece em sua produção de linguagem* – o que nos leva a afirmar que o discurso do autor é sempre plurivocal (FRANCELINO, 2007, p. 110). Outro ponto relevante, destacado por esse autor, é que “a autoria se dá no entrecruzamento simultâneo dos três níveis de análise, ou seja, na gramática, na textualidade e na discursividade do texto” (idem, p. 98).

Comungando com esses estudos, desenvolvemos a análise do *corpus*, considerando os aspectos envolvidos nos casos de discurso citado, ou seja, delimitamos nosso foco de investigação aos esquemas de discurso citado. Isso, evidentemente, não significa simplificar a análise, mas configura um movimento que visa explorar de forma detalhada a instauração da autoria a partir desse fenômeno linguístico-enunciativo-discursivo. Assim, destacaremos o máximo de aspectos envolvidos nos esquemas de apreensão do discurso de outrem, buscando perceber o fenômeno da autoria no gênero discurso monografia de conclusão de curso. Isso é o que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 A AUTORIA EM MONOGRAFIAS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LETRAS

Nesta seção, empreendemos a análise do *corpus* da pesquisa, visando responder à questão levantada inicialmente, a saber, como os esquemas de apreensão do discurso de outrem configuram/instauram a autoria em monografias de conclusão de curso de Letras? Desse modo, nesta seção, objetivamos mostrar como os esquemas linguístico-discursivo-enunciativos de transmissão do discurso de outrem configuram a autoria no processo de construção de sentidos do gênero monográfico.

Para o desenvolvimento desta análise, elaboramos o quadro 03, a seguir, que foi formulado a partir das discussões teóricas bem como da observação das ocorrências dos esquemas de discurso citado constatados na construção do gênero monografia de conclusão de curso de Letras. O quadro apresenta, de forma sistemática, quatro categorias analíticas formuladas a partir das ocorrências dos esquemas de discurso citado. Assim, com essas categorias, mostramos como os esquemas de discurso citado configuram a autoria no gênero discursivo monografia de conclusão de curso.

Quadro 3: A constituição da autoria enunciativa a partir dos esquemas de discurso citado

CATEGORIAS DE ANÁLISE
➤ O AUTOR ADMINISTRA AS VOZES CONSONANTES E DISSONANTES QUE ATRAVESSAM SUA ENUNCIÇÃO. ✓ Vozes consonantes ✓ Vozes dissonantes
➤ O AUTOR CRIA FRONTEIRAS, ESTABELECENDO ALTERNÂNCIA ENTRE O DISCURSO CITANTE E O DISCURSO CITADO. ✓ Estilo Linear: 1. Discurso citado direto (DD) 2. Discurso direto contextualizado
➤ O AUTOR INFILTRA SUA ENTONAÇÃO EXPRESSIVO-VALORATIVA NO DISCURSO DO OUTRO. ✓ Estilo Pictórico: 1. Discurso citado indireto (DI) 1.1 Discurso indireto analisador do conteúdo

- 1.2 Discurso indireto analisador da expressão
2. Discurso direto livre (DDL)
3. Discurso indireto livre (DIL)

✓ Estilo Linear tendendo ao Estilo Pictórico

1. Discurso direto substituído (variante do DD)
2. Discurso direto esvaziado (variante do DD)
3. Discurso direto preparado (variante do DD)

✓ Movimento de retomada do discurso do outro.

**➤ O AUTOR POSICIONA O DISCURSO DO OUTRO COMO
PARÂMETRO/BASE PARA AVALIAR DETERMINADO EVENTO**

Fonte: Elaboração própria

Essas quatro categorias abarcam aspectos envolvidos no ato de construção de um cenário para o discurso do outro, ou seja, tais categorias mostram a constituição, traços, marcas do autor no manejo com os discursos de outrem. Dito isso, passaremos a analisar ocorrências do *corpus* que corroboram cada um desses quatro aspectos elencados.

3.1 O autor administra as vozes consonantes e dissonantes que atravessam sua enunciação

Nesse primeiro ponto, destacamos um aspecto muito marcante na escrita do gênero monografia: a presença de várias vozes no discurso exige certa postura do autor, ou seja, ele não fica inerte diante dos discursos que cita. Assim, constatamos um movimento de administração de vozes em que estas nem sempre estão em harmonia, nem sempre estão colocadas em pleno acordo. O ponto central é: as relações entre vozes surgem do agir do autor, ou seja, são relações construídas a partir de um centro *orquestrador e organizacional*. Com isso, os esquemas de discurso citado mostram *como* o autor situa no discurso os outros discursos, estabelecendo relações entre eles e com eles.

3.1.1 Administrando vozes consonantes

A presença de vozes consonantes mobilizadas na tessitura do gênero monográfico é aspecto configurador da autoria enunciativa. Tal aspecto nos direciona para o fato de que é o autor o centro gerenciador das vozes outras. E não apenas isso, é ele que distribui as vozes alheias e as fazem dialogar entre si. Nesse caso, o efeito de sentido produzido pelo encontro dessas vozes configura uma convergência, uma harmonia, uma consonância. Os casos a seguir revelam esse achado:

Na terceira fase, a da teoria do texto, é momento em que o texto passou a ser encarado como parte de atividades globais de comunicação, levando em conta, agora, suas condições de produção e de recepção. De acordo com Bentes (2004, p. 254), considera-se que

- a. a produção textual é uma atividade verbal, isto é os falantes, ao produzirem um texto, estão praticando ações, atos de fala. Sempre que existe uma interação por meio da língua, são produzidos enunciados dotados de força, que produzem efeitos nos interlocutores;
- b. a produção textual é uma atividade verbal consciente, isto é, trata-se de uma atividade intencional, em que o falante dará a entender os seus propósitos, levando sempre em consideração as condições em que a atividade é produzida;
- c. a produção textual é uma atividade interacional, ou seja, os interlocutores estão envolvidos nos processos de construção e compreensão de um texto.

Como se observa pela citação acima, o conceito de texto nesse momento considera que a comunicação em geral é realizada pelos textos. Primeiro levando em conta que através destes produzimos efeitos em nossos interlocutores. Segundo que os textos que produzimos sempre são dotados de intencionalidade e, terceiro, que a construção de sentido dos textos é feita na interação dos interlocutores envolvidos na situação comunicativa.

Nessa mesma linha teórica, Marcuschi (2008) postula que o texto é um fenômeno linguístico que vai além da frase, constituindo uma unidade de sentido. Ele defende, ainda, que o texto pode ser visto como um tecido estruturado, uma entidade comunicativa, seguindo a noção de texto desenvolvida por Beaugrande (1997 apud MARCUSCHI, 2008, p. 80), que diz: “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas.” (M01, p.19)

O trecho em destaque é parte do primeiro capítulo de **M01**, em que o autor apresenta *considerações sobre texto*, no âmbito da Linguística Textual. De forma mais específica, encontramos o autor mobilizando conceitos pertencentes a outros discursos na construção de uma discussão teórica sobre a *noção de texto*. Vários aspectos da autoria poderiam ser destacados desse acontecimento, mas, por ora, vamos frisar apenas um deles, a saber, o autor lança mão de vozes de teóricos e estudiosos, fazendo com que entrem em acordo, em concordância, em consonância entre si.

Assim, no fragmento em análise, constatamos que o autor mobiliza, primeiro, os dizeres de *Bentes* (2004, p. 254) sobre a noção de texto, mais precisamente sobre a produção textual na terceira fase da Linguística Textual (LT). São reproduzidas, de forma direta, três noções extraídas de *Bentes* (2004, p. 254) acerca da noção de produção textual. Em linhas gerais, essas três noções dizem que a produção textual é uma atividade verbal; é uma atividade verbal consciente e é uma atividade interacional.

Após citar as palavras de *Bentes* (2004, p. 254) por meio de um discurso direto, o autor desenvolve um comentário/paráfrase acerca das palavras citadas. Ao retomar o discurso citado, o autor chama a atenção do interlocutor com a expressão *Como se observa pela citação acima [...]*. Essa retomada, evidentemente, assinala uma alternância entre discursos, ou seja, o autor reassume a linearidade do texto/discurso, comentando as palavras de outro (*Bentes*). Mas não queremos nos aprofundar nesse aspecto agora, dedicaremos uma parte da análise a isso. Interessa-nos, por ora, o ato do autor em fazer dialogar pontos de vista de pesquisadores diferentes.

Destarte, no terceiro parágrafo do excerto em análise, constatamos que o autor coloca *Marcuschi* (2008) na mesma linha teórica de *Bentes* (2004). Logo, temos uma operação de juntar, na mesma linha teórica, estudos de dois pesquisadores. Além disso, o autor comenta a perspectiva teórica de *Marcuschi* (2008) sobre a noção de texto, inserindo-a na mesma linha de estudos desenvolvidos por *Beaugrande* (1997). Vejamos a parte final do excerto em análise (com grifos nosso): *Ele defende, ainda, que o texto pode ser visto como um tecido estruturado, uma entidade comunicativa, seguindo a noção de texto desenvolvida por Beaugrande (1997 apud MARCUSCHI, 2008, p. 80), que diz: “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas.”* Conforme se percebe nesses dizeres, o autor da monografia cita *Beaugrande* para confirmar que *Marcuschi* cita esse teórico da LT. Desse modo, ao alinhar *Marcuschi* (2008) e *Beaugrande* (1997), duas grandes referências na área, o autor não apenas cita as vozes dos outros, mas estabelece uma filiação teórica entre essas vozes.

Nesse sentido, o discurso autoral se apresenta como palco de encontro entre discursos. E é o autor quem seleciona vozes outras de tal forma a promover uma convergência, uma concordância entre elas. Elas são organizadas de forma a convergirem para a construção de um mesmo assunto/tema/objeto. Esse ato de selecionar e mobilizar vozes outras de forma a construir uma relação de concordância

entre elas, sem dúvidas, configura-se um aspecto da autoria no gênero monografia, tendo em vista que o contexto acadêmico-científico exige dos autores uma atitude avaliativa diante dos diversos discursos das mais diferentes perspectivas teóricas.

Assim, a multiplicidade e a pluralidade de discursos e de perspectivas teóricas é palco de constituição de sujeitos autores. Esses se configuram no próprio ato de fazer convergir perspectivas teóricas na construção de determinado objeto de discurso – no excerto acima, temos o *texto* como objeto para o qual as teorias estão voltadas, construindo-o.

Em relação às vozes citadas, o autor age como que de fora delas, ou seja, ele possui um *excedente de visão* (BAKHTIN, 2011). É esse excedente de visão que o faz juntar vozes diversas sob uma mesma perspectiva. De forma mais precisa, podemos dizer que a famosa síntese teórica, ou revisão teórica que é aspecto constitutivo do gênero discursivo monografia de conclusão de curso, tem, no autor, o agente que estabelece determinado acabamento e coerência entre os pontos de vista diversos que podem ser mobilizados.

Ao trazer esses discursos para o seu discurso, o autor não desaparece, mas evidencia um dos seus aspectos constitutivos. Não estamos diante de um ser mudo, mas de um movimento autoral. Foram os estudiosos russos quem primeiro perceberam que “[...] aquele que apreende a enunciação de outrem *não é* um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 153-154, grifo nosso). A ocorrência em tela nos mostra que a autoria se configura a partir de uma polifonia de vozes orquestradas pelo sujeito enunciador do discurso citante. É esse sujeito que acolhe a palavra do outro, preparando cenários linguístico-enunciativo-discursivos para introduzi-la.

Assim, adaptando a questão levantada por Foucault (2000), poderíamos perguntar, quanto à aparição dos discursos citados no gênero em análise: por que são citados esses discursos e não outros em seus lugares? Essa questão, no entanto, não abarca todos os lados do fenômeno. Existe um outro, a saber: por que tais discursos ocupam o espaço-tempo que ocupam, ou melhor, por que aparecem organizados assim e não de outro modo? A noção de autor é pertinente para explicar essas questões: existe um excedente de visão, o autor-criador, que instaura o princípio de acabamento do objeto estético, para usar termos de Bakhtin (2011). É o autor quem posiciona os discursos outros de forma a fazer com que eles entrem em relações de acordo, de

complementação. Os discursos ocupam os lugares que ocupam porque o autor os posicionou assim.

Ademais, ao dialogar com discursos de pesquisadores da área, o autor não permanece neutro diante desses, ele assume uma posição, ou melhor, ele marca uma filiação teórica. Vejamos, assim, ainda em **M01**, como o autor se coloca diante das perspectivas teóricas apresentadas:

Considerando os variados olhares sobre o conceito de texto que foram se desenvolvendo no percurso da Linguística Textual, **assumimos a posição de que o texto é visto como atividade interativa de construção de sentidos**, “é a unidade máxima de funcionamento da língua” (MARCUSCHI, 2008, p. 88), **adotamos, pois, uma postura sociointeracional da linguagem.** (**M01, p. 20** destaque/negrito nosso)

Esse excerto é o parágrafo conclusivo do tópico *Conceito de texto*, em que foram apresentadas várias noções de texto como as mencionadas em **M01, p. 19**, analisada anteriormente. Ao finalizar tal discussão, ele (o autor) assume uma posição teórica diante das várias concepções de texto apresentadas, conforme mostram as linhas em destaque.

Diante desse ato enunciativo-discursivo, podemos inferir que o autor se constitui na relação com outros discursos e que essa relação é marcada no discurso. No caso em análise, o autor opera um ato de filiação e, ao mesmo tempo, de desfiliação teórica em relação a outros discursos. Ou seja, estamos diante da operação de um recorte teórico-metodológico necessário dentro do universo acadêmico, sendo esse um requisito exigido para a construção do gênero monografia.

Cabe dizer, em contrapartida, que esse aspecto da autoria poderia ser questionado, considerando que a instituição e a própria ordem do discurso – usando um termo de Foucault (2007) – é que impõem limites, regras, mecanismos de exclusão sobre a produção do discurso. Assim, o autor seria quase que determinado pelos mecanismos que imprimem uma ordem sobre o discurso e isso, consequentemente, levaria a dizer que o autor seria obrigado a assumir uma posição teórica porque o descumprimento dessa regra implicaria em uma punição.

No entanto, embora esses fatores exerçam determinado poder sobre o autor, não o concebemos como totalmente assujeitado, já que os fatores sócio-histórico-ideológicos envolvidos na produção do gênero discursivo são considerados como parte

do processo de produção discursiva. Ou melhor, as normas que regem a produção do gênero discursivo em análise não são excluídas da constituição da autoria, mas mesmo sendo esse um meio perpassado por vários discursos, por regras de formatação e de escolhas teóricas, o autor do discurso imprime um estilo, uma individualidade, um ato que o distingue dos demais, que o constitui autor.

Desse modo, a ordem do discurso que envolve a construção do gênero monografia pode obrigar o autor a assumir uma posição teórica, mas quanto a assumir uma e não outra, essa e não aquela, por razões as mais diversas, é algo que marca a individualidade, a subjetividade, que marca a autoria. Logo, quando o autor marca discursivamente que [...] *assumimos a posição de que o texto é visto como atividade interativa de construção de sentidos* e [...] *adotamos, pois, uma postura sociointeracional da linguagem*, ele faz isso diante de outras possibilidades, diante de outros sujeitos, marcando uma filiação teórica que até esse momento ainda não fora marcada. Com isso, embora a instância acadêmico-científica possa exigir do autor uma escolha teórica, a filiação, a escolha por uma ou por outra é um ato que somente ele opera do lugar que ocupa. Ele tem, diante de si, uma multiplicidade de perspectivas sobre o conceito de texto, mas a delimitação, a assunção de uma posição é um ato individual, subjetivo, autoral.

Além disso, cabe mencionar um ponto importante destacado por Faraco (2005, p. 38): o autor “[...] é entendido fundamentalmente como uma posição estético-formal cuja característica básica está em materializar uma certa relação axiológica com o herói e seu mundo.” Deslocando essa ideia para o caso em análise, podemos tecer algumas considerações importantes. A primeira delas é que, ao marcar uma filiação teórica, o autor assume uma posição axiológica em relação ao assunto/objeto/herói. Em outras palavras, o autor passa a tratar o objeto de sua pesquisa – os recursos reiterativos na produção escrita do aluno do 9º ano do ensino fundamental, conforme o título da monografia – de uma determinada maneira e não de outra. Portanto, ao assumir uma posição, o autor entra em relação polêmica com outras posições como, por exemplo, a concepção tradicional de texto.

Ao mobilizar os discursos de outrem, visando estabelecer uma filiação teórica com eles, considerando a existência de várias outras perspectivas possíveis, constatamos a posição axiológica do autor-criador como um modo de ver o objeto de discurso o qual ele constrói discursivamente. O autor, nesse caso, usando termos de Faraco (2005, p.

42), é compreendido como “[...] um princípio ativo de ver que guia a construção do objeto estético e direciona o olhar do leitor”. Segundo esse mesmo pesquisador, é o autor-criador quem cria e dá forma ao conteúdo.

E nesse movimento ele não atua de forma passiva, mas a posição axiológica que ele ocupa o faz recortar e reorganizar esteticamente os elementos da obra. O modo como o autor percebe e constrói o objeto é estabelecido em meio aos discursos dos outros. A marcação de uma filiação teórica é, além disso, algo que marca a natureza do gênero monografia de conclusão de curso. As circunstâncias que cercam a construção desse gênero discursivo não permitem que o sujeito fique disperso e flutuando em quaisquer discursos, mas possibilitam um nicho para que tal sujeito possa instaurar uma filiação e um pertencimento.

Ademais, o *corpus* analisado revela como o discurso citado é peça central para construção do texto monográfico. Constatamos que muitas partes desse gênero são construídas na total dependência do discurso do outro. No fragmento seguinte, vemos como um parágrafo inteiro é construído a partir da citação de outros discursos, mas todos esses convergem harmoniosamente para a construção do assunto mirado pelo autor:

Segundo Bunzen (2006), a validade do ensino de redação como mero exercício escolar, cujo objetivo principal consiste em apontar os “erros” cometidos pelos alunos, vem sendo fortemente questionada desde o final da década de 1970. Isso porque nesse ensino a redação se torna em nossas escolas o que Ilari (1992) chama de “ajuste de contas” entre aluno e professor das regras “impostas” nas aulas de gramática e a ênfase recai sobre os aspectos normativos, e, por conseguinte, o olhar do professor volta-se quase sempre para o texto como produto final. Nesse sentido, compartilhamos das palavras de Saussuna (1995, p. 43): “a artificialidade é a tônica do contexto que envolve a aprendizagem e a produção da redação” que é destituída de função, uma vez que os alunos escrevem uma forma de texto que não dialoga com outros textos e com vários leitores, geralmente nem mesmo o professor coloca-se como leitor, mas sim como avaliador, “inquisidor”, que faz da interlocução uma caça aos erros referentes à estrutura textual e a questões normativas. Segundo Mendonça (2003), nesse sentido, a interlocução não se constrói na produção de texto, porque o aluno não encontra no professor alguém que “recebe” o que foi dito e lhe devolve uma contra palavra. (M04, p.49 destaque/negrito nosso)

Em **M04**, encontramos um estudo sobre *O trabalho com os gêneros discursivos em aulas de produção textual no curso de letras*. O fragmento em destaque é parte do

capítulo dois de **M04**, mais precisamente é o primeiro parágrafo do tópico *Da redação escolar ao trabalho com a diversidade de gêneros*. Nesse parágrafo de abertura do tópico, o autor mobiliza vários discursos, utilizando esquemas como o discurso citado direto e o discurso citado indireto, por exemplo. Impressiona o modo como o autor orchestra tantas vozes em um espaço relativamente pequeno. São citados os dizeres de *Bunzen (2006)*, *Ilari (1992)*, *Saussuna (1995, p. 43)* e *Mendonça (2003)*. Quatro referências teóricas, quatro vozes enunciativas, cada uma com suas peculiaridades, mas que são posicionadas pelo autor sobre um terreno comum, visando à construção de uma crítica sobre o ensino de redação como mero exercício escolar.

A distribuição dessas vozes pelo autor segue um princípio organizacional que promove a progressão e o desenvolvimento do parágrafo e, conseqüentemente, do discurso. Assim, de início, o autor cita *Bunzen (2006)*, mais precisamente a crítica que este faz ao *ensino de redação como mero exercício escolar, cujo objetivo principal consiste em apontar os “erros” cometidos pelos alunos*. Após esse, temos o posicionamento de *Ilari (1992)* sobre o mesmo assunto, mas o autor faz avançar a crítica, a redação agora é colocada como *“ajuste de contas” entre aluno e professor das regras “impostas” nas aulas de gramática e a ênfase recai sobre os aspectos normativos*. Já o posicionamento de *Saussuna (1995, p. 43)* é citado de forma direta e sobre um outro aspecto da redação escolar, ainda não mencionado pelos outros dois discursos citados, a saber, a artificialidade: *“a artificialidade é a tônica do contexto que envolve a aprendizagem e a produção da redação”*. Por último, é citado o posicionamento de *Mendonça (2003)*, que discorre sobre as deficiências na redação escolar, tendo em vista que *a interlocução não se constrói na produção de texto, porque o aluno não encontra no professor alguém que “recebe” o que foi dito e lhe devolve uma contra palavra*.

Esse movimento de progressão discursiva é promovido a partir de um princípio organizador: o autor. Estamos diante de um trabalho do autor sobre os discursos dos outros. Os discursos citados não são simplesmente amontoados de citações, mas são pontos de vista extraídos de outros lugares, de outros discursos e entram no discurso do autor sem causar polêmica ou incoerência. A questão, aqui, é semelhante àquela apontada por Possenti (2009b), qual seja, o autor mobiliza vozes de outrem em seu discurso, mas, mesmo tendo seu discurso atravessado por essas outras vozes, ele (o

autor) é quem introduz essas vozes, ou seja, “há algo do autor: seu jeito, o *como*.” (POSSENTI, 2009b, p. 112, grifo do autor).

O autor, portanto, orchestra vozes consonantes, fazendo-as convergirem para um mesmo objeto. A construção dos sentidos do texto/discurso depende, em certa medida, desse agir com os discursos dos outros, sendo que a individualidade e a subjetividade são construídas no *modo* como cada enunciador mobiliza essas vozes. Nos casos acima analisados, vimos que o autor se configura ao trazer e ministrar, no discurso, vozes consonantes. Mas não são apenas vozes harmônicas que perpassam a tessitura do gênero discursivo monografia de conclusão de curso. Constatamos casos em que o autor faz de seu discurso um palco de encontro de vozes polêmicas, de discursos dissonantes. Vejamos, a partir dos eventos seguintes, como isso ocorre.

3.1.2 Administrando vozes dissonantes

Os fragmentos seguintes são evidências de casos em que o autor apresenta discursos de outros autores para estabelecer entre eles e com eles uma posição de discordância, de dissonância. Cabe aqui um esclarecimento, quanto aos próximos exemplos: percebemos que, em um mesmo recorte, pode conter vozes em dissonância e, também, vozes em consonância. Assim, por exemplo, isso ocorre no fragmento a seguir, mas, aqui, para efeito de análise, vamos focalizar no aspecto relativo à dissonância de vozes mobilizadas, já que a administração de vozes consonantes foi aspecto focalizado anteriormente.

A coesão para esse autor (Marcuschi, 2008) “não é nem necessária nem suficiente, ou seja, sua presença não garante a textualidade e sua ausência não impede a textualidade”, (2008, p. 104). A coesão, segundo ele, pode muitas vezes ser inferida a partir da coerência. E, assim, **citando Halliday & Hasan (1976), Marcuschi (2008, p. 104) discorda desses estudiosos**, que consideram a coesão superficial, condição necessária para a construção de um texto. **Para eles**, a ausência de elementos coesivos resulta num não-texto.

Contudo, Marcuschi (2008), apesar de não conceber a coesão como fator determinante da textualidade, **acredita que** esta deve ser vista como facilitadora da compreensão e produção de sentido.

Muito próximo das posições de Marcuschi (2008), encontram-se os pensamentos de Koch (2000), para quem a coesão “diz respeito a todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual” (p. 19). Koch (2000, p. 19), **assim como Marcuschi**

(2008), não considera a coesão condição necessária nem suficiente para a garantia da textualidade, embora acredite, também que

o uso de elementos coesivos dá ao texto maior legibilidade, explicitando os tipos de relações estabelecidas entre os elementos linguísticos que o compõem. Assim, em muitos tipos de textos – científicos didáticos, expositivos, opinativos, por exemplo – a coesão é altamente desejável, como mecanismo de manifestação superficial da coerência.

Desse modo, compreendemos que os mecanismos da coesão nos orientam para melhor construção da significação do texto, já que, segundo a autora, muitos tipos de textos dependem desses elementos para determinar a sua coerência.

Ainda sobre esse assunto, Halliday & Hasan (1976, *apud* KOCH, 2000, p.17) compreendem que

a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro, um *pressupõe* o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro.

Com vista na posição desses teóricos, percebemos, claramente, que a coesão estabelece relações de sentido entre as várias partes de um texto, tendo em vista que os segmentos são totalmente dependentes uns dos outros para que o texto possa veicular sentidos.

É importante compreender, ainda, que **esses estudiosos concebiam (sic) a coesão como o único fator responsável pela textualidade, contrapondo-se, assim, com as posições de Marcuschi (2008) e de Koch (2000)**, já mencionadas anteriormente. (M01, p. 27-29 destaque/negrito nosso)

Esse excerto é uma ocorrência situada dentro de uma discussão sobre os elementos de coesão. Ele é parte do primeiro tópico *Coesão textual: o que é e como se faz* do segundo capítulo de M01, intitulado *Notas sobre coesão textual*. O autor de M01 objetiva fazer uma discussão teórica sobre a coesão textual. Para isso, ele reúne trabalhos de estudiosos da área, discursos já consagrados, nomes que são referência no assunto.

No recorte acima, flagramos discursos de Marcuschi (2008), Koch (2000) e de Halliday & Hasan (1976). Esses estudiosos, em certa medida, adquiriram certo *status* no universo discursivo acadêmico, mais precisamente no curso de Letras e em uma vertente teórica específica, a saber, a Linguística Textual (LT). Eles exercem determinada função dentro do discurso acadêmico. No entanto, o fenômeno em análise vai muito além de simplesmente dizer que o autor do discurso monográfico cita discursos de autores consagrados. Um olhar mais atento, e vamos perceber que o autor traz esses outros discursos para estabelecer entre eles uma relação polêmica, de oposição, de dissonância.

Esse aspecto merece uma atenção, aqui, porque, embora o enunciado concreto – o gênero monográfico – esteja relacionado a um campo da atividade humana e da comunicação (BAKHTIN, 2011), e isso implica dizer que certas orientações foram estabelecidas pela situação comunicativa como, por exemplo, normas, manuais, orientações que postulam e regulam a construção desse gênero, vemos que o autor de **M01** opera um movimento que ultrapassa qualquer limitação ou regra postulada previamente. Ou seja, temos a construção de um discurso em que a polêmica entre vozes é marcada e isso não é algo determinado pelos manuais que regem esse tipo de escrita acadêmica.

Como destacamos em outro momento, as relações e os efeitos de sentidos produzidos a partir dos modos de discurso citado não são contemplados pelos manuais que regem o ensino de gêneros acadêmicos. A consequência disso é que toda essa reflexão sobre o uso do discurso de outrem é eliminada, apagada, silenciada. E isso é, no mínimo, prejudicial para uma compreensão dos aspectos envolvidos nos esquemas de discurso citado. Notemos, por exemplo, que a ABNT, ao propor uma abordagem de ensino de discurso citado numa perspectiva estrutural, não dá conta dos aspectos inter-relacionais e dos efeitos de sentidos produzidos a partir do confronto de vozes na construção de um tema.

As ocorrências já analisadas até aqui corroboram propostas como as de Cunha (2008) ao dizer que estudar o discurso citado deveria levar os alunos a observar efeitos de sentidos produzidos pela inscrição do outro no discurso. Do mesmo modo, em acordo com essa pesquisadora, Francelino (2004) critica as abordagens que voltam suas preocupações para os aspectos sintáticos, ou seja, somente para a forma como as palavras alheias são organizadas pelo falante. Direccionando sua crítica, mais precisamente, para as gramáticas tradicionais, ele explica que, ao proceder dessa maneira, as gramáticas tradicionais “[...] deixam de lado as formas de introdução e de assimilação do discurso de outrem no discurso citante” (FRANCELINO, 2004, p. 25). Essas formas de introdução e de assimilação não são, segundo esse mesmo autor, somente de ordem linguística, mas são questões de ordem extralinguística.

Conforme notamos, a polêmica marcada na tessitura enunciativa evidencia o aspecto dialógico do enunciado em análise. Assim, a produção do discurso, “mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala”, (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p.

101). Como tal, um dizer prolonga aqueles com os quais dialoga, trava uma polêmica com eles, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-os.

Por ser dialógica, a enunciação em análise ocorre sempre num espaço polêmico, habitado por outros enunciados. Com isso, entramos na essência do postulado bakhtiniano, a saber, nenhum enunciado surge isolado ou neutro, mas sempre mantendo uma relação de interdependência com outros. A figura evocada para explicar essa relação entre enunciados é a de um *elo*, de uma *corrente*. Essa figura evidencia a vida interligada do enunciado com outros enunciados. Explorando essa figura, é possível perceber que sem esse *elo* não teríamos enunciação, mas apenas a estrutura linguística em sua forma abstrata e isolada. A *relação* é a vida do enunciado: ao quebrarmos o *elo* (relação) entre as argolas (enunciados) que formam a corrente, quebramos a própria corrente e, conseqüentemente, não teremos mais uma corrente, mas apenas matéria bruta de uma.

No evento em destaque, essa relação entre enunciados é percebida na disposição e na forma como o autor mobiliza quatro pontos de vista sobre a *coesão*. Primeiramente, ele cita o ponto de vista de Marcuschi (2008) por meio de um DI. Após fazer referência ao que *acredita* Marcuschi (2008), ele cita um segundo ponto de vista: o de Koch (2000). Nesse momento, o autor já estabelece um laço de aproximação entre os dois pontos de vista: *Muito próximo das posições de Marcuschi (2008), encontram-se os pensamentos de Koch (2000), [...] assim como Marcuschi (2008), não considera a coesão condição necessária nem suficiente para a garantia da textualidade,[...]*. Conforme notamos, o autor traz esses dois pontos de vista, mostrando o acordo, a convergência existente entre eles. No entanto, logo em seguida, o autor coloca em cena pontos de vista de dois outros estudiosos do assunto: o ponto de vista de Halliday & Hasan (1976). O que eles dizem sobre a coesão é apreendido por meio de um DD que, por sua vez, encontra-se em Koch (2000, p. 17): *Ainda sobre esse assunto, Halliday & Hasan (1976, apud KOCH, 2000, p.17) compreendem que [...]*.

A partir dessas citações, o autor se coloca na posição de organizador discursivo e passa a posicionar os pontos de vista mencionados. Isso é evidente no último parágrafo do excerto em que o autor coloca em cena pontos de vista díspares acerca da coesão: *É importante compreender, ainda, que esses estudiosos concebia (sic) a coesão como o único fator responsável pela textualidade, contrapondo-se, assim, com as posições de Marcuschi (2008) e de Koch (2000), já mencionadas anteriormente*. Assim, o autor não

apenas faz referência a discursos consagrados, mas se coloca na observação desses discursos, fazendo-os colidirem e, conseqüentemente, faz de seu discurso um palco de encontro de vozes, orquestrando-as.

A partir do que já foi dito até aqui, podemos relacionar aquilo que Bakhtin (2011) diz do autor no romance para o autor do discurso acadêmico, ou melhor, o autor é entendido como exercendo uma atividade sobre o objeto estético. Ele possui uma visão ativa e geral dos discursos outros mobilizados. Nesse sentido, o autor é o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado. Para isso, o autor é transgrediente a cada elemento figurativo da obra e como tal pode observar os discursos citados de fora, podendo, assim, estabelecer relações diversas entre eles. Sem dúvidas, estamos diante daquilo que Bakhtin (2011) denominou de excedente de visão e conhecimento do autor.

Ainda, numa leitura possível, poderíamos dizer que esse princípio – excedente de visão e conhecimento do autor – é marcado discursivamente nos casos em que o autor traz os outros discursos e os posiciona de tal forma a produzir relações de consonância e também de dissonância entre eles, ou seja, são efeitos de sentidos construídos a partir do princípio da autoria. Em outros termos, para que relações como as de dissonância entre pontos de vista sejam construídas, é necessária a existência de uma consciência autora que observe de fora os discursos dos outros e que mantenha certa distância em relação a eles. Evidentemente, esse aspecto ultrapassa os limites linguísticos, mas deixa marcas na trama discursiva.

Outro ponto constatado e que parece pertencer ao mesmo aspecto defendido aqui – o de que o autor se constitui na administração de vozes ressonantes e dissonantes que atravessam sua enunciação – é que o autor convoca outros discursos para estabelecer uma certa posição em relação a eles. Esse aspecto não é contemplado pelos manuais como, por exemplo, a ABNT. Embora esses últimos apresentem os esquemas de discurso citado, não apresentam as possibilidades de interação entre discursos na trama discursiva. Até porque tais relações entre discursos, orquestradas pelo autor, só são percebidas a partir da análise de enunciados concretos. Em outros termos, conforme nos mostra Bakhtin (2010), nos casos de discurso citado, as relações dialógicas não ocorrem entre palavras, orações ou outros elementos de uma enunciação, mas entre enunciações completas. O discurso citado, portanto, deve ser concebido como uma outra enunciação *na* enunciação.

Os dados analisados mostram que os discursos de estudiosos da área são mobilizados para estabelecer um contraponto com o discurso do autor do gênero enunciativo monografia de conclusão de curso de Letras. Vejamos o seguinte caso:

Em nossa pesquisa, diferentemente de Marcuschi (2008), Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), Lopes (2006), que propõem modelos de trabalho com os gêneros envolvendo a produção textual como as sequências didáticas de Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), por exemplo, direcionados para o ensino médio, a preocupação se volta para o trabalho com os gêneros discursivos na produção textual no ensino superior, uma vez que nesse nível de ensino os estudos realizados ainda são incipientes. (M04, p. 14 destaque/negrito nosso)

Esse excerto é o segundo parágrafo da seção de introdução da M04. O autor de M04 investiga *O trabalho com os gêneros discursivos em aulas de produção textual no curso de letras* (título da monografia). Para situar seu estudo dentro de um campo do saber e em uma perspectiva teórica, o autor convoca alguns estudiosos. Ele menciona outros discursos ao evocar o nome do autor e a data da publicação da obra/texto. Essa é uma forma *econômica* de citação do discurso do outro, tendo em vista que não temos a reprodução literal das palavras dos outros (DD) e nem temos a citação do conteúdo, do sentido, ou a reformulação de alguma ideia presente naqueles discursos citados (DI). Temos, sim, apenas a indicação científica da obra por meio da fórmula *autor+data*.

Cabe dizer que, entre os esquemas de apreensão do discurso do outro listados e discutidos pelo Círculo de Bakhtin, não encontramos nenhum que apresente características que abarquem casos como o ocorrido acima. Esse é, ao que tudo indica, um esquema de apreensão do discurso do outro recorrente em gêneros discursivos acadêmicos em que existe a necessidade de síntese, de evocar pesquisas sem reproduzir seu conteúdo.

Ademais, ao consultarmos os manuais que orientam a construção do gênero acadêmico não constatamos nenhum esquema ou modelo de discurso citado semelhante ao que ocorre no fragmento acima. Ao que parece, portanto, que esse esquema de discurso citado não é contemplado pelos manuais, mas se configura recurso bastante usado na construção do gênero monográfico.

Além disso, esse esquema de discurso citado é mais encontrado em algumas seções do texto monográfico como a introdução, análise e conclusão. A explicação

plausível para isso é que nessas seções o autor não discute de forma aprofundada o que é dito por outros, ou seja, não desenvolve uma discussão teórica, podendo apenas evocar a referência para marcar uma posição em relação a eles. Isso produz o efeito de sentido de que o autor da monografia é conhecedor do conteúdo das obras dos autores mencionados.

No fragmento em destaque, o autor marca um posicionamento, um delineamento para sua pesquisa e faz isso tomando outros discursos como referência. Vejamos: *Em nossa pesquisa, diferentemente de Marcuschi (2008), Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), Lopes (2006), que propõem [...]*. Notemos que o autor constrói seu discurso na relação com outros discursos. Como discutido anteriormente, as relações dialógicas determinam as particularidades da construção do enunciado (BAKHTIN, 2010). A relação com outros discursos é marcada discursivamente. No caso em análise, uma relação de diferença é estabelecida. O autor, aqui, evoca outros discursos sobre o trabalho com os gêneros e, ao mesmo tempo, marca uma posição em relação a eles. Esse *nicho*, na verdade, irá guiar toda a construção do gênero monográfico. Nesse exemplo, isso é marcado linguisticamente com o advérbio *diferentemente*, que já é uma pista para o leitor. (Quando o autor não oferece nenhuma pista, cabe ao leitor recuperar esse sentido por outros meios).

Cabe dizer que a ocorrência linguística enfatizada não diz por si só da existência de relações dialógicas entre discursos. Ela sinaliza e marca algo muito mais complexo que ultrapassa os limites do linguístico. Como marca do dialogismo, a ocorrência linguístico-enunciativa revela a própria natureza dos discursos produzidos no universo acadêmico. Quando investigamos os discursos produzidos sobre a temática dos gêneros, percebemos uma significativa quantidade de trabalhos sobre esse assunto, com perspectivas e abordagens diversas. Tudo o que é produzido sobre essa temática, portanto, precisa levar em conta o que já foi dito. É por isso que a *dupla orientação do discurso* pode ser observada no caso em análise. Notemos que esse enunciado, ao mesmo tempo em que é direcionado para um objeto de discurso já atravessado por outros discursos – o trabalho com os gêneros discursivos –, também é direcionado para outros discursos, sendo alguns deles citados, a saber, *Marcuschi (2008), Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004), Lopes (2006)*.

Por outro lado, as relações dialógicas não ocorrem fora do discurso. Usando um termo de Bakhtin (2010), as relações dialógicas não são *transcendentes*, tendo em vista

que essas relações “não podem ser separadas do campo do *discurso*, ou seja, da língua como fenômeno integral concreto” (BAKHTIN, 2010, p. 209 grifo do autor). Outro ponto pertinente mencionado por Bakhtin (2010) é que “as relações de acordo-desacordo, afirmação-complemento, pergunta-resposta etc. são relações puramente dialógicas” (BAKHTIN, 2010, p. 215-16). Partindo desse pressuposto, o excerto em análise precisa ser compreendido como elemento que pertence a algo mais geral, sendo parte constituinte do gênero monografia e essa, por sua vez, é produzida em uma situação comunicativa específica, em uma comunidade acadêmica específica, por determinado sujeito. Essas e outras questões que envolvem a produção do gênero resultam na materialização discursiva das relações dialógicas com tais discursos e não com outros.

Além disso, o excerto acima nos coloca diante daquilo que Fiorin (2008) classificou como pertencente ao segundo conceito de dialogismo, isto é, “[...] trata-se da incorporação pelo enunciador da voz ou das vozes de outro(s) no enunciado. Nesse caso, o *dialogismo é uma forma composicional*” (FIORIN, 2008, p. 32 grifo nosso). Ao marcar outros pontos de vista em seu discurso, o enunciador instaura o seu ponto de vista, tomando outra direção, preenchendo um espaço aparentemente aberto em direção ao objeto de discurso, ou seja, enquanto os outros propõem modelos de trabalho com os gêneros envolvendo a produção textual *direcionados para o ensino médio*, o autor toma um outro caminho, sua *preocupação se volta para o trabalho com os gêneros discursivos na produção textual no ensino superior, uma vez que nesse nível de ensino os estudos realizados ainda são incipientes*.

Diante do exposto, chegamos a uma primeira conclusão, a saber, o autor se constitui ao administrar as vozes ressonantes e dissonantes que atravessam sua enunciação. Tais vozes são administradas de forma a entrarem em plena concordância sobre determinado assunto, mas, em outros casos, o autor faz com que algumas vozes entrem em oposição, fazendo do discurso um palco de pontos de vista diversos. Em outros casos, ainda, o autor traz outros discursos para marcar, a partir deles, uma tomada de posição, um caminho teórico. Em todos esses casos, portanto, temos a constituição da autoria construída na relação com o discurso do outro. Nessa relação, o autor marca sua posição, sua individualidade, até porque, ao administrar outras vozes, ele se coloca de fora, na observação das mesmas, marcando posicionamentos para elas, entre elas e em relação a elas.

Ademais, conforme constatamos da leitura do *corpus*, a autoria do gênero monografia se configura a partir do estabelecimento de fronteiras, instaurando alternância entre o discurso citante e o discurso citado. O autor age, então, a partir dos recursos linguístico-discursivo-enunciativos, marcando o outro em seu discurso e produzindo efeitos de pertencimento de pontos do discurso para ele e para o outro. Esse achado/aspecto será discutido no tópico seguinte.

3.2 O autor cria fronteiras, estabelecendo alternância entre o discurso citante e o discurso citado

Nesse ponto, analisamos alguns esquemas de apreensão do discurso de outrem, ressaltando a demarcação de fronteiras entre discurso citante e discurso citado. A defesa que fazemos aqui é a de que a autoria no gênero monografia se constitui a partir da demarcação de fronteiras entre vozes, sendo um trabalho que configura a presença autoral. Essa perspectiva é corroborada a partir das ocorrências materializadas no *corpus*.

Assim, os esquemas de discurso citado, analisados a seguir, evidenciam como ocorre a marcação de fronteiras em que o contexto autoral não antecipa o discurso citado. Em outros termos, constatamos esquemas que mostram uma pouca influência do discurso citante sobre o discurso citado, sendo esse um efeito discurso-enunciativo pretendido pelo autor. Vejamos, portanto, algumas ocorrências.

Tendo em vista a realidade do ensino/aprendizagem em nossas escolas, faz-se necessário um aprofundamento em busca do conhecimento e caracterização do quadro das condições que fundamentam esta prática. Assim, essa pesquisa visa desenvolver um trabalho com a produção de texto escrito, pois partimos da premissa de que **“o principal objetivo do ensino da Língua Portuguesa é desenvolver no usuário a capacidade de produção e compreensão de textos orais e escritos”**, conforme sintetiza os PCN (1998), por considerarmos que esta proposta é produtiva para o ensino, uma vez que se possibilita ao aluno uma maior liberdade de criação e chances para ele se posicionar criticamente sobre o assunto que lhe causa interesse. [...] (M02, p. 10 destaque/negrito nosso)

O fragmento em análise é parte da seção de introdução da monografia *Um estudo das metodologias de ensino de produção textual no nível fundamental*. Ao desenvolver a introdução de seu trabalho, o autor procura contextualizar e situar sua proposta em uma perspectiva teórica. Para isso, ele cita, de forma genérica, alguns

objetivos como, por exemplo, *essa pesquisa visa desenvolver um trabalho com a produção de texto escrito*. É nesse ponto que o autor cita uma *premissa* advinda dos PCN (1998) de que *o principal objetivo do ensino da Língua Portuguesa é desenvolver no usuário a capacidade de produção e compreensão de textos orais e escritos*. Diante dessa ocorrência, destacamos o fato de que o contexto autoral não faz uma antecipação, um comentário introdutório do conteúdo da citação entre aspas. Embora tenha sua fonte identificada *PCN (1998)*, o discurso dos PCN não perdeu a força semântica (GRILO, 2010). As palavras dos PCN foram como que *coladas, tecidas* às palavras do discurso autoral.

Nesse caso, temos a ocorrência de uma variante do DD: o discurso direto contextualizado. Esse esquema de apreensão do discurso do outro parece ser recorrente em discursos produzidos no universo acadêmico-científico. Grilo (2010) foi quem primeiro o categorizou a partir da análise do gênero reportagem de divulgação científica.

Outro aspecto do *discurso direto contextualizado*, presente no caso em análise, é que, mesmo mantendo contornos exteriores nítidos em torno do discurso citado – típico do estilo linear –, uma homogeneidade estilística entre discurso citado e discurso citante é estabelecida. Ou seja, os elementos linguísticos bem como o conteúdo dos dois discursos são orquestrados de forma a tornarem sutis as fronteiras existentes entre eles.

Destacamos, além disso, o fato de que uma das orientações do discurso citante é criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado. Ora, esse movimento de criação de cenários para introduzir outras vozes, configura-se movimento orquestrante do sujeito enunciador do discurso citante e ressalta, exatamente, o trabalho do autor com e a partir da palavra de outrem. Ele cria seu estilo diante e a partir das muitas vozes que perpassam seu dizer, ao mesmo tempo em que constrói a subjetividade. Nesse sentido, duas conclusões podem ser extraídas acerca do esquema em destaque: primeiro, por ser uma citação de palavras de outrem de forma mais *fiel*, o discurso citante dá lugar a um outro, produzindo o efeito de apagamento de sua presença em certo ponto do discurso; segundo, por agir sobre o discurso citado, criando contornos, o discurso citante constrói uma imagem de individualidade enunciativa.

Esse outro, portanto, não pode ficar de fora de nossas considerações sobre a constituição da autoria, até porque o outro não é considerado em sua passividade, mas participante ativo da comunicação discursiva. Esse *outro* é o discurso do outro com o

qual o sujeito autor estabelece relações dialógicas. Isso, sem dúvida, corrobora o ponto de vista que estamos apresentando aqui, qual seja, os esquemas de transmissão do discurso de outrem revelam um agir do autor do discurso citante sobre o discurso citado. Em outras palavras, estamos tratando diretamente das relações dialógicas entre discurso citante e discurso citado. No ato de estabelecer fronteiras, o discurso citante não permanece inerte, imparcial, diante dos discursos que cita.

Vejamos mais um caso representativo do discurso direto contextualizado:

Assim, é importante verificar qual o papel social da linguagem, em virtude das ações concretas que ela realiza dentro dos diferentes campos da atividade comunicativa e interacional dos diferentes sujeitos sociais.

A Escola Norte-Americana segue a perspectiva sócio-retórica da noção de gênero. Dentro dessa perspectiva, o gênero é entendido como **“um veículo de significação social em contextos nos quais os interlocutores realizam suas intenções comunicativas”** (QUEIROZ, 2005, p. 62-63). Dessa forma, eles são produzidos a partir de interações comunicativas específicas, levando-se em consideração o contexto e a situação comunicativa. O que faz com que eles se modifiquem e se adequem às várias formas de interação social representando a ação significativa dos diferentes sujeitos sociais em diferentes comunidades linguísticas, como forma de representação do mundo, já que recorrem à situações retóricas. (M03, p. 20 destaque/negrito nosso)

Esse excerto foi extraído do primeiro capítulo (teórico) de M03, mais precisamente do tópico *enfoques teóricos sobre as concepções de gênero*. O evento em destaque evidencia um ponto do discurso em que o autor cita um outro discurso para complementar seu enunciado. Primeiramente, destacamos o modo como o discurso do outro é mobilizado pelo autor, a saber, sem ter seu conteúdo antecipado por meio de comentários. Ao explicar a perspectiva sócio-retórica da noção de gênero da Escola Norte-Americana, o autor reproduz entre aspas os dizeres de Queiroz (2005, p. 62-63) e, logo em seguida, prossegue seu raciocínio sem fazer nenhum comentário sobre o discurso citado.

Nesse esquema de apreensão do discurso do outro, vemos como o autor, ao mesmo tempo em que vincula o discurso do outro ao seu – não ocorre a quebra sintática entre discurso citato e discurso citante –, conserva a integridade e autenticidade do dizer do outro. Assim, constatamos que o autor mobiliza os recursos da língua – no caso em análise, as aspas – para delimitar o discurso citado com fronteiras nítidas e estáveis. Nesse caso, os recursos da língua têm a função de “[...] isolar mais clara e mais

estritamente o discurso citado, de protegê-lo de infiltração pelas entoações próprias ao autor, de simplificar e consolidar suas características linguísticas individuais” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 155).

Ao proceder desse modo, não se trata, obviamente, de estabelecer a objetividade e a fidelidade de forma absoluta. Sobre isso, são pertinentes as palavras de Authier-Revuz (1998, p. 134) quando entende que as formas de apreensão e transmissão do DD não são nem objetivas nem fiéis. Ela argumenta: “reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 134). Em outros termos, o ato de reproduzir um outro enunciado *no* enunciado implica retirá-lo de uma outra situação comunicativa, implica sempre um ato subjetivo por parte do autor do discurso citante.

Outro aspecto importante na relação entre o autor e o discurso citado, é que, ao mesmo tempo em que está orientado para um objeto, o discurso citado é objeto de uma outra orientação, a do autor do discurso citante. É adequada, para ilustrar esse aspecto, a analogia utilizada por Bakhtin (2010, p.216): “[...] à semelhança do homem que faz o seu trabalho sem saber que está sendo observado: o discurso objetificado soa como se fosse um discurso direto de uma só voz.” Mas, conforme mostra Bakhtin (2010), o discurso do autor pode usar o discurso de outro para cumprir determinados fins, podendo imprimir sobre ele novas orientações semânticas. Esse ato é entendido como sendo uma *reação ativa ao discurso de outrem* (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009). Isso implica conceber o autor do discurso citante agindo, trabalhando, apreciando, avaliando o discurso de outrem. Logo, vemos aqui aspectos possíveis que marcam a construção da autoria a partir do manejo de outros discursos.

Sobre esse efeito, Maingueneau (2002, p. 141) sintetizou muito bem ao dizer que, no DD, temos “[...] apenas uma *encenação* visando criar um efeito de autenticidade”. Assim, já que a situação de enunciação é construída pelo sujeito do discurso citante, esse discurso condiciona a interpretação do discurso citado. Portanto, no fragmento em análise, não temos simplesmente uma reprodução objetiva e neutra do discurso de outrem, mas uma apreensão subjetiva e ativa. “Por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal” (MAINGUENEAU, 2002, p. 141).

O trabalho do autor do discurso citante, em preparar um contexto para introduzir um outro discurso, não é feito de forma neutra, ou seja, apreciações avaliativas estão envolvidas nessa atividade. Isso quer dizer que o autor pode colorir o discurso de outrem com seus valores e inflexões, influenciando e guiando a produção de sentidos desse DD.

Ainda sobre o fragmento em análise, cabe assinalar que o discurso direto contextualizado instaura dois centros e duas unidades de discurso. São elas: a unidade da enunciação do autor e a unidade da enunciação do discurso citado, de *Queiroz (2005, p. 62-63)*, mais especificamente. No caso, existe determinada relação dialógica entre esses dois centros, entre essas duas unidades de discurso. Por ser mobilizado e orquestrado pelo discurso citante, o discurso citado não é *autônomo*, mas está subordinado ao discurso citante, ou seja, é este último que traz à existência aquele para fazer parte *como um de seus momentos* (BAKHTIN, 2010). Essa relação de autonomia e interdependência é decorrente do fato de ser o autor do discurso citante quem prepara todo o contexto que envolve o discurso citado.

Vejamos, a seguir, mais uma ocorrência de discurso citado que corrobora o que estamos apontando até aqui:

O desconhecimento dos gêneros acadêmicos por parte do aluno é compreensível pelo fato de que obedecem a “padrões” *relativamente estáveis* convencionados por uma esfera de atividade humana da qual o aluno não fazia parte até então. Dessa forma, a proposta mais viável para o ensino de produção no âmbito acadêmico, é também através do “**ensino sistemático de diferentes gêneros do domínio acadêmico, fundamental para que esses alunos possam desenvolver as competências necessárias à apropriação das normas e convenções de acesso a tais gêneros**” *Ramires (2007, p. 76)*. Esse ensino, como já defendemos anteriormente, deve levar em conta todos os aspectos característicos dos gêneros (composicionais, estilísticos, temáticos e funcionais), significa dizer que todos esses aspectos devem ser trabalhados conjuntamente, uma vez que os gêneros são concebidos como formas de agir socialmente e que, por tal razão, pressupõem o conhecimento de seu propósito comunicativo, seu meio de circulação como determinantes do que pode ou não ser dito e de como deve ser dito. (M04, p. 52-53 destaque/negrito nosso)

O excerto em questão é parte de uma discussão acerca da produção textual no ensino superior. Entre os estudos os quais o autor recorre sobre esse assunto, encontra-se o de *Ramires (2007)*. Quanto ao modo pelo qual o autor recupera o dizer de *Ramires (2007)*, percebemos o uso de um discurso citado direto. As palavras entre aspas, embora

estejam perfeitamente alinhadas sintático e semanticamente ao discurso citante, aparecem suspensas, destacadas como pertencente a um outro discurso. Conforme percebemos no destaque, o discurso citado direto é introduzido no interior do discurso citante sem que ocorra nenhuma quebra sintática e, tampouco, nenhum comentário introdutório com o propósito de preparar a entrada de um enunciado de uma outra autoria.

Ao destacarmos a presença de limites entre discurso citante e discurso citado, temos em mente o fato de que esses dois centros de discursos não estão numa relação de interdependência. É Bakhtin (2010) quem ressalta e aponta a *não autonomia* do discurso citado em relação ao discurso citante. Em outros termos, o autor é quem subordina o discurso citado ao seu discurso.

Usando a terminologia bakhtiniana, o discurso citado aparece como uma parte, *como um dos momentos* do discurso do autor. Logo, o autor é quem prepara todo contexto que envolve o discurso de outrem. Isso implica entender os casos em que não temos um comentário avaliativo e uma significativa quebra sintática e semântica (como no caso acima) como estratégias de construção de sentido em que o autor visa criar efeitos de fidelidade, de objetividade em relação às palavras do outro.

Esse entendimento do funcionamento do DD não é contemplado nos manuais de gramática, como vimos anteriormente, tendo em vista que tais manuais postulam o DD como modo simples e objetivo de reprodução de fragmentos de outros discursos, sem atentar para o fato de que esses são efeitos de sentido estratégicos produzidos na relação entre discursos. Entender o DD como modo objetivo de reprodução de sentido é simplificar algo que é complexo. Authier-Revuz (1998, p.134) mostra o quanto o DD não é simples, mas, ao contrário, ele é “relativamente bem mais complexo que o DI”.

O DD coloca em questão aspectos envolvendo a autoria e a assunção de enunciados. Nesse sentido, Maingueneau (2002, p. 138) se posiciona dizendo que “[...] quando o enunciador cita no discurso direto a fala de alguém, não se coloca como responsável por essa fala, nem como sendo o ponto de referência de sua ancoragem na situação de enunciação.” Segundo depreendemos de Maingueneau (2002), nos casos de DD, temos dois enunciadores, dois co-enunciadores, dois momentos e dois lugares.

Na ocorrência em análise, percebemos o modo como o discurso do outro é colocado de forma a completar um argumento tecido pelo autor. Ao argumentar em favor de uma proposta mais viável para o ensino de produção de texto no âmbito

acadêmico, o autor reproduz literalmente o dizer de *Ramires (2007, p. 76)* num ponto em que este defende o ensino de texto através do *ensino sistemático de diferentes gêneros do domínio acadêmico, fundamental para que esses alunos possam desenvolver as competências necessárias à apropriação das normas e convenções de acesso a tais gêneros*. O autor do discurso citante concorda com essa ideia e, logo na sequência, sem fazer qualquer apreciação sobre o conteúdo do discurso citado, prossegue dizendo que *Esse ensino, como já defendemos anteriormente, deve levar em conta todos os aspectos característicos dos gêneros (composicionais, estilísticos, temáticos e funcionais) [...]*. Digno de nota é o uso da expressão *Esse ensino* para estabelecer um laço com o que foi dito anteriormente. Nesse caso, o autor não faz uma distinção entre o dizer do outro e o seu dizer, encapsulando-os em uma única expressão.

O ponto salientado aqui diz respeito ao modo sutil pelo qual o discurso do outro é mobilizado para fazer parte do discurso do autor sem que ocorra uma ruptura significativa entre ambos. Para lembrar uma analogia utilizada pelo Círculo de Bakhtin, temos, na ocorrência acima, um *tecido*, uma *rede* em que os *fios* foram amarrados de tal forma a não haver furos ou quebras. Desse modo, pensar a autoria não implica entender somente o contexto complexo ou o princípio dialógico que envolve os sujeitos sociais, mas, conforme lembra Sobral (2012, p. 129), “trata-se, como se pode ver, de elementos que estão imbricados nos próprios discursos, e que só aí nos são acessíveis”.

Pensar os elementos que estão embrincados nos discursos é considerar a própria estrutura dos discursos. E esse aspecto nos leva a concordar com os comentários de Tfouni (2006, p. 54) quando, retomando a noção de autor mais compartilhada nos estudos da AD, conceitua que “[...] o autor, então, é aquele que estrutura seu discurso (oral ou escrito) de acordo com um princípio organizador contraditório, porém necessário e desejável.” Essa noção de autor como um *estruturador* e *organizador* de discurso é corroborada a partir da investigação dos esquemas de discurso citado mobilizados pelo autor do gênero monografia de conclusão de curso de Letras.

Ademais, considerando a própria construção do gênero discursivo, é a alternância dos sujeitos que estabelece os limites do enunciado, instaurando, assim, um fechamento relativo para o todo significativo. É dentro desse fechamento que o autor se constitui, marcando o enunciado com sua individualidade, seu estilo. Ao mencionar esse aspecto do enunciado, Bakhtin (2011, p. 279) diz que isso se deve ao fato de que “o sujeito do discurso – neste caso o *autor* de uma obra – aí revela a sua individualidade no

estilo, na visão de mundo, em todos os elementos da ideia de sua obra.” Interessante notar que são esses traços de individualidade que criam princípios interiores à obra, fazendo com que ela ganhe especificidade em relação a outras obras. Mesmo que um discurso seja baseado em outro, entre na mesma linha de outros, assuma caminhos já percorridos por antecessores, ele ganha individualidade e especificidade em decorrência do estilo, da visão de mundo, das entoações avaliativas que cada autor lhe imprime.

Por outro lado, ao ser objeto de um outro discurso, o discurso citado não perde sua natureza de discurso, ou seja, nos casos de discurso citado temos dois discursos, dois enunciados, duas situações. Em outras palavras, por ser *enunciação na enunciação*, o discurso citado não envolve apenas questões sintáticas e linguísticas, mas também questões de cunho extraverbal, relações dialógicas, sentido, conforme já apontadas.

A partir da análise feita nesse ponto, mostramos como a autoria se constitui a partir da criação de fronteiras em que é estabelecida a alternância entre o discurso citante e o discurso citado. Com isso, consideramos pertinentes os dizeres de Possenti (2009) sobre o trabalho do sujeito a partir do discurso do outro. Ao analisarmos a construção do gênero monografia de conclusão de curso, logo percebemos que “é visível o discurso do outro, mas também é visível o trabalho do eu. [...] A presença do outro não é suficiente para apagar a do eu, é apenas suficiente para mostrar que o eu não está só” (POSSENTI, 2009, p.50). Dito isso, passaremos a mostrar e analisar outro aspecto instaurador da autoria decorrente dos esquemas de apreensão do discurso do outro: o autor infiltra sua entonação expressivo-valorativa no discurso do outro.

3.3 O autor infiltra sua entonação expressivo-valorativa no discurso do outro

A análise do *corpus* revela que o autor infiltra sua entonação expressivo-valorativa no discurso do outro, sendo esse um aspecto instaurador da autoria. Nesse sentido, analisaremos esquemas de discurso citado pertencentes ao estilo pictórico: *discurso indireto analisador do conteúdo*, *discurso indireto analisador da expressão*, *discurso indireto livre*, *discurso direto livre* e também esquemas de discurso citado que pertencem ao estilo linear, mas que tendem ao estilo pictórico: *discurso direto substituído (variante do DD)*, *discurso direto esvaziado (variante do DD)*, *discurso direto preparado (variante do DD)*. Como dito em outro momento, a classificação desses esquemas em estilos foi feita a partir das características funcionais que cada um

apresenta. Assim, por exemplo, dizemos que o esquema *discurso indireto analisador do conteúdo* pertence ao estilo pictórico porque tal esquema apresenta fronteiras frágeis entre o discurso citante e o discurso citado, permitindo, assim, ao autor infiltrar suas avaliações no discurso citado, essa uma característica do estilo pictórico, conforme Bakhtin/Volochinov (2009).

Feita essa observação inicial, passaremos a analisar pontos do discurso em que o autor lança mão de outros pontos de vista, de outros discursos, mas não faz isso de forma neutra, ou seja, ele infiltra seu estilo, sua avaliação no discurso do outro por meio dos próprios elementos da língua. Vejamos a seguinte ocorrência:

No entendimento de Costa Val (1994), sete fatores são os responsáveis pela textualidade de uma produção linguística qualquer, são eles: a coerência e a coesão, que estariam centrados no próprio texto, e a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade, os quais se relacionam com os fatores pragmáticos no processo comunicativo.

Primeiro, **a autora aponta** a coerência como fator fundamental da textualidade, por esta ser a principal responsável pelo sentido do texto. **Afirma, ainda, que** a coerência envolve além dos aspectos lógicos e semânticos, os aspectos cognitivos, uma vez que depende do partilhar de conhecimentos entre os interlocutores para a construção de sentidos nos textos. Vale ressaltar que o conceito de coerência foi ampliado no processo evolutivo da Linguística Textual, mas, nesse trabalho, não focaremos efetivamente a nossa atenção nesse aspecto. (**M01, p. 21** destaque/negrito nosso)

Em **M01**, encontramos uma discussão sobre os *recursos reiterativos na produção escrita do aluno do 9º ano do Ensino Fundamental*. O fragmento em destaque compõe o tópico *conceito de textualidade*, do primeiro capítulo da monografia. No referido tópico é feita uma revisão bibliográfica sobre noções/conceitos da textualidade dentro do quadro teórico da Linguística Textual. Ao analisarmos o trecho em destaque, percebemos que ele é construído na dependência de outros discursos, ou seja, o autor mobiliza sentidos construídos em outros discursos por meio do discurso indireto analisador do conteúdo.

Desse modo, vejamos como o autor marca a presença de outros discursos em seu discurso: *No entendimento de Costa Val (1994), [...] Primeiro, a autora aponta a coerência [...]. Afirma, ainda, que a coerência [...].* Os dois parágrafos que compõem o excerto em destaque são construídos por quatro períodos, mas apenas o último não é

construído a partir da citação de outro discurso. Os três primeiros, no entanto, marcam logo no início a referência a outras vozes, a sentidos vindos de outro lugar e pertencentes a outros enunciadores.

Por outro lado, mesmo construindo um trecho inteiro na dependência de outros discursos, o autor não estabelece uma fronteira nítida entre o discurso do outro e o seu discurso. Temos, então, uma reprodução de sentidos e não da própria materialidade do discurso citado. Não são as próprias palavras reproduzidas, mas o conteúdo delas. A isso poderíamos chamar também de paráfrase ou reformulação do discurso do outro. Desse modo, quando lemos a afirmação [a autora] *Afirma, ainda, que a coerência envolve além dos aspectos lógicos e semânticos, os aspectos cognitivos, uma vez que depende do partilhar de conhecimentos entre os interlocutores para a construção de sentidos nos textos* não temos nenhuma marca de reprodução literal do discurso de Costa Val (1994) que vem sendo apresentado.

Retomando o dizer dos pesquisadores russos sobre esse esquema de discurso citado, eles explicam o “fato de que os elementos *emocionais e afetivos* do discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, na medida em que não são expressos no conteúdo, mas nas *formas* da enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 165, grifo dos autores). Desse modo, o discurso de outrem entra no discurso em termos de conteúdo, de sentido. Não temos, portanto, as palavras literais do outro, mas o conteúdo desse discurso. Em síntese, “a análise é a alma do discurso indireto” (idem, p.166).

Ao comentar esquemas de discurso citado como esse em tela, Authier-Revuz (1998) focaliza a *estrutura homogênea* do mesmo, ou seja, no âmbito da sintaxe da língua não ocorre nenhuma “quebra”, ou heterogeneidade. Até porque, nesse esquema de discurso citado, temos as palavras do enunciador do discurso citante reformulando o dizer de um outro. “É o sentido, não uma forma sintática particular, que faz com que reconheçamos um DI no conjunto das frases”, esclarece Authier-Revuz (1998, p. 150). Já Maingueneau (2002), numa alusão aos escritos do Círculo, diz que, no DI, temos o *conteúdo do pensamento* do outro, ou seja, não são as falas exatas que são reproduzidas, mas temos uma tradução dessas palavras.

Focando mais precisamente na questão da autoria, podemos ver que o autor integra um outro discurso ao seu, elaborando regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilar o conteúdo do discurso citado, ao mesmo tempo em que

se coloca como autor das palavras que usa. Esse esquema de apreensão do discurso do outro marca, ao mesmo tempo, uma *relação ativa* entre uma enunciação e outra (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009).

Nesse sentido, quando dizemos que a autoria se configura pelo fato de que o autor infiltra sua entonação expressivo-valorativa no discurso do outro, estamos pensando a própria organização e reformulação que é feita a partir do discurso do outro. Considerando que o autor possui uma posição axiológica em relação ao outro e em relação ao objeto de discurso, é a partir dessa posição valorativa que o autor reformula o dizer do outro. Nesse ponto, cabe muito bem o entendimento de Faraco (2005) ao dizer que é o autor-criador quem cria e dá forma ao conteúdo. Ele (o autor) não atua de forma passiva, mas a posição axiológica que ele ocupa o faz recortar e reorganizar esteticamente os elementos da obra.

Desse modo, o excerto acima revela que o discurso de *Costa Val (1994)* foi apreendido apenas no plano temático. Os aspectos estruturais são transformados de maneira temática ou integrados no contexto da enunciação citante. Com isso, a própria *forma* de apreensão do discurso já se configura uma *ação apreensiva ativa* do autor do discurso citante em relação ao discurso citado.

Nesse caso, ainda, percebemos, assim como nos casos anteriores, que o discurso do outro passa pelo crivo avaliativo do discurso citante. Interessante notar que Bakhtin/Volochinov (2009) dizem que esse esquema de apreensão do discurso do outro – o discurso indireto analisador de conteúdo – ocorre de forma rara na expressão literária, mas, por outro lado, ela ocorre com frequência nos textos de cunho epistemológico ou retórico como, por exemplo, textos de natureza científica, filosófica e política. A possível explicação para isso estaria na natureza de tais textos, em que “[...] o autor é levado a expor as opiniões de outrem sobre um determinado assunto, a opô-las e delimitá-las” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 168).

Além do discurso indireto analisador do conteúdo, de forma semelhante, o discurso indireto analisador da expressão também marca um trabalho autoral. O fragmento abaixo evidencia esse aspecto:

Bagno (2001) coloca que um mito linguístico muito enraizado no nosso ensino tradicional é o de **“o certo é falar assim porque se escreve assim”**. **Para Bagno**, é preciso ensinar e escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso, tentando criar uma língua

falada “**artificial**” e reprovando como “**erros**” as pronúncias que são um resultado natural das forças internas que governam o idioma. Afinal a língua falada é a língua apreendida pelo falante nas suas relações cotidianas, enquanto que a língua escrita exige treinamento, memorização e obedece a regras fixas de tendências conservadoras.

Outro mito do preconceito linguístico, diretamente ligado ao ensino é o de que “é preciso saber gramática para falar e escrever bem”. De acordo com Bagno (2001, p. 62), “é difícil encontrar alguém que não concorde com a declaração [...]. Ela vive na ponta da língua e está formulada em muitos compêndios gramaticais [...], em que se acredita que a gramática é o instrumento fundamental para o domínio do padrão culto da língua”. Esse mito, segundo Bagno, está ligado à confusão que se faz entre língua e gramática normativa, mas que é preciso desfazê-lo, pois não há porque confundir o todo com a parte. (**M05, p. 30** destaque/negrito nosso)

O autor de **M05** discorre sobre a abordagem da variação linguística nas aulas de língua portuguesa no Ensino Fundamental. O trecho em destaque é parte do capítulo um de **M05** em que o autor apresenta uma discussão teórica sobre a diversidade linguística. O fragmento acima reproduzido compõe o tópico *o preconceito linguístico*. Nesse tópico, o autor faz referência a alguns estudiosos do assunto como *Alkimin (2001)*, *Calvet (2002)*, *Couto (1986)* e *Bagno (2001)*. O excerto mostra pelo menos dois esquemas de apreensão do discurso do outro: o discurso direto (entre aspas) e uma variante do discurso indireto (o discurso indireto analisador da expressão). Ao citar de forma indireta o discurso de Bagno (2001), o autor conserva algumas palavras entre aspas.

Os seguintes introdutores iniciam estruturas de DI: *Bagno (2001) coloca que [...]* e *Para Bagno [...]*. Os trechos dentro desses períodos que estão entre aspas não são assumidos pelo autor, mas são assinalados para indicar que foram reproduzidos literalmente e que pertencem a outro discurso, o de *Bagno (2001)*. Desse modo, o autor conserva certos traços estruturais do discurso de outrem.

Esse é um aspecto que instaura a autoria pelo fato de nele encontrarmos o autor marcando certa distância em relação a algumas expressões ditas pelo outro. Embora reformule o discurso citado, o autor assinala alguns pontos como se se voltasse sobre o discurso do outro e se colocasse como *observador de suas próprias palavras* (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Ao destacar pontos do discurso como vindo de outro discurso, o autor também se coloca na posição de avaliador desse outro discurso. Conceitualmente, estamos diante de um fenômeno *metaenunciativo* (AUTHIER-REVUZ, 1998; 2004) e também diante

de aspectos constitutivos da autoria. É constitutivo da autoria porque é um movimento de retorno ao discurso e marca uma intervenção do autor sobre seu dizer e principalmente sobre o dizer do outro e isso produz singularidade e originalidade, “na medida em que não se trata de uma intervenção de todos os sujeitos que estão na mesma posição” (POSSENTI, 2009b, p. 114).

O segundo parágrafo do fragmento em análise é construído, essencialmente, na dependência do dizer de *Bagno (2001)*. O autor recorre a alguns esquemas de discurso citado para marcar o discurso de Bagno sobre o preconceito linguístico. Temos, assim, o uso de aspas, introdutores como *de acordo com Bagno (2001, p.61)* e *segundo Bagno*. Com isso, a construção do parágrafo faz ouvir a voz desse pesquisador. Isso não quer dizer que o autor da monografia não esteja presente, mas que sua face aparece no próprio movimento de conceder voz a esse outro.

Cabe dizer que nem sempre temos os recursos tipográficos marcando certas expressões do discurso citado. Podemos perceber a conservação de expressões do discurso do outro no discurso citante por meio do estilo e de certos traços semânticos preservados. Embora esses pertençam ao discurso citado, são preservados no discurso citante. A ocorrência a seguir revela esse achado:

Em seus estudos sobre a coesão textual, Antunes (2005) declara que **muitas vezes alguns professores falam em coesão, em texto coesivo, mas na verdade não têm uma ideia muito clara do que seja esse mecanismo. Por isso acabam tratando a coesão de forma muito vaga e abstrata. A autora julga como reduzido e inadequado o modo como algumas escolas utilizam para desenvolver a competência da escrita nos alunos, ao pedirem que estes formem frases a partir de uma palavra.** Ela considera essa atividade insuficiente para que o aluno aprenda a construir um texto coerente, uma vez que não exige dele a habilidade de articular cada parte do texto para conseguir realizar o objetivo pretendido. (M01, p. 26 destaque/negrito nosso)

Esse evento é parte do capítulo dois (teórico) de **M01**, trata-se do segundo parágrafo do tópico *coesão textual: o que é como se faz*. Nesse caso em destaque, vemos que o autor mobiliza o ponto de vista de Antunes (2005) sobre o trabalho com a coesão textual feita pelos professores. O ponto de vista de Antunes (2005) é apresentado por meio de uma estrutura de DI, mais precisamente da variante *discurso indireto analisador da expressão*. No entanto, não temos nenhum termo entre aspas, mas é possível perceber que certa estrutura ou maneiras de dizer foram conservadas.

Vale lembrar que essa variante de DI “integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 168). Nesse sentido, embora não tenhamos palavras entre aspas como analisado anteriormente, percebemos que certos traços estilísticos e entoações do discurso de outrem são conservados dentro de uma estrutura de DI de tal forma que fica visível sua presença, conforme os trechos destacados no fragmento. Tais trechos fazem ouvir, ao mesmo tempo, a voz do autor e a voz de *Antunes (2005)*, e, em alguns pontos, é perceptível uma maior intensidade das entoações do discurso citado. Nesse caso, é possível que o autor reproduza expressões inteiras sem marcá-las com aspas, inserindo-as na linearidade sintática e semântica de seu dizer.

A ocorrência em questão, nesse sentido, traz a tona o questionamento sobre os limites entre o uso adequado de um esquema de discurso citado e o plágio acadêmico. Até que ponto o uso das palavras de outrem devem ser mobilizadas sem uma marcação tipográfica clara, ou melhor, qual a linha demarcadora entre a reformulação de um discurso de outrem e o plágio? A ocorrência em tela configura-se oportunidade para discussões acerca desse assunto. Assim, os esquemas de discurso citado são peças importantes no ensino, leitura e produção de gêneros discursivos, no âmbito acadêmico-científico, em que é necessário recorrer aos discursos já produzidos.

Os aspectos decorrentes dos esquemas de discurso citado entram na mesma discussão iniciada por Bakhtin (2011) sobre o pertencimento da palavra. No caso em análise, temos a palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados, mas que é objeto de apropriação por parte do autor. Esse, agora, assume a palavra como a *minha palavra*, isso porque, ele passa a operar com ela em uma determinada situação, em um determinado gênero e com finalidades específicas.

O autor de um discurso pode mobilizar a palavra *alheia* em seu discurso, colorindo-a com entoações valorativas e utilizando-a para determinados fins. Ademais, a relação estabelecida entre discursos por meio de esquemas como esses em questão faz com que “o discurso do outro, desse modo, tem uma dupla expressão: a sua, isto é, a *alheia* e a expressão do enunciado que acolheu esse discurso”, explica Bakhtin (2011, p. 299). Isso ocorre porque o discurso citante imprime-lhe expressões valorativas, ao mesmo tempo em que o discurso citado conserva expressões próprias. As formas linguístico-enunciativo-discursivas de introduzir o discurso do outro não são neutras,

mas, sendo a manifestação de relações dialógicas, revelam a forma apreciativa pela qual o sujeito autor dialoga com o discurso do outro.

Além disso, os esquemas de discurso direto livre (DDL) e o discurso indireto livre (DIL) também foram constatados na construção do gênero monografia. Esses esquemas têm como características um maior apagamento das fronteiras entre o discurso citado e o discurso citante, exigindo, assim, uma reformulação mais profunda do discurso citado e um apagamento de suas marcas estilísticas. Os dois excertos seguintes visam mostrar a ocorrência desses esquemas e, ao mesmo tempo, evidenciar o trabalho autoral a partir deles.

Por conceber a linguagem como ação social, para Bakhtin (1997) os sujeitos estabelecem vínculos de comunicação entre si, uma vez que suas **atividades se realizam na interação social**. É através dessa ideia de interação verbal que se define o aspecto básico da concepção de linguagem fundamentada no **caráter dialógico da linguagem**.

Para o autor, **o caráter dialógico da linguagem está presente na enunciação**, concebida por ele como um **diálogo, não o diálogo face a face, mas o diálogo do nosso dito com outros já ditos**. Ou seja, de acordo com Bakhtin (1997), **todo enunciado está perpassado, clivado pelo que já foi dito anteriormente e até mesmo pelos enunciados ainda não ditos**, de forma que não existe uma linguagem original muito menos um “Adão bíblico”, dono de um enunciado novo, seu, em outras palavras, **o nosso discurso é o discurso do outro**. (M04, p. 20 destaque/negrito nosso)

Esse trecho em destaque constitui os primeiros parágrafos de um capítulo teórico sobre os gêneros discursivos, mais precisamente de um tópico sobre linguagem, dialogismo e teoria dos gêneros. Ao introduzir a discussão, o autor retoma dizeres de Bakhtin (1997) acerca do caráter dialógico da linguagem. Assim, ao atentarmos para o excerto em análise, verificamos algumas *colocações* que pertencem ao discurso citado. Essas são constatadas apenas ao considerarmos todo o contexto em que o nome de Bakhtin vem sendo apresentado, ou seja, estamos diante de uma forma de discurso citado puramente interpretativa: o discurso direto livre (DDL). Nos termos de Maingueneau (2002, p.148, grifo do autor), o DDL é um “discurso relatado que tem as propriedades linguísticas do discurso direto, mas sem nenhuma sinalização”. Isso exige de nós certo conhecimento do discurso citado para podermos identificá-lo na passagem em destaque.

Desse modo, conforme as linhas destacadas, podemos perceber alguns pontos em que o discurso do outro, de Bakhtin (1997), é ouvido/visto. Portanto, o discurso citante deixa perceber expressões do discurso citado que praticamente poderiam ser colocadas entre aspas. Ocorre que o enunciador não marca, não delimita fronteiras entre as palavras do outro e as suas palavras. As palavras do outro aparecem em meio às palavras do autor, sem o estabelecimento de fronteiras de apreensão de vozes alheias. Authier-Revuz (1998) entende que o DDL é totalmente dependente do contexto discursivo e fora do contexto ele não pode ser caracterizado. Esse esquema de discurso citado, portanto, é uma *forma não marcada* de apreensão do discurso de outrem.

Diante desse esquema de apreensão, vemos, e esse é o ponto central aqui, um trabalho do autor numa tentativa de reformular, parafrasear as palavras do outro, tentando apagar o máximo possível suas marcas literais, sua presença física. O DDL surge, então, desse agir sobre o discurso do outro, da investida do autor em reconhecer a fonte de um sentido, mas sem reproduzir literalmente a materialidade do enunciado. Nesse caso, temos uma “reformulação que mantém o sentido geral; isso explicaria a ausência de aspas” (MAINGUENEAU, 2002, p. 146).

Nesse ponto, cabe questionar: por quais motivos o autor do discurso citante apaga as fronteiras do discurso citado, tornando, assim, seu discurso mais individualizado e objetivo? Entendemos que a resposta é dada por Bakhtin/Volochinov (2009, p. 157) quando afirmam que o narrador pode “deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com as suas entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo”. Conforme aponta Bakhtin/Volochinov (2009), o discurso citado passa pelo crivo criativo do discurso citante: esse pode apagar as fronteiras daquele e colori-lo com entoações outras.

Dito isso, vejamos agora um caso representativo de discurso indireto livre (DIL):

A escola de Genebra segue suas perspectivas teóricas tomando por base as abordagens sócio-discursivas da linguagem, por meio de uma concepção interativa e dialógica como discute Bakhtin (2003). **Seus pressupostos são importantes na relação de ensino-aprendizagem na escola, já que aborda a linguagem a partir do prisma social, dando enfoque à noção de gênero como sendo os textos concretos que devem fazer parte da rotina escolar; não com textos prontos e acabados, mas como fatos sociais que representam comunicação e que estão vinculados a contextos linguísticos e extra-linguísticos (QUEIROZ, 2005). (M03, p. 20 destaque/negrito nosso)**

O evento em destaque compõe o primeiro capítulo teórico de **M03**. Nele, temos uma discussão sobre os gêneros discursivos. Quanto aos esquemas de discurso citado, temos a ocorrência de um DIL. Ao desenvolver uma discussão teórica sobre as concepções de gênero, mais precisamente focando a perspectiva assumida pela escola de Genebra, o autor desenvolve um comentário, e esse, ao que parece, é perpassado por outra voz, por outro discurso, tendo sua fonte indicada apenas como (*QUEIROZ, 2005*). Desse modo, o trecho destacado precisa ser entendido como uma reformulação de um outro discurso, sendo possível notar apenas algumas entoações do discurso citado que permanecem ao lado do (ou no) discurso citante, sem ser possível dizer quais palavras pertencem ao discurso do outro.

Conceituamos a ocorrência acima de DIL porque identificamos o discurso citado “não tanto graças ao sentido, considerado isoladamente, mas, antes de mais nada, graças às entoações e acentuações próprias” do discurso citado, graças à orientação apreciativa do discurso (BAKHTIN/VOLOCHINHOV, 2009, 198). Não encontramos nenhuma marca própria do discurso do outro e, “fora do contexto, não pode ser identificado como tal” (MAINGUENEAU, 2002, p. 153). A apreensão do discurso do outro, por meio de um DIL, instaura a polifonia no discurso, ou seja, temos uma *mistura* perfeita de duas vozes, sendo que “não se pode dizer exatamente que palavras pertencem ao enunciador citado e que palavras pertencem ao enunciador citante” (idem, p.153).

Essa é, ademais, nos termos de Bakhtin/Volochiniov (2009, p. 182.), “uma tendência, positiva, na apreensão ativa da enunciação de outrem, de uma orientação particular da interação do discurso narrativo e do discurso citado.” Desse modo, o próprio ato de reformulação do discurso do outro implica uma interação tensa entre discursos, entre sujeitos. Assim, o sentido do discurso citante é construído a partir da apreensão ativa do discurso de outrem.

Essa apreensão ativa implica, também, em um “julgamento de valor inerente a toda palavra viva, revelado pela acentuação e pela entoação expressiva da enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009, p. 198). Em outros termos, ao analisarmos o excerto em questão não estamos lidando apenas com estruturas sintáticas ou reformulações semânticas ocorridas entre dois discursos, mas estamos diante de um fenômeno discursivo-enunciativo de encontro entre dois discursos, do trabalho do autor

com a palavra do outro, da apreensão não passiva, mas totalmente ativa sobre a palavra do outro.

Essa apreensão avaliativo-valorativa é percebida no próprio movimento empreendido pelo autor diante das palavras de *Bakhtin (2003)* (discurso citado). Após citar *Bakhtin (2003)*, o autor comenta: *Seus pressupostos são importantes na relação de ensino-aprendizagem na escola, [...] (QUEIROZ, 2005)*. Ao avaliar como *pressupostos importantes*, o autor expõe uma série de argumentos para corroborar sua avaliação, mas, ao citar *Queiroz (2005)*, no fim dos argumentos, tem-se a impressão de que muita coisa dita pelo autor pertence a este último, a *Queiroz (2005)*. Assim, podemos perceber duas vozes, dois discursos misturados sem haver qualquer delimitação entre um e outro.

Além do mais, conforme sistematizamos no quadro 02 e explicamos no início deste capítulo, alguns esquemas de discurso citado, categorizados como *estilo linear tendendo ao estilo pictórico*, instauram a autoria no gênero discursivo monografia devido ao fato de que esses esquemas apresentam uma maior plasticidade e fragilidade nas fronteiras entre discurso citante e discurso citado, ou seja, tais esquemas possibilitam haver infiltração de entoações avaliativas do discurso citante sobre o discurso citado. Desse modo, as ocorrências a seguir evidenciam esse achado:

Costa Val (1994) cita, ainda, os **cinco fatores pragmáticos envolvidos na interação sociocomunicativa**, que estão situados “**nos usuários**”, quais sejam: **a intencionalidade**, que diz respeito ao propósito do produtor de produzir um texto coerente; **a aceitabilidade**, que refere-se à expectativa do receptor do texto de adquirir conhecimento e ser capaz de operar com o texto; **a situacionalidade** que seria a adequação do texto à situação sociocomunicativa; **a informatividade**, que reporta ao fato das ocorrências de um texto serem previsíveis ou não, conhecidas ou não, no que se trata do plano conceitual e formal e, o último componente seria a **intertextualidade**, recurso em que a compreensão de um dado texto depende do nosso conhecimento de outros textos. (M01, p. 22 destaque/negrito nosso)

No excerto acima, temos a recorrência de uma variante do discurso citado direto, a saber, o discurso direto substituído. O enunciador, nesse ponto do texto, dialoga com *Costa Val (1994)* sobre os fatores da textualidade. Notamos que a construção do parágrafo inteiro ocorre a partir do discurso de *Costa Val (1994)*, no entanto, apenas uma breve expressão é marcada como sendo citada literalmente “*nos usuários*”. Ou

seja, percebemos que o enunciador reproduz muito mais do discurso de *Costa Val (1994)* do que simplesmente a expressão entre aspas, conforme destacamos.

Assim, embora tenhamos destacado apenas os conceitos chaves da passagem, podemos dizer que as definições de cada um desses termos são encontradas em *Costa Val (1994)*. O fato é que o autor as reproduziu sem assinalar que tais palavras pertencem ao discurso citado, ou seja, o autor do enunciado diz em lugar do outro, assumindo seu lugar, rompendo com todas as fronteiras entre discursos.

A ocorrência em questão se assemelha aos casos apontados por Bakhtin/Volochiniov (2009) em que o discurso citado pode ser predominante sobre o discurso do narrador (discurso citante). Nesse caso, é o discurso citado que dissolve o discurso citante e, conseqüentemente, todo o contexto de citações começa a ser percebido como “fala de uma outra pessoa”.

Esse aspecto “[...] supõe um *paralelismo de entoações*, correndo na mesma direção a entoação do discurso do autor e o discurso substituído” do outro (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2009. p.178 grifo dos autores). Em tal caso, a não marcação do discurso que pertence a um outro, produz o efeito de que é o autor quem se encarrega de assumi-lo. Cabe lembrar que, conforme Grilo (2010), nesse tipo de discurso não temos a referência explícita ao outro, mas reconhecemos sua voz por meio do conteúdo semântico dos enunciados. É exatamente o que encontramos no excerto em tela, ou melhor, as fronteiras que separam o discurso citado do discurso citante estão praticamente apagadas. Além disso, o discurso citante é praticamente construído a partir do discurso citado, fazendo com que as entoações do discurso citado e do discurso citante se apresentem de forma entrelaçadas, comungando da mesma orientação axiológico-temática. Nesse caso, estamos diante do *discurso bivocal* (GRILO, 2010).

Dito isso, passaremos a analisar outra variante do discurso DD mobilizada na construção de sentido das monografias analisadas: o *discurso direto esvaziado*. Esse, com suas peculiaridades, também, configura-se como marcador de autoria enunciativa. Atentemos para a ocorrência seguinte:

Os gêneros textuais circulam na sociedade sob as mais diversas formas, enquadrando aspectos verbais, visuais e sonoros. Essa grande circulação implica afirmar que todos os indivíduos, sejam eles letrados ou não, se é que existem pessoas iletradas, praticam e convivem com diferentes gêneros. É certo que, alguns indivíduos, com diferentes graus de letramento, mais consomem do que produzem determinados gêneros de acordo com o

leque social em que circulam, tendo em vista que, quando se manifestam sob forma escrita, não podem ser apreendidos por todos, pois **devemos levar em consideração que nem todos os usuários da língua são alfabetizados. Essa questão da escrita revela-se ainda como forma de dominação e poder, já que vivemos em uma sociedade predominantemente “grafocêntrica”**. “Trata-se de um mundo decididamente grafocêntrico em que o letramento é um fato onipresente com uma enorme crença na escrita e no seu poder e até mesmo no seu papel manipulador”. (MARCUSCHI, 2006, p. 13). (**M03, p. 23** destaque/negrito nosso)

No evento em questão, temos a ocorrência da variante *discurso direto esvaziado* (variante do DD). Percebemos que o contexto do discurso citado é construído de tal forma a antecipar e lançar sombras sobre o DD. No excerto, o DD aparece na parte final, tendo todo um contexto que o precede. De forma mais específica, o autor antecipa o tema, os valores, as reflexões do DD de tal forma a promover uma semelhança entre o discurso citante e o discurso citado. Uma coerência de conteúdo é estabelecida, portanto.

O autor de **M03** discorre, no trecho em destaque, sobre as diversas formas de gêneros textuais que circulam na sociedade, destacando a relação entre letramento, escrita e poder. O trecho em destaque evidencia uma antecipação dos dizeres de *Marcuschi (2006, p. 13)*. Tanto é que a expressão “*grafocêntrica*”, que aparece antes da citação, foi grafada com aspas por pertencer ao discurso citado, ou seja, o discurso citante, ao mesmo tempo em que constrói um cenário para o discurso citado, é construído a partir dele.

Nesse caso, chegamos a um ponto importante, a saber, a antecipação da enunciação citada condiciona a construção de sentido. Assim, mesmo nos casos de DD, não temos uma reprodução objetiva e neutra do discurso de outrem, mas uma apreensão subjetiva e ativa. Cabem aqui os dizeres de Maingueneau (2002, p. 141), ao entender que “por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal.”

Nesse tipo de ocorrência, contexto autoral se *entrecruza* com o discurso do outro, estabelecendo *interferências* um no outro. Essas interferências são percebidas, entre outras, na construção sintática, no estilo, na aparição de ilhotas textuais – o termo “*grafocêntrica*” no trecho em análise, por exemplo –, pertence ao discurso citado, mas

aparece anteriormente no contexto do discurso citante. Algo semelhante ocorre com outra variante de DD: o discurso direto preparado. Vejamos o seguinte caso:

Marcuschi (2008), em seu trabalho mais recente sobre os processos de produção textual, discute a questão da textualidade enfocando a sua inserção situacional e sociocultural. **O autor reconhece que** todo texto tem suas relações co-textuais, que se dão entre os próprios elementos internos, como por exemplo, no caso das anáforas, por isso **ressalta que “sem língua não há texto”** (p. 87).

Contudo, **o autor afirma que** “sem intencionalidade e inserção cultural, não há como interpretar o texto” (2008, p. 87), isso porque a compreensão efetiva de uma realização linguística só pode se realizar numa determinada situação contextual.

Nesses termos, numa posição sociointerativa, o texto é concebido por Marcuschi (2008, p. 88) como “unidade máxima de funcionamento da língua”, em que a textualidade é garantida pela discursividade, inteligibilidade e articulação que ele põe em andamento. (**M01, p. 22** destaque/negrito nosso)

No evento em destaque, temos uma construção discursiva formada por duas vozes, dois enunciadores, dois momentos: o autor do discurso citante (aqui e agora) e *Marcuschi (2008)* (o outro discurso, dito em outro momento). O autor estabelece uma alternância entre vozes: ora ele assume o enunciado, ora o atribui a Marcuschi. Ocorre aqui o que fora constatado por Grilo (2010) na análise que faz da presença do discurso direto preparado em textos de divulgação científica. Segundo Grilo (2010, p. 63), “a alternância entre contexto narrativo e discurso direto, [...] funciona no sentido de equilibrar o avanço semântico-temático da reportagem”. Já no caso em destaque, a alternância entre discurso citante e discurso citado promove o desenvolvimento e a progressão temática.

Nesse jogo de alternâncias, ao preparar o cenário do DD, o autor, ao mesmo tempo em que consegue enfraquecer as fronteiras entre discursos, infiltra suas entoações avaliativas no discurso citado. No evento em destaque, o discurso citado entre aspas é antecedido e preparado pelo autor do discurso citante. Isso é feito por meio de avaliações, comentários, enfim, o discurso citado é introduzido e tem seu conteúdo avaliado pelo contexto que o introduz. Vejamos, por exemplo, como o autor avalia o posicionamento de Marcuschi (2008): *O autor reconhece que [...]*. Ao dizer que Marcuschi reconhece, o autor imprime uma avaliação sobre a própria postura de Marcuschi em relação ao assunto, sendo *reconhecer* um verbo que indicar uma volta

sobre algo conhecido com uma mudança de atitude. Além disso, a expressão *reconhece* diz da postura do outro autor, de Marcuschi.

Com relação ao uso desse verbo, Maingueneau (2002) nos diz que eles influenciam na interpretação e recepção do discurso citado. Para esse estudioso, portanto, “[...] a escolha do verbo introdutor é bastante significativa, pois condiciona a interpretação, dando certo direcionamento ao discurso citado” (idem, p.150). Não podemos deixar de frisar o fato de que existe uma *escolha* do verbo introdutor por parte do autor do discurso citante. Essa escolha aponta para um trabalho ativo do sujeito/autor no processo de construção de sentidos, como já mencionamos em outra parte deste trabalho.

Ademais, o uso de *ressalta que* e *o autor afirma que* para introduzir o discurso citado entre aspas guia a interpretação desse discurso, indicando força argumentativa. Ou seja, mesmo em casos de discurso citado de forma literal o contexto autoral povoa esse discurso com avaliações, colorindo-o com entoações apreciativas e conduzindo, por sua vez, a construção de sentido. Portanto, o caso em análise mostra que o contexto enunciativo do discurso citante age de forma a fazer com que o autor infiltre sua entoação, sua avaliação no discurso de outrem. Estamos diante, portanto, daquilo que o Círculo de Bakhtin chamou de *fundo perceptivo*, no qual o DD é introduzido, tendo seu conteúdo comentado, avaliado.

A ocorrência do discurso direto preparado no excerto anterior aponta para o fato de que o contexto enunciativo do discurso citante age como um *fundo perceptivo* no qual o DD é introduzido, tendo seu conteúdo comentado, avaliado. Convém retomarmos a ilustração utilizada por Bakhtin/Volochinov (2009, p. 173), a saber, “[...] quando reconhecemos uma personagem cômica no palco por seu estilo de maquilagem, sua roupa e sua atitude geral, já estamos prontos a rir mesmo antes de apreender o sentido de suas palavras”. Acrescentamos a essa ilustração o seguinte: assim como o personagem cômico precisa de palavras para fazer rir – sua presença é parte, mas não o todo do show –, o discurso citado e o discurso citante estão sempre numa relação dialógica dinâmica, integral e completa.

Com isso, estamos mostrando a relação existente entre discursos, o que não se trata apenas de questões sintáticas, mas da natureza dialógica do discurso materializada nas variantes de DD. Ou seja, todo o cenário do discurso citante é um palco de sentidos. Um palco vivo que prepara a enunciação de um outrem. Assim como o personagem

cômico faz rir somente por sua presença (sem palavras), o discurso citante promove sentidos que antecipam e preparam aqueles do DD.

Outro aspecto que destacamos diz respeito às formas, aos movimentos de retomada do discurso do outro. Esses são movimentos pelos quais o autor infiltra suas entoações avaliativas sobre o discurso citado. Nesse caso, os movimentos de retomada se configuram pontos de marcação de subjetividade, de autoria, de apropriação da palavra em relação aos outros discursos que perpassam o discurso do autor. Os próximos eventos discursivos visam ilustrar esse aspecto constatado no *corpus* da pesquisa.

A proposta dessa pesquisa é conhecer as metodologias empregadas pelo professor na prática de produção de textos em aulas de língua materna no Ensino Fundamental, especificamente no 8º Ano. Nestes termos, trata-se de uma pesquisa descritiva, considerando-se que, conforme Andrade (1993, p. 98) “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que, o pesquisador interfira neles”. Isto significa dizer que os fenômenos pesquisados não serão manipulados pelo pesquisador.

Por se tratar de uma pesquisa que investiga a prática adotada pelo professor na produção escrita, e esta, se constitui, a partir dos significados das situações vivenciadas no cotidiano, adotamos uma abordagem qualitativa, pois, de acordo com Minayo (1994, p. 22), essa pesquisa “está direcionada para a investigação dos significados das relações humanas em que suas ações são influenciadas pelas emoções e/ou sentimentos aflorados diante das situações vivenciadas no dia-a-dia”. **Isso implica dizer que o sujeito observador não reduz sua investigação a um rol de dados isolados, com base em teorias explicativas; o sujeito nesse sentido é parte integrante do processo de conhecimento, tendo em vista que este observa, analisa e correlaciona os fatos, atribuindo-lhes um significado.** (M02, p. 37 destaque/negrito nosso)

Este trecho em destaque é parte do capítulo metodológico de **M02**, em que são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa. Assim, o autor mobiliza estudiosos que se dedicaram a essas questões, a exemplo de *Andrade (1993)* e *Minayo (1994)*. No entanto, não são propriamente os esquemas de discurso citado que queremos frisar, mas o movimento de retomada desses discursos.

O ato de retomar o discurso citado constitui um aspecto importante da construção de sentidos da monografia. Esse movimento mostra a alternância entre discursos, o jogo de atribuição e assunção de pontos de vista. Por isso, concebemos os movimentos de retomada do discurso citado como aspectos instauradores da autoria, tendo em vista um trabalho do autor a partir do (e em relação ao) discurso do outro.

No segundo parágrafo do trecho, percebemos que o autor diz que adota uma *abordagem qualitativa* e utiliza um discurso citado direto visando conceituar esse tipo de abordagem. Logo após citar o dizer de *Minayo (1994)*, o autor retoma-o. A retomada começa com *Isso implica dizer que* e sugere uma tentativa de explicar, esclarecer, mostrar de forma prática o dito no discurso citado.

Ademais, notamos como a retomada tenta tornar mais claro e prático algo que está no nível dos conceitos teóricos, ou seja, o autor reproduz o conceito de *pesquisa qualitativa* de forma direta e, em seguida, procura explicar como esse conceito funciona na prática. Isso mostra, também, que o discurso do outro sofre a infiltração de comentários, avaliações por parte do autor. Ao observarmos o caso acima, percebemos que o movimento de retomada lança uma interpretação sobre o discurso citado. Portanto, o movimento de retomada é, antes de qualquer coisa, uma ação interpretativa, é um *isso implica dizer que...*

Nessa mesma linha, vejamos mais um caso de retomada do discurso citado extraído de **M03**.

Marcuschi (2006) prossegue seu pensamento **afirmando a dinamicidade e flexibilidade dos gêneros**:

[...] o gênero é essencialmente flexível e variável, tal como o seu componente crucial, a linguagem. Pois assim como a língua varia, também os gêneros variam, adaptam-se, renovam-se e multiplicam-se. Em suma, hoje, a tendência é observar os gêneros pelo seu lado dinâmico, processual, social, interativo, cognitivo, evitando a classificação e a postura estrutural. (p.24).

A afirmação possibilita-nos dizer que os gêneros variam, se modificam e se adequam aos objetivos e intenções dos indivíduos em seu processo de comunicação coletiva. Esse construto varia também devido às **evoluções tecnológicas que vão surgindo**, tais como: **o telefone, o rádio, a televisão, a internet e outras**, para poderem atuar, de acordo com as necessidades dos usuários, de maneira dinâmica, abrindo espaço para que novos gêneros surjam e possam ser derivados de outros de acordo com essas necessidades. (**M03, p. 22** destaque/negrito nosso)

Nesse excerto (primeiro capítulo teórico de M03), encontramos uma discussão acerca dos gêneros textuais e temos como discurso citado os dizeres de *Marcuschi (2006)*. Inicialmente, destacamos o fato de que o contexto autoral antecipa o conteúdo do discurso citado. Temos assim: *Marcuschi (2006) prossegue seu pensamento afirmando a dinamicidade e flexibilidade dos gêneros*: [...]. O contexto autoral, nesse caso, resume em termos chave o conteúdo do discurso citado e de fato o discurso citado

visa mostrar a *dinamicidade e a flexibilidade dos gêneros*. O autor, portanto, opera uma síntese do conteúdo do discurso citado. Assim, embora não se constitua fonte original do sentido, não podemos negligenciar que “o sujeito *age* com a língua/linguagem, ele realiza determinadas ações com a língua/linguagem” (FRANCELINO, 2007, p. 57 grifo do autor).

Feita essa observação, voltamos nossa atenção para o movimento de retomada do discurso citado no fragmento em análise. O autor mobiliza dizeres de Marcuschi (2006) para argumentar em favor da natureza *flexível e variável* dos gêneros, *tal como o seu componente crucial, a linguagem*. O conteúdo da citação direta ressalta o fato de que a língua e os gêneros variam. Após a citação do dizer de Marcuschi (2006, p. 24) de forma direta, o autor, como que retomando a linearidade discursiva e assumindo a palavra, age sobre o discurso citado, parafraseando-o e colorindo-o com comentários que expandem seu sentido. Assim, temos, logo nas palavras iniciais da retomada, um gesto que visa retomar o sentido do discurso citado e, ao mesmo tempo, expandir esse sentido, a saber: *A afirmação possibilita-nos dizer que [...]*.

Notemos que foi feita uma retomada de noções presentes no discurso citado como, por exemplo, *gêneros variam, são dinâmicos*. Por outro lado, a retomada amplia a discussão ou pelo menos tenta torná-la mais acessível, mais clara, mais objetiva ao trazer as *revoluções tecnológicas que vão surgindo, tais como: o telefone, o rádio, a televisão, a internet e outras, para poderem atuar, de acordo com as necessidades dos usuários, de maneira dinâmica*. Outro aspecto presente no comentário e que não consta na citação é o de que *os gêneros variam, se modificam e se adequam aos objetivos e intenções dos indivíduos em seu processo de comunicação coletiva*.

Esses aspectos elencados corroboram o ponto central desse tópico, a saber, o discurso citante não permanece inerte, apagado, silenciado diante dos discursos dos outros. Quando atentamos para as formas de retomada, por exemplo, percebemos que é da relação entre discurso citante e discurso citado que se materializa o estilo de linguagem, a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais e a construção composicional (BAKHTIN, 2011). Até porque as questões envolvendo o discurso citado precisam ser compreendidas como resultado da interação entre sujeitos enunciadoreis.

Outro aspecto relevante é que embora as palavras dos outros tragam consigo certos tons valorativos, o sujeito autor as assimila, reacentuando-as. Conforme nos

mostra Bakhtin (2011), os enunciados podem ser isolados, destacados como pertencentes a um outro e serem introduzidos no enunciado, estabelecendo assim relações dialógicas. “A entonação que isola o discurso do outro (marcado por aspas no discurso escrito) é um fenômeno de tipo especial: é uma espécie de *alternância dos sujeitos do discurso* transferida para o interior do enunciado”, comenta Bakhtin (2011, p. 299).

Os limites estabelecidos entre o discurso citado e o citante, no entanto, ao mesmo tempo em que criam uma alternância entre sujeitos, são aí enfraquecidos. Bakhtin (2011) percebeu esse aspecto de forma muito clara ao dizer que

[...] a expressão do falante penetra através desses limites e se dissemina no discurso do outro, que podemos transmitir em tons irônicos, indignados, simpáticos, reverentes (essa expressão é transmitida com o auxílio de uma entonação expressiva – no discurso escrito é como se a adivinhássemos e a sentíssemos graças ao contexto que emoldura o discurso do outro – ou pela situação extraverbal – ela sugere a expressão correspondente). (BAKHTIN, 2011, p. 299, grifo do autor).

Tal aspecto decorrente do discurso citado manifesta a autoria porque estamos diante de um trabalho do sujeito com a linguagem em diálogo com outros discursos. Ou seja, cada entoação revela um modo subjetivo pelo qual o sujeito autor apreende o discurso do outro. Isso ocorre porque os limites estabelecidos entre o discurso citante e o discurso citado são uma construção do sujeito do discurso citante. Isto é, o discurso do outro, ao ser introduzido no discurso do sujeito autor, passa sempre por um processo de *entonação avaliativo-expressiva*.

E não apenas isso, é esse trabalho do sujeito com a linguagem que delega a ele uma função de *criador*, de autor do enunciado. “A seleção do conteúdo e a seleção da forma constituem um e o mesmo ato estabelecendo a posição básica do criador; e neste ato uma e a mesma avaliação social encontra expressão”, comentam Volochinov/Bakhtin (1926, p. 12). Seguindo essa linha de pensamento, Possenti (2009, p. 121) ressalta que “os traços da atividade do sujeito estão frequentemente marcados em pequenos textos construídos sobre os outros.” Ao deixar os traços de sua atividade visíveis, o trabalho com/na língua(gem) do sujeito enunciadador pode ser encontrado em qualquer discurso.

Neste ponto, são pertinentes as observações tecidas por Flores e Teixeira (2013, p. 52), ao mostrarem que o sujeito é concebido “[...] na interação com o outro, sendo atribuído a ele o papel criativo no processo de composição do sentido, podendo, por sua entoação expressiva, desestabilizar as redes instituídas.” Nada mais apropriado para esse ponto da discussão. Já mostramos que o autor aparece como o organizador e orquestrador dos elementos linguístico-enunciativos na construção discursiva, mais precisamente mostramos como esse autor mobiliza os dizeres de outrem. No próximo ponto, vamos nos deter em outro aspecto observado na leitura do *corpus* e que também configura a autoria.

3.4 O autor posiciona o discurso do outro como parâmetro/base para avaliar determinado evento

As reflexões sobre autoria na monografia de conclusão de curso, a partir dos esquemas de apreensão do discurso de outrem, conduziram nossa leitura ao seguinte aspecto: a autoria se configura no movimento do autor em posicionar o discurso do outro como parâmetro/base para avaliar determinado evento. Esse movimento do autor não pode ser compreendido sem dotarmos “de uma orientação sociológica o fenômeno de transmissão da palavra de outrem”, conforme Bakhtin/Volochinov (2009, p. 149). Desse modo, entendemos, com Cunha (2008), que o discurso citado, ao retomar outra enunciação, não é uma transmissão desinteressada de uma forma puramente linguística. Nessa perspectiva, destacamos ocorrências que mostram o trabalho do autor com a palavra de outrem:

Como se pode notar pelo fragmento do texto (01), a referência às atividades de varrer a rua, trabalhar em roçado e tecer rede é retomada posteriormente pela expressão *trabalho forçado* que, além de funcionar como elemento coesivo, permite também a expressão de um ponto de vista. Isso caracteriza o uso do recurso coesivo da caracterização situacional.

O mesmo acontece no fragmento do texto (09), em que a sequência linguística, *comida!? dia tinha, dia não tinha* é retomada por outra, *desgraçada dificuldade*, que caracteriza ou qualifica a situação contextual vivida.

Desse modo, **conforme Antunes (2005, p. 114), esse tipo de substituição** “além de promover a continuidade do texto, sinaliza a percepção com que o objeto é visto numa determinada situação”. Isso

significa dizer que, um mesmo objeto, situado em diferentes contextos, pode receber variadas caracterizações. (**M01, p. 52** destaque/negrito nosso)

O excerto em destaque foi retirado do capítulo de análise de **M01** em que é feito um estudo acerca do emprego dos recursos reiterativos nos textos de alunos do Ensino Fundamental. A seção de análise do gênero monografia de conclusão de curso é um momento em que o autor se volta para seu objeto de estudo, mas ele não faz esse trabalho desacompanhado, convoca outras vozes para dizer com ele. Constatamos que, ao tecer um comentário interpretativo sobre fragmentos de textos, o autor traz dizeres de Antunes (2005) para ratificar tal comentário.

Desse modo, o discurso do outro é mobilizado com uma finalidade específica, a saber, corroborar um comentário interpretativo feito pelo autor. Ele cita os dizeres de Antunes (2005) para explicar o funcionamento da *substituição*, ou seja, o discurso do outro é mobilizado para explicar, para analisar determinada ocorrência.

Com isso, por exemplo, o autor utiliza a noção de *promover a continuidade do texto* como explicação central para os recursos de repetição, mas tal noção não lhe pertence, mas pertence a Antunes (2005). Em outros temos, podemos dizer que o discurso de outrem é o fundamento a partir do qual o autor desenvolve seu ponto de vista. Isso é mais evidente ao entendermos que, nas análises, o autor identifica elementos coesivos, elementos de retomada, mas faz isso somente a partir de Antunes (2005). Isso implica dizer que o autor assume um ponto de vista a partir do discurso do outro, do *já dito*. A necessidade de citar o discurso do outro nessa parte da análise mostra como esse outro é fundamental para construir um ponto de vista sobre o objeto analisado.

Na verdade, o *outro* é necessário para a constituição autoral no âmbito da escrita acadêmica. Tal aspecto se alinha ao que diz Bakhtin, a saber, o sujeito é constituído reflexivamente pelo conhecimento do outro no discurso. Ao discutir a subjetividade nos casos de discurso de outro, Possenti (2009, p.51) chega a dizer que “é como se se tratasse de casos de subjetividade mostrada”. Flores e Teixeira (2013, p. 53) ressaltam que “[...] o estudo do discurso citado contempla a intersubjetividade, trazendo a questão do ‘outro’ de maneira concreta, como dimensão constitutiva da linguagem.” Portanto, cabe assinalar que o discurso citado se apresenta como recurso de análise da

subjetividade enunciativa, tendo em vista o trabalho do sujeito enunciador no manejo das vozes de outrem.

A partir da leitura do *corpus* é percebido que os sentidos do discurso são produzidos no âmbito da intersubjetividade. Os sujeitos se constituem nas relações com outros. Evocando aqui as palavras de Sobral (2013, p. 77), “é no plano da intersubjetividade que se define a própria subjetividade: torno-me eu entre outros eus, ou seja, é na relação intersubjetiva que me reconheço como individualidade, como sujeito, portanto.”

Vejamos a seguir mais um caso semelhante ao analisado.

Dessa forma, o professor e o aluno comungam com a ideia de que para falar e escrever eles precisam seguir a norma padrão. O principal pressuposto dessa tradição normativa é de que a tarefa do ensino é substituir a variante não padrão pela padrão. Os supostos “erros linguísticos”, vistos por professores e também pelos alunos, como podemos perceber, podem desencadear uma série de avaliações negativas, gerando assim o preconceito linguístico, que faz parte de uma triste coleção de inverdades e distorções que povoam a mente de muitas pessoas, inclusive de muitos educadores.

Diante de tais evidências, na visão de Bagno (2004), o professor ao invés de chamar a atenção dos alunos para os chamados “erros” cometidos, deveria na verdade chamar a atenção para a complexidade dos fenômenos da língua, mostrando que esses fenômenos têm lógica e que também existem regras gramaticais agindo sobre eles, mas que são simplesmente regras de uma outra gramática e não da gramática tradicional, destacando o valor social que é atribuído aos usos linguísticos. (M05, p. 65 destaque/negrito nosso)

Em **M05** temos um trecho da seção de análise em que o enunciador analisa questionários aplicados aos professores e aos alunos de uma turma do Ensino Fundamental. De forma mais específica, ele faz uma relação entre as respostas dos alunos com as dos professores sobre o tratamento dado às variedades linguísticas no ambiente escolar. Desse modo, o primeiro parágrafo do recorte acima apresenta um comentário interpretativo por parte do autor. Nesse comentário, algumas conclusões são apresentadas como, por exemplo, *o professor e o aluno comungam com a ideia de que para falar e escrever eles precisam seguir a norma padrão [...]*.

Após citar as conclusões, no parágrafo seguinte, o autor apresenta um ponto de vista de Bagno (2004) sobre a questão, mas faz isso de forma muito peculiar: a visão de Bagno (2004) é colocada de forma a se posicionar diretamente sobre o fato em questão. Vejamos: *Diante de tais evidências, na visão de Bagno (2004), o professor [...]*. Desse

modo, o dizer de Bagno (2004) é citado para explicar as *evidências* citadas anteriormente. Vemos, assim, que o discurso citado aparece como suporte, como autoridade a partir da qual o autor apresenta um ponto de vista.

Um aspecto importante nessa discussão diz respeito ao papel, muitas vezes, inquestionável do discurso de outrem, de sua função “soberana” no discurso, em que sua presença é suficiente por si mesma. Dizemos isso em decorrência da análise dos eventos supracitados em que o discurso do outro é a voz da autoridade, contendo a explicação correta e inquestionável dos acontecimentos.

No entanto, isso não silencia a presença autoral, mas mostra uma face dela, aproximando-se, talvez, daquilo que Tfouni (2006) entendeu como *estruturador* e *organizador* de discurso. Nesse caso, o discurso citante posiciona o discurso citado de forma a fazer com que esse último sirva de base, de parâmetro para avaliar determinado acontecimento. Esse discurso citado, portanto, é a base de sustentação, é o outro discurso sobre o qual o discurso citante é construído em direção ao objeto de análise.

Um outro procedimento importante na proposta do professor é a escrita compartilhada, coletiva. Esse procedimento confere à linguagem uma abordagem dialógica, interacional, nos moldes propostos por Bakhtin (1997), conforme Bunzen (2006). **Para o autor**, aprendemos a escrever na relação com o outro, por meio da interação verbal, **daí a importância de trabalhar além da escrita individual, a coletiva, pois através dela o aluno interage com os colegas em sala de aula, bem como com o próprio professor, mediador desse processo.** Além desse procedimento, o professor afirma ainda que a escrita parte sempre de um conteúdo abordado. **Assim o aluno não escreve do nada ou sobre “qualquer coisa”, mas já terá noção sobre o que dizer, uma das preocupações do aluno ao escrever, ato que implica ainda saber como dizer, para quem dizer e para que dizer, conforme nos propõe Geraldi (1993).** (M04, p. 62-63 destaque/negrito nosso)

Nesse outro caso, temos a análise de questionários aplicados a professores de língua portuguesa sobre os critérios de seleção dos gêneros utilizados nas aulas de produção textual no curso de Letras. Inicialmente, temos um comentário apreciativo por parte do autor ao avaliar que *Um outro procedimento importante na proposta do professor é a escrita compartilhada, coletiva.* Ao tecer esse comentário avaliativo-interpretativo o autor, longo na sequência, recorre a um *já dito* para fundamentar sua interpretação: *Esse procedimento confere à linguagem uma abordagem dialógica, interacional, nos moldes propostos por Bakhtin (1997), conforme Bunzen (2006).*

Logo, percebemos que um empreendimento avaliativo por parte do autor não ocorre isolado ou ao lado de outros discursos, mas exatamente a partir desses outros, baseando-se neles.

O restante do excerto em destaque é construído basicamente na dependência de outro ponto de vista, de um já dito, e é a partir desse outro discurso que o autor avalia as respostas dos professores presentes na aplicação dos questionários. Diante do fragmento em evidência, percebemos um movimento muito recorrente no manejo com os discursos de outrem, a saber, o autor mobiliza A (outros discursos) para avaliar/analisa B (um determinado evento). Uma variação possível dessa lógica é (as análises anteriores mostram esse movimento) o sujeito-autor avalia/analisa B citando A.

Em todo caso, o autor maneja o discurso citado para, a partir dele, construir uma avaliação/comentário/ponto de vista sobre determinado assunto/objeto. Podemos afirmar, então, que a autoria do gênero monografia se constrói não simplesmente pela presença de outros discursos no discurso do autor, mas no *como* esses outros discursos são mobilizados para construir determinadas avaliações. Usando um termo de Possenti (2009b, p. 116), poderíamos dizer que esse movimento se configura em *indícios*, em uma marca da *intervenção do sujeito* no e a partir do discurso do outro.

Conforme a análise, portanto, temos evidências favoráveis da constituição da autoria a partir das ocorrências dos esquemas de discurso citado, principalmente quando consideramos o domínio ou instância do linguístico-discursivo. Assim, considerando os esquemas de apreensão do discurso de outrem, a autoria se constitui a partir da (i) administração das vozes consonantes e dissonantes que atravessam a enunciação; (ii) da criação de fronteiras, estabelecendo alternância entre o discurso citante e o discurso citado; (iii) da infiltração de entonação expressivo-valorativa no discurso do outro e (iv) do posicionamento do discurso do outro como parâmetro/base para avaliar determinado evento. Esses aspectos ocorrem no domínio do linguístico e, nele, “o sujeito marca sua posição autoral, deixando-se evidenciar a partir de pistas materiais, empíricas, que conduzem o analista a pontuar, [...], gestos de autoria”, como bem salienta Francelino (2007, p. 101). E não apenas isso, esse mesmo pesquisador mostra como a abordagem do discurso citado endossa a teoria dialógica e socioaxiológica da comunicação verbal humana.

Ao pensar o discurso citado numa perspectiva dialógica, notamos como a palavra do outro atravessa o discurso do autor por meio dos mais diversos modos de

discurso citado, indo de uma repetição literal à alusão, passando por todos os tipos de paráfrase e reelaboração da palavra, do ato de fala, do conteúdo, da entoação expressiva etc. Conforme Cunha (2008, p. 135), “essa diversidade resulta do processo de compreensão responsiva, expressa no contexto narrativo que introduz o discurso citado, da finalidade da transmissão e do destinatário para quem o discurso do outro é elaborado”. Com isso, o estudo do discurso citado toca em questões como *inter-relação dinâmica entre o contexto narrativo e o discurso citado* e a manipulação da palavra alheia.

Ao longo da análise, fica evidente, ainda, a heterogeneidade mostrada no discurso, perpassando todo o gênero discursivo monografia de conclusão de curso. É em meio a uma pluralidade de vozes que o autor constrói sentidos, concordando com umas e discordando de outras. O diálogo com outras vozes instaura, no fio do discurso, a metaenunciação, as “lutas do sujeito com as diversas heterogeneidades enunciativas que se instauram nas relações sociais com outros interlocutores” (FRANCELINO, 2007, p. 101-102).

Os esquemas de apreensão e transmissão do discurso de outrem são formas pelas quais a língua registra a impressão acerca do discurso de outrem e revela a personalidade do locutor. Além disso, essas formas de transmissão refletem as condições sociais de cada época e, podemos dizer, de cada gênero discursivo, já que são esses que organizam as atividades sociais. Nesse sentido, estudar as formas de apreensão e transmissão do discurso de outrem é lidar com um fenômeno sociológico da enunciação. Dito isso, caminhamos para algumas considerações finais, sendo necessário retomarmos algumas questões, antes de fazermos os comentários conclusivos.

CONCLUSÃO

Situada na perspectiva discursivo-enunciativa oriunda dos estudos do Círculo de Bakhtin, esta pesquisa empreendeu uma investigação sobre a constituição da autoria no gênero discursivo monografia de conclusão de curso de Letras, a partir dos esquemas de apreensão do discurso de outrem. Durante esta investigação, mostramos que a autoria vem recebendo tratamento diverso ao longo dos tempos e, diante disso, sempre que foi possível, fizemos algumas aproximações entre a perspectiva enunciativa do Círculo com outras perspectivas como, por exemplo, com os estudos desenvolvidos no âmbito da Análise do Discurso de linha francesa (AD).

De forma mais precisa, a questão inicial que norteou essa pesquisa foi: como os esquemas de apreensão do discurso de outrem configuram/instauram a autoria em monografias de conclusão de curso de Letras? A partir dessa questão, identificamos e analisamos os esquemas de discurso citado mobilizados na construção do gênero discursivo monografia e, ao mesmo tempo, mostramos como esses esquemas marcam/constituem a autoria enunciativa. Para isso, analisamos um *corpus* composto por cinco monografias de conclusão de curso produzidas por estudantes do curso de Letras, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, do *Campus* avançado Profª. “Maria Eliza de Albuquerque Maia”, da cidade de Pau dos Ferros, no ano de 2012.

A partir da investigação do *corpus*, pudemos chegar a algumas conclusões, seguindo os objetivos estabelecidos. Quanto ao primeiro objetivo específico, foi possível identificar esquemas de apreensão e transmissão do discurso de outrem que se enquadram no *estilo linear*, quais sejam, o discurso citado direto (DD) e o discurso direto contextualizado, sendo que esses se caracterizam por estabelecer fronteiras mais claras, mais rígidas entre o discurso citante e o discurso citado.

Ademais, identificamos e analisamos esquemas que se enquadram no *estilo pictórico*, a saber, discurso citado indireto (DI), discurso indireto analisador do conteúdo, discurso indireto analisador da expressão, discurso direto livre (DDL), discurso indireto livre (DIL). Além desses, identificamos alguns esquemas que, pelas características estruturais e funcionais, foram classificados como *estilo linear tendendo ao estilo pictórico*, são eles: discurso direto substituído (variante do DD), discurso direto esvaziado (variante do DD) e discurso direto preparado (variante do DD). Tanto os esquemas que pertencem ao estilo pictórico quanto os que pertencem ao estilo linear

tendendo ao estilo pictórico, em comparação com os esquemas do estilo linear, são mais tendenciosos a permitir a infiltração de entoações apreciativo-valorativas do sujeito-autor sobre o discurso do outro.

A partir desses esquemas de discurso citado, voltamos nossa atenção para os aspectos decorrentes dos mesmos e que, de forma efetiva, constituem a autoria, cumprindo, assim, o segundo objetivo específico desta pesquisa. Desse modo, foi possível constatar que a autoria se constitui no gênero monografia a partir de alguns aspectos que envolvem o autor e a pluralidade de vozes outras que são mobilizadas no discurso, em outros termos, a autoria se constitui na relação estabelecida entre discurso citante e discurso citado. Constatamos, assim, que (i) o autor administra as vozes consonantes e dissonantes que atravessam sua enunciação; (ii) o autor cria fronteiras, estabelecendo alternância entre o discurso citante e o discurso citado; (iii) o autor infiltra sua entonação expressivo-valorativa no discurso do outro; (iv) o autor posiciona o discurso do outro como parâmetro/base para avaliar determinado evento.

O primeiro aspecto mostra um agir orquestrante do sujeito-autor no manejo com os outros discursos. Nesse caso, constatamos como o autor posiciona as vozes de pesquisadores de determinada área do conhecimento, fazendo-as entrar em concordância ou discordância e, em outras vezes, utilizando-as para estabelecer uma relação com seu próprio discurso. No segundo aspecto, um outro movimento é destacado, a saber, o autor marca pontos de pertencimento no discurso, delimitando fronteiras entre o discurso citante e o discurso citado. O jogo de assunção e atribuição de enunciados, de alternância de sujeitos no discurso é aqui percebida na trama enunciativo-discursiva. Essa alternância cria efeitos de pertencimento e estabelece a individualidade do sujeito em relação a outros sujeitos, marcando, também, a presença de outros enunciados no enunciado. Como bem disse Bakhtin (2011, p. 275), “os limites de cada enunciado concreto como unidade da comunicação discursiva são definidos pela *alternância dos sujeitos do discurso*, ou seja, pela alternância dos falantes”.

O terceiro aspecto revela de forma mais explícita que os esquemas de discurso citado não são mobilizados pelo autor de forma neutra, imparcial. Cabe dizer que os outros aspectos também revelam esse efeito de sentido, mas é o terceiro aspecto, conforme visto, que marca tal efeito de forma mais forte. As análises das ocorrências mostraram que o autor infiltra suas apreciações valorativas sobre o discurso citado.

É importante salientar que todo discurso citado, por ser extraído de um outro discurso e introduzido no discurso do autor, já sofre uma interferência, uma avaliação, um recorte, uma ação do autor. Desse modo, alguns esquemas, como os analisados aqui, são mais propícios a uma interferência do autor. Nesse sentido, ao classificarmos os esquemas de discurso citado, considerando esse aspecto, estamos pensando em termos de fronteiras mais frágeis e fronteiras mais rígidas, sendo que os esquemas com fronteiras mais frágeis sofrem mais interferência do sujeito-autor.

O último aspecto analisado mostra um outro lado da autoria a partir dos esquemas de discurso citado. Ele revela o modo como o sujeito-autor mobiliza o discurso de outrem para apresentar um ponto de vista, avaliar uma situação, posicionar-se em relação a esse outro e em relação ao objeto de discurso/tema. Esse aspecto materializa o fato de que todo discurso é produzido a partir de outros discursos. Mostra, ainda, a necessária relação entre o sujeito-autor do gênero monografia com outras vozes, já que é a partir delas (vozes) que ele (autor) constrói determinado tema/objeto.

Ademais, considerando as categorias elencadas, cabe dizer que a autoria se constitui na relação entre vozes diversas. No diálogo com a palavra do outro, “os enunciados outros podem ser recontados com um variado grau de reassimilação” (BAKHTIN, 2011, p. 297). Ao longo da discussão, o dialogismo foi base pressuposta, tendo em vista que consideramos a “[...] seleção de recursos linguísticos e entonações, determinada não pelo objeto do próprio discurso mas pelo enunciado do outro sobre o mesmo objeto” (BAKHTIN, 2011, p. 297).

No mais, as análises nos mostraram como ocorre, enunciativamente, a construção de sentidos do gênero monografia a partir da mobilização de vozes, de já ditos. Assim, o gênero monografia é palco de encontro entre vozes, sendo que o estilo, a construção composicional, o conteúdo semântico-objetual desse enunciado é construído a partir do encontro entre discursos no discurso. Ao construir o tema, o sujeito-autor mobiliza outros discursos sobre o mesmo tema, aos quais responde, com os quais polemiza, entre outras relações.

As categorias elencados, no entanto, não esgotam todas as possibilidades de análise da autoria a partir do exame dos esquemas de discurso citado. Assim, colocamos os aspectos identificados entre outros possíveis, considerando que os esquemas de apreensão do discurso de outrem são diversos, apresentam variações e são mobilizados

com diferentes funções no discurso, logo, constituem-se em um fenômeno linguístico-discursivo-enunciativo complexo.

Ao trazermos os esquemas de discurso citado para discursão, logo nos deparamos com a questão do ensino e da produção de gêneros discursivos acadêmicos. A leitura, ensino e produção de gêneros discursivos, no âmbito acadêmico, não podem fugir de questões ligadas aos esquemas de discurso citado. Não é suficiente pedir aos estudantes que citem outros discursos nos seus textos. Não basta conhecer os esquemas linguísticos de reprodução do discurso do outro. É preciso fazer com que os estudantes percebam, além da variedade de esquemas de discurso citado, o modo como cada um desses esquemas veste a palavra do outro com uma carga valorativa.

Cada esquema revela um agir do autor sobre a palavra do outro. Com isso, tais esquemas precisam ser estudados em funcionamento, ou seja, precisam ser investigados em gêneros discursivos que circulam socialmente. Logo, ensinar esses esquemas a partir de manuais e gramáticas é, simplesmente, levar o aluno à reprodução irrefletida do discurso do outro. Nesses manuais, a língua é despida de todos os aspectos sócio-ideológico-valorativos, ou seja, os esquemas de discurso citado não são analisados em pleno funcionamento, na língua viva, nas práticas sociais.

Assim, o presente trabalho abre a possibilidade de pensar o ensino de gêneros discursivos, tomando os esquemas de discurso citado como elementos importantes. A apropriação de tais esquemas garante ao aluno a competência de lidar com a palavra do outro, marcando sua individualidade, subjetividade, autoria em um contexto povoado por discursos alheios.

Portanto, a presente investigação avança na mesma linha das pesquisas que tomam a escrita acadêmica como *corpus* de investigação, mas, dessa feita, abordando a questão da autoria enunciativa. Assim, as discussões, aqui, construídas podem levantar questões referentes à produção, organização e ensino de gêneros discursivos na educação superior, isso porque tais questões, direta ou indiretamente, estão ligadas à construção da autoria enunciativa nesse contexto de produção de conhecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÁN, P. O. A questão do autor em Bakhtin. In: **Bakhtiniana**, São Paulo, número especial: p. 4-25, Jan./Jul. 2014.

AMORIM, M. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. Contexto, 2006, p.95-114

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer, et al. Revisão técnica da tradução Eni Pulcinelli Orlandi Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. (VOLOSHINOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. **Problema da poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BESSA, J. C. R. **A referência ao discurso do outro**: uma análise de problemas de relações de sentido entre discurso citado direto e discurso citante no gênero monográfico. Natal, 2007. 110 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

_____.; BERNARDINO, R. A. dos S.; NASCIMENTO, I. A. A. Formas de retomada de discurso citado na construção dos sentidos em textos acadêmicos. In: *Intersecções* - Ano 4 – n.1 - maio/2011, p. 17-38.

BRAIT, B. Estilo, dialogismo e autoria: identidade e alteridade. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (Org.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 54-66.

BECHARA, I. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BARTHES, R. A morte do autor. In: **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 65-70.

CUNHA, D. de A. C. da. Do discurso citado à circulação dos Discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. In: **Matraga**, Rio de Janeiro, v.15, n.22, p.129-p.144, jan./jun. 2008.

CASTRO, G. de. Formas sintáticas de enunciação: o problema do discurso citado no Círculo de Bakhtin. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin e o Círculo**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 117 -136.

DISCINI, N. **A comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2007.

DE NICOLA, J. **Português: ensino médio**. Volume 1, - são Paulo: Scipione, 2005.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. de.; JÚNIOR, J. H. M. **Língua portuguesa: linguagem e interação**. Ática, 2010.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FLORES, Valdir N.; SILVA, Silvana; LICHTENBERG, Sônia; WEIGERT, Thaís. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. NUNES, Paula Àvila. Linguística da Enunciação: uma herança saussuriana? **Organon**, Porto Alegre, nº 43, julho-dezembro, 2007, p. 199-209.

FRANÇA, J. L. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FRANCELINO, P. F. **A autoria no gênero discursivo aula**: Uma abordagem enunciativa. 2007. 184f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

_____. A dimensão dialógica e socioaxiológica do discurso reportado em Bakhtin. In: **Graphos** - Revista da Pós-Graduação em Letras – UFPB, João Pessoa, Vol 6., N. 2/1, 2004 – p. 23-30.

_____. Autoria em enunciados midiáticos verbo-visuais. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 7, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2011, p.2068-2081.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 37-60.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Tradução portuguesa de Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 4.ed. Lisboa: Vega, 2000.

_____. **A ordem do discurso.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **A arqueologia do saber.** Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves, 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUCHS, C. As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. Trad. REZENDE, M. Letícia. **Alfa**, São Paulo. v. 29, p.111-129, 1985.

GRILLO, S. V. de C. Dialogismo e construção composicional em reportagens de divulgação científica de pesquisa fapesp, In: PAULA, L de.; STAFUZZA, G. (Org.) **Círculo de Bakhtin: diálogos in possíveis.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010, p. 49-68. (- Série Bakhtin: inclassificável; v.2).

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. – São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Novas tendências em análise do discurso.** Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3 ed. 2007.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2001b. 150p.

_____. (Org.) **Gestos de leitura:** da história no discurso. Tradução: Bethania S. C. Mariani [et. Al.] – 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios). 281p.

_____. **Análise do discurso:** princípios & procedimentos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000. 100p.

PAVEAU, M. – A, SARFATI, G.-E. **As grandes teorias da linguística:** da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura e acontecimento. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. – 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. – 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

POSSENTI, S. Índícios de autoria. **Perspectiva** – Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Florianópolis SC, v. 20, nº 1, p. 105-124, 2002

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org). **Introdução à Linguística:** fundamentos epistemológicos. 2º ed. Vol 3. São Paulo: Cortez, 2003, p. 353-392.

_____. Enunciação, estilo e autoria. **Revista da FAEEBA**, Salvador-BA, v. 10, nº 15, p. 15-21. 2001.

_____. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Parábola Editorial, 2009a.

_____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editora, 2009b.

_____. Notas sobre a questão da autoria. In: **Matraga**, Rio de Janeiro, v.20, n.32, jan./jun. 2013, p. 239-250.

PEREIRA, C. C. **Formas e funções do discurso do outro no gênero monográfico**. Natal –RN, 2007. 223p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN.

PIRIS, E. L. O ensino do discurso citado como recurso argumentativo. In: ERNST, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo; LEFFA, Wilson J. (Org.). **Seminário Nacional sobre Ensino de Línguas**: Teorias Linguísticas e ensino: possibilidades e Limites. Pelotas: EDUCAT, 2007.

RAMOS, F. M. E. Uma leitura do discurso do outro nos estudos da linguagem. In: **Revista do GELNE**, PIAUÍ, n.12, v.1, 2010, p. 1-10.

RIBEIRO, N. B. Autoria no domínio de gêneros discursivos: paráfrase e estilo. In: **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão, v. 6, n. 1, p. 83-99, jan./abr. 2006.

SOBRAL, A. U. A concepção de autoria do “Círculo Bakhtin, Medvedev, Voloshinov”: confrontos e definições. In: **Macabéa** –Revista Eletrônica do Netlli, vol. 1, n.2, dez. 2012, p. 123-142.

_____. Benveniste: uma interface possível entre Saussure e o Círculo de Bakhtin? In: PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Org.) **Círculo de Bakhtin**: pensamento interacional. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p. 71-114. (- Série Bakhtin: inclassificável; v.3).

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

VOLOSHINOV, V. N. La structure de l'énoncé. In: TODOROV, T. Mikail Bakhtine - Le principe dialogique. Paris, Seuil, 1930. Tradução de Ana Vaz (uso didático).

_____.; BAKHTIN, M.M. **Discurso na vida e discurso na arte**: sobre poética sociológica. (1926) Trad. De Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. Disponível em http://www.linguagensdesenhadas.com/imagens/03textos/autores/Bakhtin_Discurso_na_vida.pdf. Acessado em janeiro de 2013

MONOGRAFIAS ANALISADAS

AQUINO, J. L. de. **A multimodalidade em propagandas da revista *Capricho***. 2012. 70 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Departamento de Letras, *Campus* Avançado “Profª Maria Elisa de Albuquerque Maia”. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2012.

ALVES, M. L. **O trabalho com os gêneros discursivos em aulas de produção textual no curso de letras**. 2012. 60 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Departamento de Letras, *Campus* Avançado “Profª Maria Elisa de Albuquerque Maia”. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2012.

CHAGAS, A. A. das. **Variação e ensino: uma abordagem das diversidades linguísticas nas aulas de língua portuguesa no ensino fundamental**. 2012. 76 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Departamento de Letras, *Campus* Avançado “Profª Maria Elisa de Albuquerque Maia”. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2012.

DANTAS, M. L. C. **Um estudo das metodologias de ensino de produção textual no nível fundamental**. 2012. 67 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Departamento de Letras, *Campus* Avançado “Profª Maria Elisa de Albuquerque Maia”. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2012.

LIMA, M. G. de. **Os reiterativos na produção escrita do aluno do 9º ano do Ensino Fundamental**. 2012. 74 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Departamento de Letras, *Campus* Avançado “Profª Maria Elisa de Albuquerque Maia”. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2012.